VOLUME 03

# Revista Tessituras

2011

## Sumário

Parte 1 – Editorial / *Comissão Editorial*3

Parte 2 – Artigos

**1**. João Antônio e a imprensa nanica da década de 70 / *Ana Maria Esteves*7

**2**. Origens históricas da Universidade Ocidental: das corporações à formação dos intelectuais (séculos XVIII e XIX) / *Bluma Salomão*16

**3.** Império, Papado e poder monárquico no Ocidente / *Clínio de Oliveira Amaral*.....27

**4**. Pequenos enfoques religiosos e mitológicos nas elegias de Titeu / *Luciene de Lima Oliveira* .....53

**5**. A construção da classe operária em Nova Friburgo: lutas, resistências e cotidiano (1911-1933) / *João Raimundo de Araújo, Ricardo da Gama Rosa Costa e Victor Emrich*.....63

**6**. A Psicopedagogia no ensino superior / *Regina Lúcia Brandão Alencar*.....79

**7**. Subjetividade, sujeito e sucesso escolar em uma perspectiva sócio-histórica / *Rogener Almeida Santos Costa* .....88

**Parte 3** – Entrevista

Margarida Carvalho de Santana .....101

# E D I T O R I A L

O número 3 da Revista Tessituras (em verdade, a quarta edição da publicação eletrônica mantida semestralmente pela Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, em Nova Friburgo/RJ, pois lançamos o número zero em novembro de 2009) desta vez apresenta, em destaque, a entrevista com o **Prof. Victor Pereira de Oliveira**, Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestre em Ciência Ambiental e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, atualmente professor das disciplinas de Economia Rural e Administração/Planejamento Rural da Universidade Federal Rural de Pernambuco, na cidade de Garanhuns.

A escolha de um profissional da área de Geografia para a entrevista não foi fortuita: em decorrência da tragédia climática que se abateu sobre a região serrana do Estado do Rio em janeiro deste ano, a Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia tomou a dianteira na organização de debates e seminários que possibilitassem a reflexão profunda dos acontecimentos e suas razões de caráter histórico, social e político, para além das implicações de ordem natural. O Departamento de Geografia da FFSD publicou edição especial da Revista Práticas de Geografia abordando essas discussões, e o Professor Victor veio lançar, em nossa instituição, seu livro intitulado ***Repensando o Rural sob o prisma das urbanidades, em Nova Friburgo, RJ***.

Entre 1991 e 2008, o Prof. Victor morou em Nova Friburgo, após ricas experiências de vida em Moçambique e em Mato Grosso. Trabalhou no colégio agrícola da rede estadual conveniado com o IBELGA (Instituto Bélgica-Nova Friburgo), uma referência no ensino da educação do campo. Iniciou sua trajetória como professor do ensino superior na Universidade Cândido Mendes, onde lecionou disciplinas de gestão ambiental, gestão do agronegócio e gestão de projetos. Também foi instrutor e coordenador de curso técnico em meio ambiente no SENAI. Na Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, foi professor do Curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Ambiental.

Na sua abordagem crítica da relação da sociedade contemporânea com o ambiente, nos alerta para o fato de que "a hegemonia das questões econômicas sobre as demais chegou a um patamar de insustentabilidade", concluindo que "a pobreza e a fome no mundo não ocorrem por si só, causadas pela falta de recursos naturais". E mais: se os fenômenos naturais,

evidentemente, exercem grande influência em nossas vidas, “muitas catástrofes resultam da exploração indevida e isso inclui, também, a exploração do homem pelo próprio homem. As formas perversas de domínio que têm o capital como instrumento de poder ainda imperam sobre todas as outras questões, infelizmente.” Este não deixa de ser o retrato de nossa cidade, cuja população sofreu e sofre na pele, para além das consequências do desastre natural climático, os reflexos de décadas de ocupação irregular do solo e de um crescimento urbano desordenado, imposto pelos interesses imediatistas de políticos oportunistas e dos grandes grupos capitalistas que nos governam.

Esperamos que as argutas reflexões do Prof. Victor, associadas a inúmeras outras discussões e ações que mobilizaram e continuam a envolver homens e mulheres, organizações populares e movimentos sociais de nossa cidade a partir da tragédia, possam contribuir para a construção de uma alternativa política e social que, para além da imediata solução dos problemas advindos da catástrofe, nos aponte um caminho de participação democrática efetiva da comunidade friburguense na tomada de decisões sobre o seu próprio destino. Este é o interesse maior da Associação de Docentes da FFSD, que, desde a primeira hora, vem participando do Fórum Sindical e Popular de Nova Friburgo, instituído por entidades da sociedade civil organizada, para servir como um canal de real participação popular e cidadã neste processo de recomeço do município.

Para os artigos deste número 3, colaboraram: **Luciene de Lima Oliveira**, Mestre em Letras Clássicas pela UFRJ e Professora do Instituto de Letras da UERJ, com análise sobre o poeta Tirteu de Esparta, no contexto da Segunda Guerra Messênia (século VII a.C.), cuja obra possibilita que nossa autora faça considerações a respeito de referências às divindades e a seres mitológicos presentes nos versos bélicos; professor adjunto do departamento de História da UFRRJ e pesquisador do Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF, **Clinio de Oliveira Amaral**, baseando-se nas contribuições teóricas e nas pesquisas de historiadores consagrados como Jacques Le Goff, Marc Bloch e Georges Duby, dentre outros, nos apresenta uma reflexão sobre as relações entre a Igreja e o Estado no período final da Idade Média (séculos XII e XIII). Tomando por base o exemplo francês e ao relacionar a reforma de Cluny e as reformas gregorianas com a emergência do Estado Moderno, promove um estudo centrado na História Política do período medieval.

Abordando o mesmo período histórico tratado no artigo de Clinio Amaral, a professora mestre **Bluma Salomão**, do Departamento de História da Faculdade Santa

Dorotéia, discute o modelo escolar medieval do século XII e o nascimento das universidades no século XIII. Também citando Jacques Le Goff e outros historiadores medievais, Destaca a relação entre universidade, Igreja e demais instituições sociais na Baixa Idade Média, período marcado por importantes transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Além disso, caracteriza o intelectual do período, o qual, segundo Le Goff, surge, juntamente com as cidades, o desenvolvimento do comércio e o aprofundamento da divisão social do trabalho, como um "artesão que tem o papel de ensinar e estudar as artes liberais".

Ainda no campo da História, o artigo a seis mãos dos professores da Faculdade Santa Dorotéia **João Raimundo de Araújo**, **Ricardo da Gama Rosa Costa** e **Victor Emrich** apresenta um breve histórico do movimento operário de Nova Friburgo, analisando a luta de classes na cidade desde a instalação das primeiras fábricas têxteis no ano de 1911 até a greve geral de 1933, que balançou as estruturas da sociedade local. O aspecto mais original do artigo está na reflexão sobre a formação da classe operária friburguense, entendida na perspectiva da tomada de consciência e de posição dos trabalhadores contra a exploração capitalista, para o que foi essencial não só a participação nas lutas e greves, mas também as experiências cotidianas ligadas às atividades voltadas ao lazer, como o futebol, elementos estes constitutivos de uma cultura popular operária.

Nossa colega **Ana Maria Esteves**, professora mestre do Departamento de Letras da FFSD, articula Literatura e História em artigo que destaca o papel da chamada "imprensa nanica" na década de 1970, que, durante a ditadura militar, cumpriu aquele que, segundo o escritor João Antônio, seria o dever da verdadeira imprensa: indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate, no contraponto ao que foi desempenhado pela grande imprensa, porta-voz do discurso oficial. Por meio da análise de crônicas publicadas no jornal *O PASQUIM*, nos anos de 1974 e 1975, nossa autora aborda, pois, parte fundamental da obra de João Antonio.

Três outros artigos focam temas ligados à Educação. Em texto também produzido a seis mãos, **Sônia Apparecida de Siqueira** (Professora Titular da USP), **Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho** e **Lydia Regina de Faria Rocha Portilho** (mestres em Educação pela UERJ) expõem o resultado de pesquisas realizadas a partir de entrevistas com professoras que estudaram na Escola Experimental Bárbara Ottoni nos anos de 1930, onde receberam formação segundo o escolanovismo de Anísio Teixeira. Analisadas as memórias na Escola e dos cursos de Formação de Professores, buscou-se enfatizar o papel inovador das

Escolas Experimentais naquele tempo, com reflexos na formação de professores da época e até mesmo dos dias atuais.

**Regina Lucia Brandão Alencar**, professora do curso de pós-graduação em Psicopedagogia Clínico-Institucional da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, destaca o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Atendimento Psicopedagógico Santa Dorotéia (NAPSD), inaugurado em 2004, com o propósito de criar estratégias para auxiliar o aluno a aperfeiçoar o seu desempenho acadêmico. Como resultado de pesquisa bibliográfica sobre a Psicopedagogia no ensino superior, a autora analisa o processo de aprendizagem e as dificuldades enfrentadas pelo estudante universitário.

Por fim, **Rogener Almeida Santos Costa**, pedagoga e psicóloga clínica, especialista em Leitura e Formação de Leitores pela Universidade Federal do Maranhão, discute em seu texto o sucesso e o fracasso escolar na Educação Básica, enfocando, centralmente com base nas contribuições revolucionárias do soviético Vygotsky, a dimensão sócio-histórica do sucesso escolar.

A todos aqueles que continuam batalhando pelo sucesso da Revista Tessituras, com destaque para os companheiros e companheiras da Associação de Docentes da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, reiteramos nossos profundos agradecimentos. Aos professores, alunos e ex-alunos da FFSD, assim como aos profissionais do ensino superior de todo o país, reafirmamos que o espaço está aberto a todos aqueles cuja produção acadêmica contribui efetivamente para a construção de espaços de debates e para a melhoria da qualidade social da educação brasileira.

COMISSÃO EDITORIAL

Artigo

# João Antônio e a Imprensa *Nanica* da Década de 70

**Ana Maria Esteves** (Professora da FFSD)

Mestre em Letras (UERJ)

ame_rio@uol.com.br

**RESUMO**

João Antônio defende o que seria o dever da verdadeira imprensa: indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate, mas, segundo ele, esse propósito não estaria sendo cumprido pela grande imprensa, porta-voz do discurso oficial. Caberia, então, aos *nanicos* e *marginais* completar as lacunas. A partir de um recorte de crônicas publicadas n*O PASQUIM*, entre agosto de 74 e todo o ano de 75, verificaremos esse projeto do escritor.

**RESUMEN**

João Antônio defiende lo que sería el deber de la verdadera prensa: indagar, cuestionar , dudar, abrir para el diálogo y para el debate, pero, según él, esse propósito no estaría siendo cumplido por la grande prensa, portavoz del discurso oficial. Les tocaría, entonces, a los "enanos y marginales" completar los huecos. A partir de um recorte de crónicas publicadas em *O PASQUIM,* entre agosto de 74 y todo el año de 75, verificaremos esse proyecto del escritor.

> *(...) Claro que estamos falando do escritor brasileiro, esse pingente, esse marginal de má aparência, essa figura que mais parece existir (ou sobreviver) para escárnio e indiferença dos doutos quiquiriquis (...).*
> ("Congelados da Bruzundanga", João Antônio)

No artigo "Corpo a Corpo com a Vida", publicado em *Malhação do Judas Carioca*, pela Civilização Brasileira, em 1975, João Antônio explicita seu compromisso com a realidade do país e apresenta-nos o que, em sua opinião, é a principal missão da literatura: *ser a estratificação da vida de um povo e participar da melhoria e da modificação desse povo. Corpo a corpo. A briga é essa. Ou nenhuma*. (ANTÔNIO, 1975). Esse propósito será levado às últimas consequências. Através de um "olhar de dentro", assume a posição de quem faz parte dos acontecimentos, de quem está no mundo, na arena, no espaço da vivência, jamais como um observador. Tudo isso por acreditar que uma atitude realista tenha vocação de análise crítica, de valor político, e não apenas de cópia da realidade. As crônicas serão utilizadas pelo escritor como instrumento para a concretização de seus anseios.

Em "O frívolo cronista", Drummond define a crônica como a representação daquilo que não caberia em certos espaços do jornal, tidos como nobres, como aqueles reservados à informação apurada, às altas missões. Nela caberia o *inúti*l em sua utilidade particular; *gavetas de miudezas* – espaço descompromissado, *canto de página*, lugar ideal para que *os nadas de uma existência* ganhem voz. (ANDRADE, 1998).

Antonio Candido, ao classificar a crônica como "gênero menor", justifica: *(...) Não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas*. (CÂNDIDO, 1980:05). A isso, acrescenta: *Graças a Deus.* Essa pequenez a aproximaria de nós, de nossos anseios cotidianos, falando-nos mais de perto. Por usar uma linguagem mais simples e tratar de temas do dia a dia, ela agiria, inevitavelmente, *como quebra do monumental e da ênfase.*

Justamente nesta confluência se inserem as crônicas de João Antônio. Ele toma posse desse *canto de página*, que, para ele, não seria descompromissado, para dar continuidade a um projeto de vida – *a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão*. (Ibidem). A partir de um recorte de crônicas publicadas n*O PASQUIM*, entre agosto de 74 e todo o ano de 75, verifica-se esse projeto do escritor.

Não é por coincidência que o jornal escolhido será um periódico popular de pequena circulação, também uma espécie de *canto de página* – à margem da grande imprensa da época. É a esse tipo de imprensa, por ele denominada *nanica*, que vai dedicar uma de suas crônicas – "Aviso aos Nanicos", publicada em agosto de 75:

> *Enquanto a grande imprensa, bem omissa e comportada, dona da verdade e Joana das Regras, vai comendo o doce e morno pão dos omissos e nem pergunta de onde lhe vem tanto pão, a verdade é que os nanicos, também chamados marginais, vão mandando bala, levantando as melhores pistas e, principalmente, usando o poder que o jornalismo realmente deve ter quando conduzido à condição de imprensa – indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate.* (ANTÔNIO, Ano VI: nº 318).

Este seria o dever da verdadeira imprensa: *indagar, questionar, duvidar, abrir para o diálogo e para o debate*, mas, infelizmente, não cumprido pela grande imprensa, voltada aos seus interesses particulares e porta-voz do discurso oficial. Cabe lembrar o contexto político da época – anos 70 –, marcado pela censura. É nesse contexto de violência repressiva que vão proliferar diversos *nanicos*, na tentativa de completar as lacunas. Além do próprio *PASQUIM*, outros *marginais* serão citados pelo próprio João Antônio, como *Circus*, *Opinião*, *O Bicho*, *Crítica*, *Movimento*, todos exercendo seu papel de

> *(...) malhar calhordas, corruptos, omissos e remandioleiros desta República das Bruzundangas. Mas também para revelar valores novos, angulações renovadas e, principalmente, bulir com certas sacralidades.* (Ibidem).

Seu propósito de preencher lacunas deixadas pela imprensa oficial se expressa em várias crônicas, como em "Congelados da Bruzundanga" (ANTÔNIO, Ano VI: nº320), dedicada à crítica literária. O autor afirma que aquele ano de 1975 não representava nenhum marco de renascimento na literatura brasileira e que os lançamentos e relançamentos que estavam ocorrendo, na verdade, eram *livros cujos autores estiveram congelados (e bem) durante quase dez anos*. E refere-se ao escritor brasileiro como *esse pingente, esse marginal de má aparência, essa figura que mais parece existir (ou sobreviver) para escárnio e indiferença dos doutos quiquiriquis*, ao que acrescenta: *ainda vivemos no país de Lima Barreto, em que quase todos ganham dinheiro com a literatura. Menos quem a produz.* (Ibidem). Aproveita ainda para lançar sua crítica à literatura estrangeira e servir de porta-voz aos autores contemporâneos, que não conseguem ter sua obra publicada:

> *Enquanto isso, senhores, olhai as nossas livrarias e seu mundaréu brilhoso de pornografias estrangeiras disfarçadas em literatura erótica. Enquanto isso, há escritores novos (e mais ou menos novos...) esperando a vez e ainda pior colocados que Rubião, Roberto Drummond, Torres, Loyola, Wander, Aguinaldo Silva. A lista seria imensa e ao declinar sempre se faz alguma omissão imperdoável. Mas vamos lá. Só para não esquecer todos (...)* (Ibidem).

A partir daí, cita doze autores, ao que acrescenta sua dificuldade de *engolir que 75 seja um ano de renascença literária.*

Outra crônica já havia sido dedicada à nossa literatura: "O Diabo Jovial era um Bruxo Velho", em setembro de 74. Como porta-voz dos injustiçados, o autor fala *por* Agripino Grieco, que teria morrido sem ganhar o que nunca pedira: um lugar em nossa crítica literária ao lado de Sílvio Romero ou José Veríssimo; daí, a necessidade de pedir por ele, de solidarizar-se com alguém que não teve o tratamento que merecia. E, ao buscar uma justificativa para o descaso com que o crítico teria sido tratado, afirma:

> *(...) não terá sido, no fundo, um traço do nosso evidente provincianismo e da soma de uma porção de vaidades e resguardos pela glória (a tal gloriazinha tupiniquim, tão sacrossanta entre nós) o fato de não o colocarmos ao lado da gravidade de Sílvio Romero e da sisudez de José Veríssimo, o autodidata, o impressionista, o sarcástico de bom alcance, o mau comportado Agripino?* (ANTÔNIO, Ano VI: nº270).

Essa aversão poderia ser justificada, também, pelo estilo de Agripino, que estaria fora dos padrões ideais, o que leva o cronista a questionar o fato de não ser considerada boa crítica aquela feita de ironia, *blague*, muito pouca ciência e bastante criatividade. Tudo isso seria uma marca incontestável de Agripino que justificaria a aversão sofrida. Aquela, porém, que é apontada como a causa mais provável será a atitude do crítico diante das chamadas *instituições da cultura brasileira*:

> *Um homem assim faz desafetos, é incômodo e inconveniente, e o pior: terrível, porque sagaz, porque saca rápido mentalmente e tem uma faculdade de expressão concisa, batendo na raiz das coisas. Desarticula o interlocutor, dá-lhe um nó. (...).* (Ibidem).

Segundo João Antônio, foi essa forma corajosa de dizer as coisas que afastou Agripino dos grandes círculos literários. Ele teria incomodado pelo seu jeito de ser, pela irreverência com que tecia denúncias, não se preocupando em agradar a ninguém. Essa atitude o teria colocado num "lugar de exceção", à margem dos grandes nomes da crítica literária.

Dando continuidade a esse propósito de falar do que a imprensa oficial omite, vai dedicar três textos ao futebol. São eles: "Cartão vermelho pros valentões"; "Liminha, carregador de piano" e "O Rei Pelé faz que vai mas não vai", publicados, respectivamente, em agosto, setembro e novembro de 74.

O primeiro o autor inicia com sua peculiar indignação pelo fato de o futebol, que, para ele, é mais difundido que o café, o cacau, a banana ou couro *off Brazil*, não estar recebendo um tratamento de destaque por parte dos nossos chamados criadores, ou seja, na literatura, no teatro, no cinema ou em outros meios de manifestação artística à altura de sua importância

como fenômeno nacional. E acrescenta que não só os artistas estão longe do esporte das multidões, o noticiário e o jornalismo ficam na *casca dos problemas, no rótulo exterior. (...). Falar ou escrever apenas sobre as cristas da onda do futebol brasileiro é a grande saída da chamada crônica esportiva. Porque é o que vende, segundo se resolveu convencionar* (ANTÔNIO, Ano VI: nº267). Em seguida, afirma que os maiores entendidos no esporte são os torcedores, que falariam de Pelé, Jairzinho ou Paulo César sem nenhum dos arroubos estereotipados de grandezas sacrossantas. Ou seja, o objetivo aqui é dar voz aos torcedores, aqueles que realmente entenderiam de futebol, e, com isso, o cronista consegue elementos para fundamentar a posição de que há jogadores melhores do que aqueles "endeusados" pela mídia. Isto será reforçado em:

> *Mesmo do ponto de vista da análise do estilo futebolístico de cada jogador, as melhores palavras colhidas foram de gente que nada tinha a ver com a crônica esportiva – torcedores simples, dos que vão aos estádios, olham e veem. Como a opinião não lhes dá lucro algum e não está aumentando ou diminuindo prestígio, tiveram coragem de me dizer, por exemplo, que o jogador brasileiro de toque mais seco e rápido na bola não é Pelé; é o Riva, o Rivelino lá do Parque São Jorge.* (Ibidem).

Este é um intenso texto de duas páginas, em que o autor aproveita para destacar outros jogadores menores. Isto será mantido na segunda crônica desta série – "Liminha, carregador de piano":

> *Zico é capa de revista colorida, Liminha é carregador de piano. Liminha parece pingente da Central, só vira notícia quando se machuca, quebra o pescoço, a perna, baixa hospital. (...)*
> *(...) Liminha, típico jogador médio do futebol aqui nosso, é carregador de piano que corre o tempo todo, trabalha, trabalha e nunca toca o piano. Porque carrega para algum pianista tocar – os Paulos Césares e os Zicos. (...)* (ANTÔNIO, Ano VI: nº273).

Tudo dito de uma forma muito direta, a crônica será dedicada a este jogador do Flamengo, que *veste simples e fala simples. E deixa uma sensação de modéstia que*

*incomoda. Justamente pela impressão de pálida figura, frente aos brilhos de Doval ou Zico.* (Ibidem). À margem dos grandes ídolos, Liminha teria seu brilho ofuscado e, neste espaço de *canto de página*, reservado aos *nadas de uma existência*, ele recebe o tratamento que merece.

Em "O Rei Pelé faz que vai mas não vai", teremos um movimento inverso. Agora, o objetivo é *bulir com certas sacralidades*. O assunto será o *drible* do craque na imprensa, ou seja, ele fez que ia recebê-la na noite de sua despedida para uma última entrevista,

> *mas o crioulo jogou 18 minutos (a imprensa registrou 20, 21 ou 22) contra o Ponte Preta. E raspou-se. Os alegres rapazes da escrita, falada e televisada, com suas máquinas, sabidices e pé-ré-pé-pés ficaram na saudade, olhando navios em Urbano Caldeira e não no cais do porto da cidade.* (ANTÔNIO, Ano VI: nº281).

João Antônio critica o fato de essa despedida não ter sido explorada na grande imprensa. Afirma que *de Pelé, saltando nas primeiras páginas e pulando para cadernos especiais e suplementos vastíssimos, só se falou do passado.* (Ibidem). Observe-se como é enfatizado o lugar de destaque que os grandes jornais dedicam ao ídolo, que, aqui, terá sua sacralidade quebrada:

> *O torcedor médio de Santos e do Santos não vê mais em Pelé um ídolo inatacável, nem aceita ingenuamente a imagem acima do bem e do mal que a propaganda vende de Pelé – bom pai, bom filho, marido dedicado, amigo das crianças, dos pobres, capaz de dedicar um gol aos mendigos (não poucos) de Vila Belmiro ou da favela do morro do Macuco. (...) Pelé ganha hoje em dia até apelidos vexatórios.*
> *Tudo isso sobre "o maior jogador de futebol que o mundo viu" parece inconveniente e a imprensa não se manca (...).* (Ibidem).

O torcedor teria, assim, "olhos livres", que lhe permitiriam enxergar melhor e colocar em xeque valores consagrados; mas isto seria ignorado pela grande imprensa, comprometida com os discursos oficiais.

Estes são apenas alguns exemplos num amplo painel em que o escritor assume o compromisso firmado: o de apropriar-se desse espaço do jornal para concretizar seus anseios revolucionários. As crônicas serão utilizadas como um eficaz instrumento de combate.

Antonio Candido, após levantar aspectos diversos da literatura brasileira daquele momento (1979), identifica um traço interessante, comum aos escritores inseridos nas diversas propostas:

> *Pelo dito, vê-se que estamos ante uma literatura do contra. Contra a escrita elegante, antigo ideal castiço do País (...), contra a ordem social, sem que com isso os textos manifestem uma posição política determinada (embora o autor possa tê-la). Talvez esteja aí mais um traço dessa literatura recente: a negação implícita sem afirmação explícita da ideologia.* (CÂNDIDO, 1989: p. 212).

Eis uma chave importante para a leitura da obra de João Antônio: a não afirmação direta do ponto-de-vista ideológico a partir do qual se narra. A ditadura militar, com a violência repressiva, teria aguçado, nos intelectuais e artistas, o sentimento de oposição, sem com isso permitir a sua manifestação clara. Esta aspiração revolucionária está latente em toda a obra de João Antônio. Suas crônicas, em particular, expressam uma indignação que ultrapassa o que é dito literalmente. Independente do assunto desenvolvido, seu desejo é sempre o mesmo: *bulir com certas sacralidades, malhar calhordas, corruptos, omissos* e colocar em xeque o discurso oficial. Seu espírito revolucionário encontra, assim, no espaço literário, um meio profícuo para realização de seus anseios.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Carlos Drummond de. “O frívolo cronista”. In: *Boca de Luar*. – 9 ed. Rio de Janeiro: Record,1998.

ANTÔNIO, João. “Aviso aos Nanicos”. In: *O PASQUIM*. Ano VI – nº 318 – Rio de Janeiro, 01 a 07/08/75.

_____. “Cartão vermelho pros valentões”. In: *O PASQUIM.* Ano VI – nº267 – Rio de Janeiro, 13 a 19/08/74

_____. “Congelados da Bruzundanga”. In: *O PASQUIM.* Ano VI – nº320 – Rio de Janeiro, 15 a 21/o8/75.

_____. “Corpo-a-Corpo com a Vida”. In: *Malhação do Judas Carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. “Liminha, carregador de piano”. In: *O PASQUIM*. Ano VI – nº273 – Rio de Janeiro, 24 a 30/09/74.

_____. “O Rei Pelé faz que vai mas não vai”. In: *O PASQUIM*. Ano VI – nº281 – Rio de Janeiro, 19 a 25/11/74.

_____. “O Diabo Jovial era um Bruxo Velho”. In: *O PASQUIM*. Ano VI – nº270 – Rio de Janeiro, 03 a 09/09/74.

CÂNDIDO, Antônio. “A nova narrativa”. In: *A Educação pela noite e outros ensaios.* Rio de Janeiro: Ática, 1989.

_____. “A Vida ao Rés-do-chão” (Prefácio). In: *Para gostar de ler: crônicas* / *Carlos Drummond de Andrade* ... [et al.]. – Ed. Didática. – São Paulo: Ática, 1980.

Artigo

# Origens Históricas da Universidade Ocidental: das Corporações à Formação dos Intelectuais (séculos XIII e XIV)

**Bluma Salomão**

Professora da FFSD, UNESA e UCAM

Mestre em Educação (UERJ)

bssalomao@gmail.com.br

**RESUMO**

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o modelo escolar medieval do século XII e o nascimento das Universidades no século XIII. Destaca a relação entre Universidade, Igreja e demais instituições sociais na Baixa Idade Média, período de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais. Além de caracterizar o Intelectual desse período.

**RESUMEN**

Este artículo presenta algunas reflexiones sobre el modelo escolar medieval del siglo XII y el nacimiento de las Universidades en el siglo XIII. Destaca la relación entre Universidad, Iglesia y las demás instituciones sociales en la Baja Edad Media, período de transformaciones económicas, sociales, políticas y culturales. Además de caracterizar al Intelectual de ese período.

**Palavras-chave**: Universidade – Igreja – Baixa Idade Média.

*"Um homem cuja profissão seja escrever ou ensinar – e de preferência ambas as coisas ao mesmo tempo -, um homem que profissionalmente tenha uma actividade de professor e de sábio, em suma, um intelectual, esse homem só aparece com as cidades." Jacques Le Goff*

O longo período da história denominado Idade Média não representou um único modelo de sociedade para toda a Europa Ocidental, os diferentes espaços e povos que a constituiu imprimiram sua marca a esse tempo, a essa realidade, com formas diversas de instituições, hábitos, sentimentos, ... Portanto, a Idade Média que tem início com a queda do Império Romano do Ocidente (476) e vai até o século XV, abrange pelo menos duas fases bem distintas: uma que podemos considerar como um prolongamento da Antiguidade, que vai até o século X; outra que se inicia depois do ano 1000 e durante a qual se organizam as estruturas da Europa Moderna.

De maneira geral, a sociedade medieval se caracterizava pela escassa mobilidade social, é uma sociedade de ordens, cada grupo tem função e posição bem definidas, de um lado os guerreiros e os clérigos, de outro, os trabalhadores, camponeses e artesãos, mas essa divisão não significava uma especialização dos homens. Os clérigos, por exemplo, especialmente os monges, além da atividade espiritual, poderiam atuar em diversas atividades da vida cotidiana, no entanto a vida monástica os encaminhou "*momentaneamente para o papel de professores, de sábios, de escritores.*" (LE GOFF, 1984)

Segundo Cambi, a partir dessa segunda fase observamos uma importante transformação econômica, cultural, política e social na história da Europa, essa nova época é marcada pelo desenvolvimento econômico, o incremento técnico, a afirmação de uma nova classe social – a burguesia -, o incitamento intelectual, o confronto político; esses são os elementos de uma nova época, aberta a novos valores e novos atores sociais (as cidades, as comunas, os indivíduos, os burgueses). (CAMBI, 1999:171)

Para Le Goff, o intelectual da Idade Média do Ocidente nasce nessas cidades, ainda pequenas organizações militares ou religiosas, ele aparece junto ao comércio e ao artesanato "*como um dos homens de ofício que se instalam nas cidades onde se impõe a divisão do trabalho*". Assim, o intelectual do século XII pode ser entendido como um artesão que tem o papel de ensinar e estudar as artes liberais, isto é, "*toda e qualquer atividade racional e justa do espírito aplicada à fabricação de instrumentos, tanto materiais como intelectuais: é uma técnica inteligente do fazer*". (LE GOFF, 1984:64)

> [...] *de entre todas as ciências, [as artes liberais] são chamadas artes porque não implicam apenas o conhecimento mas também uma produção que decorre imediatamente da razão, tal como a função da construção (a gramática), dos silogismos (a dialética), do discurso (a retórica), dos números (a aritmética), das medidas (a geometria), das melodias (a música), dos cálculos do curso dos astros (a astronomia)*. (S. Tomás de Aquino 1224-1274 apud LE GOFF, 1984: 64-65)

O intelectual desse tempo percebe a necessidade de divulgar a ciência e, por isso, identifica a importância existente entre ciência e ensino. Esta característica pode ser observada através da expansão das escolas no final do século XI e ao longo do século XII, principalmente na Itália e na França. Um marco dessa época são as escolas catedrais, permanentes e de boa qualidade, onde eram ensinadas as Artes Liberais e a Sagrada Escritura. Aos poucos elas vão ocupando o lugar das escolas monásticas que, sem desaparecer, vão perdendo sua centralidade.

Também surgem, nessa época, em alguns centros urbanos, as escolas particulares, onde os mestres instalam-se por conta própria e ensinam em troca do pagamento dos seus alunos. No entanto, a Igreja não pretendendo perder o monopólio que possuía sobre a educação, desde a Alta Idade Média, cria a "licentia docendi", isto é, qualquer tipo de escola só poderia funcionar se tivesse um consentimento de uma autoridade episcopal, uma vez que a maioria dos mestres era constituída de clérigos.

A renovação econômica, o crescimento das cidades, a aceleração das trocas não só foram fatores importantes para a evolução das escolas, mas também pelo fato da Igreja, de forma mais nítida na França e Inglaterra, e os "*poderes leigos e as classes dirigentes*",

sobretudo na Itália, sentirem a necessidade de apelar a "*letrados competentes*", para gerir seus negócios. Essa nova realidade contribuiu, inclusive, para a ascensão social daqueles que frequentavam as escolas. (VERGER, 1996:15)

**A Universidade Medieval**

A denominação universidade surge da palavra universitas, que significa corporação. Em princípio, no século XII, tal organização de ensino superior foi denominada Studium Generale (Estudos Gerais) e, no século seguinte, Universitas Magistrorum et Scolarium ou Universitas Studii. Segundo Verger, "*studium significava estabelecimento de ensino superior, universitas designava a organização corporativa que fazia funcionar o studium e garantia sua autonomia.*" (VERGER, 1990: 48)

As corporações que reuniam os artesãos dedicados a um ofício desempenhavam a função de organização, proteção e formação profissional. "*esta se articula segundo princípios técnicos e ético-sociais que são assimilados não só pelo aprendizado, mas também pela participação na vida da corporação*", que, para além do ofício, vão modelando o comportamento individual e social. E segundo Cambi, elas exerceram um papel educativo importante, "*emancipando o trabalhador de uma ética apenas religiosa e eclesiástica e marcando a sua mentalidade em sentido laico, técnico, racionalista.*"

(CAMBI, 1999:175)

Para Manacorda, é provável as universidades terem nascido a partir das escolas de mestres livres, que atuavam junto às escolas episcopais e sempre sob a tutela jurídica da Igreja. Isso porque, com o desenvolvimento da vida intelectual e material, aumentou a procura por textos e documentos antigos. Dessa forma, foram resgatados antigos manuscritos, como a codificação do Direito romano que, encontrado na Itália do século XII, embasou o ensino jurídico. Também, no campo das Artes Liberais e Medicina foram encontrados textos filosóficos e científicos greco-árabes, traduzidos na Espanha e Sicília. (MANACORDA, 2002: 145)

No entanto, não podemos entender que a universidade seja, necessariamente, a evolução das escolas desse período, devido a um grande número delas, por diversos motivos, ter desaparecido, a partir da segunda metade do século XII, enquanto outras tiveram um desenvolvimento acelerado, como por exemplo, Paris, Bolonha, Oxford e Montpellier. Cada uma dessas universidades teve sua própria história e desenvolvimento.

> *Em Paris, mestres e estudantes compunham a universidade, mas toda a iniciativa pertencia aos primeiros, os segundos eram apenas os "subalternos" da universidade.*
>
> *Em Bolonha, em contrapartida, eram os estudantes que formavam a universidade (...) e os doutores dela estavam excluídos; isso significava não somente que os próprios estudantes asseguravam o funcionamento da universidade, mas também, que recrutavam os professores e exerciam um controle constante sobre o valor e a regularidade de seu ensino e mesmo de sua vida privada.* (VERGER, 1990: 48)

As universidades de Paris e Oxford eram associações de mestres, ou seja, reuniam várias escolas, nelas predominavam as Artes Liberais e a Teologia, e a marca eclesiástica continuava forte, entretanto, nas universidades das regiões mediterrâneas, encontramos as associações de estudantes sem a presença dos mestres. Nelas predominavam o Direito e, com menos importância, a Medicina.

Para Verger, podemos definir as origens dessa corporação de ensino a partir de suas relações com o poder, de suas relações com as escolas anteriores e em função das lutas entre as gentes de saberes com as demais pessoas do local onde estavam localizadas. Nesse sentido, do ponto de vista desse historiador, não se pode entender as origens das Universidades sem considerar os acontecimentos sociais que marcaram o Ocidente medieval do século XIII. Exatamente por isso vincula sua origem aos principais aspectos históricos desse período (VERGER, 1990: 40).

Dentre esses aspectos, o autor destaca o início das disputas entre os poderes laicos e os eclesiásticos e aquelas entre os habitantes das comunas e os privilégios dados aos homens que se dedicavam ao saber, as disputas pelas cartas de liberdade, enfim, os diferentes avanços e conflitos marcados nesse período.

É em função dessa realidade de crescimento e de profundos conflitos que ele define três origens distintas para as Universidades medievais. A primeira delas denomina espontâneas, são as que nasceram do desenvolvimento de escolas pré-existentes, por exemplo, as de Paris, de Bolonha e de Oxford (VERGER, 1990: 41).

Uma segunda origem para as Universidades seria aquelas oriundas de migrações de professores e alunos. Na Inglaterra, a universidade de Cambridge (oficialmente reconhecida somente em 1318) nasceu da secessão oxfordiana de 1208. Na França, a grande secessão parisiense de 1229-1231 dispersou mestres e estudantes em numerosas cidades do norte da França. As Universidades por secessão teriam sua origem em virtude das disputas entre as autoridades locais e os homens de saberes que, muitas vezes, saíam de um local onde já se encontravam havia bastante tempo e iam para os locais onde tivessem mais proteção e aceitabilidade das autoridades e da população em geral. (VERGER, 1990: 43).

A terceira origem para as Universidades seria em função das estreitas relações existentes entre os homens de saberes e o poder, seja ele laico ou eclesiástico. Exatamente por isso são denominadas Universidades criadas, que podem ser pelo Papa ou pelo Imperador; tais universidades recebiam, desde sua origem, uma bula ou uma carta de fundação que definia seus estatutos e privilégios. Um exemplo foi a fundação da universidade de Nápoles por Frederico II, em 1224 (VERGER, 1990: 44).

No século XIII, observamos uma expressiva expansão das corporações universitárias por diversas regiões da Europa, mas esse crescimento não ocorre de forma tranquila, pelo contrário, a luta pela autonomia universitária é acompanhada de intensos conflitos, com mortes e greves de estudantes. "*É lutando, ora contra os poderes eclesiásticos ora contra os poderes laicos, que as universidades adquirem a sua autonomia*" (LE GOFF, 1984: 70).

*Figura 1: Mapa das Universidades medievais*

Na luta pela autonomia, os universitários vão encontrar um aliado importante no papado, que reconhece a importância e o valor da atividade intelectual, mas, de fato, querem colocar as universidades sob o julgo da Igreja. Dessa maneira, os intelectuais são submetidos à Santa Sé, "*que os beneficia para os domesticar*". Contraditoriamente, a aliança que tinha como objetivo trazer a autonomia para as corporações universitárias, na verdade, poderá reduzir ou até mesmo acabar com a independência dos intelectuais e o "*empenho desinteressado pelos estudos e pelo ensino*" (LE GOFF, 1984:75).

> (...) *a universidade é, de forma única, internacional, pelos seus membros – mestres e estudantes vindos de todos os países-, pela natureza da sua actividade – a ciência que não reconhece fronteiras -, pelos seus horizontes; sanciona a licentia ubique docenti, o direito de leccionar em qualquer parte, de que beneficiam estatutariamente os graduados pelas maiores universidades. Não tem como as demais corporações, o monopólio do mercado local. O seu terreno é a Cristandade.* (LE GOFF 1984: 76)

A Universidade, então, criada por um Papa, por um imperador, ou por um rei, estaria, em última instância, consolidando as bases teóricas de sustentação de seu poder. Além de quadros administrativos, os governantes desejavam que as Universidades formassem intelectuais defensores de suas ideias. Essa nova relação do poder com a universidade mostra a importância que os intelectuais estavam assumindo na sociedade e, ao mesmo tempo,

verificamos a importância que os poderes políticos lhes davam, pois são personagens importantes não só no campo do saber, mas também no âmbito do poder. Exatamente por isso a Universidade se constitui, na Idade Média, uma Instituição que precisa de privilégios e de proteção.

**A Produção do Conhecimento**

As viagens realizadas pelos tradutores cristãos, árabes e judeus pelo Oriente, a Grécia e os países árabes, em busca de manuscritos, provocam importantes mudanças na Idade Média Latina, com desdobramentos em todo o Ocidente até hoje. Palermo, na Sicília, e a corte de Frederico II, em Nápoles, tornam-se importantes centros de tradução, no século XII e na primeira metade do século XIII. Em Toledo, após a reconquista cristã, o Bispo francês Raimundo de Sauvetat (1125-1151) reúne uma equipe que traduziu noventa e duas obras do árabe para o latim, num importante trabalho de mudança cultural a partir do convívio com as obras científicas greco-árabes.

As traduções instigaram seus autores a tecerem comentários e a produzirem obras próprias, oportunizando aos latinos o convívio com os originais gregos, bem como a descoberta e o conhecimento das fontes árabes e judaicas. Esse movimento proporcionou ao Ocidente um aprofundamento dos estudos, nos séculos XI a XIII; mestres e estudantes passaram a contar com textos em sua própria língua, um novo horizonte se abre e começa a se realizar, e a universidade se afirma como obra de cultura, instituição por excelência do trabalho intelectual, da investigação e da formação.

Paris é outro centro de cultivo do conhecimento que se constituiu no século XII através de deslocamentos de estudiosos da época. A ciência, o estudo das sete artes liberais, a filosofia e a teologia, seguidas pelo direito e pela medicina instalam-se em Paris aonde se dirigem sábios, mestres e estudantes de todo o mundo cristão. Nessa época e nessa região encontramos o mestre Pedro Abelardo, conhecido como um grande estudioso da lógica aristotélica, que, através do magistério e de suas obras, contribuiu, decisivamente, para o reconhecimento de Aristóteles e o aprimoramento e a afirmação da escolástica como filosofia e método e da teologia como ciência ou saber que incorpora a dialética[1] no estudo das questões relativas a Deus. "*É que às leis da imitação, a escolástica acrescenta as leis da razão; aos preceitos da autoridade, os argumentos da ciência*". ((LE GOFF, 1984: 93)

[1] "(...) conjunto de processos que problematizam o objecto do saber, que o expõem, o defendem contra os atacantes, o desenredam e convencem o ouvinte ou o leitor". (LE GOFF, 1984: 92)

Escolástica, termo de origem grega skholé, que significa tempo livre, estudo, escola, vem de schola em latim, sendo o scholasticus, na Idade Média latina, o mestre com conhecimentos nas sete artes liberais e nas questões teológicas. Segundo Le Goff, a escolástica tem por base a gramática e se alimenta de textos, é, ao mesmo tempo, uma forma, um método de investigação, de cultivo da razão e de exposição do pensamento, com suas regras e suas exigências, envolvendo o estudo, a interrogação sobre o sentido dos termos, das palavras, das sentenças e dos textos. Com o auxílio da dialética ultrapassa a compreensão do texto, problematiza, questiona e produz novos conhecimentos. Então Le Goff conclui que:

> *O intelectual universitário nasce a partir do momento em que "põe em questão" o texto que passa a ser apenas um suporte: nasce a partir do momento em que, de passivo se torna activo. O mestre deixa de ser um exegeta para ser um pensador. Apresenta soluções, cria. A conclusão que retira da questio, a determinatio, é fruto da sua reflexão.* (LE GOFF, 1984: 94)

Neste processo de aprendizagem, o livro, os autores e os mestres assumem papel fundamental. Além de transcrever e traduzir, os atores desse processo preocupam-se especialmente em ler, comentar e discutir os textos, as ideias e as questões dos antigos, incorporando-as em suas aulas, demonstrações e obras. A lectio, portanto, não é uma repetição de sons, palavras e frases. Pelo contrário, é um ato de criação, de pensamento, um ato do intelecto. "*Assim se desenvolve a escolástica, mestra de rigor, estimuladora do pensamento original adentro da obediência às leis da razão*". A escolástica do século XIII marcou decisivamente o pensamento ocidental, o mesmo não se pode afirmar sobre ela no período de declínio da Idade Média (LE GOFF, 1984: 97).

**Século XIV – O Século das Crises**

O século XIV é um século de crises na Europa Ocidental, nele encontramos a crise demográfica em função de guerras, pestes e fome; a crise institucional da Igreja no contexto do Grande Cisma do Ocidente; a crise do Império; a crise entre Estados nacionais europeus, como por exemplo, a Guerra dos Cem Anos. E como não poderia deixar de ser, a crise,

também, na visão de mundo cristã-medieval. As transformações geradas, a partir desse movimento, na estrutura econômica, política e social da Europa, "*deixará espaço a individualismos, a realismos, a novas classes sociais – a burguesia – e a sua 'consciência de classe', também a uma visão mais refinada e melancólica da vida, expressa pela cultura gótica*". (CAMBI, 1999:190)

Para Cambi,

> *É todo um equilíbrio que entra em crise, despertando novas energias, novas sensibilidades, novas perspectivas de pensamento, de gosto artístico, de elaboração política. A Idade Média, de maneira cada vez mais sensível e em especial na Itália e em Flandres, resvala na civilização do humanismo e naquele novo universo de valores (mais laicos, mais mundanos, mais individuais, mais civis etc.) que o alimenta.* (CAMBI, 1999: 190)

Nessa época, em que uma maneira de ser, viver e pensar entrava em declínio e uma nova se conformava, a escolástica, como afirma Cambi, mesmo em crise, na Itália, permanecia forte nas universidades, mas durante os séculos XIV e XV, o humanismo vai ocupando cada vez mais espaço nessa região, e dela se espalha para o restante da Europa. Também, a escolástica vai paulatinamente perdendo o seu caráter intelectual e tornando-se mística o que a faz ser criticada pelos humanistas, acusando-a de mera repetição de sons, palavras e frases (CAMBI, 1999: 190).

O humanismo apresenta um novo ideal de homem, ele se torna a figura central da sociedade, que deve desenvolver toda a sua capacidade humana de forma equilibrada; para tanto, necessita de uma formação baseada essencialmente na leitura dos clássicos gregos e latinos, objetivando descobrir uma humanidade feita de valores universais, elaborados e produzidos pela Antiguidade.

Sendo assim, representou um movimento voltado para uma parte da sociedade e não para o seu conjunto. Por isso, Manacorda afirma que "*o humanismo nasce aristocrático*", isso representa uma nova concepção de estudante e de universidade, diferente daquela em que o Papado, mesmo que para fortalecer o seu domínio, garantia a gratuidade do ensino assegurando a inserção de todos os estudantes. Como conseqüência, o número de estudantes

que necessitavam de ensino gratuito diminuiu drasticamente, só restando aqueles sustentados por um protetor (MANACORDA, 2002: 175).

Dessa maneira, a universidade passou a atender, preferencialmente, os estudantes de maior poder aquisitivo e até mesmo reservando parte das suas vagas para os descendentes de doutores, como é o caso de Pádua, constituindo um grupo privilegiado e cada vez mais abastado de mestres e estudantes. Segundo Manacorda, "*os centros de elaboração cultural não são mais as universidades, mas as novas academias, livres associações de doutos, que opõem a leitura dos clássicos e as pesquisas inovadoras às velhas repetições do saber universitário*". (MANACORDA, 2002: 179)

Assim, podemos considerar que a universidade foi o primeiro espaço de saber que contribuiu para a universalização do conhecimento e da integração das pessoas, onde se esboçou nossas identidades sociais e científicas; por meio de sua memória, poderemos compreender parte de nossa herança intelectual e o funcionamento de nossas sociedades.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMBI, F. *História da Pedagogia.* São Paulo: UNESP, 1999.

CHARLE, C.; VERGER, J. *História das Universidades*. São Paulo: UNESP, 1996

LE GOFF, J. *Os Intelectuais na Idade Média.* Lisboa: Gradiva, 1984.

MANACORDA, M. A. *História da Educação.* 10ª Ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

VERGER, J. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: UNESP, 1990.

Artigo

# Império, Papado e poder monárquico no Ocidente

**Clinio de Oliveira Amaral**

Professor adjunto do departamento de história da UFRRJ

Pesquisador do Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF

e do LITHAM – Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História,

Antiguidade e Medievo da UFRRJ

**Resumo**

Através de uma reflexão de longa duração, analisam-se as relações entre a Igreja e o Estado. Inicialmente, apresenta-se uma discussão historiográfica para se delimitar o lugar da história política nos estudos de idade média. Em seguida, os problemas da reforma de Cluny e das reformas gregorianas são relacionados à reflexão sobre a emergência do Estado por meio do exemplo francês.

**Abstract**

Through a reflection of long duration, the relations between the Church and the State are analyzed. Initially, a historiographical discussion is presented to delimit the place of political history in the studies of the middle ages. After it, the problems of the Cluniac reform and the Gregorian reforms are related to the reflection on the emergency of the State through the French example.

## 1 – Um breve balanço historiográfico

As questões relativas à historiografia sobre os poderes na idade média sofreram transformações em função das proposições da Nova História, sobretudo, após a reconsideração feita por Le Goff acerca do papel da história política[2]. Embora o movimento dos *Annales*, grupo do qual a Nova História se apresenta como herdeira, tenha sido relacionado a um certo desprezo pela história política, Le Goff destacou, baseando-se em Bloch[3], que o diálogo com a antropologia viabilizaria fazer uma história do "poder", cujo resultado fosse uma análise densa das relações políticas.

Afirmando que, no medievo, a política seria a província do religioso, Le Goff defendeu que o estudo do político deve ser realizado por meio do simbólico. Apremissa possibilitou, por exemplo, resolver duas questões importantes: rompeu-se com a ideia de reino propriamente dito e desvinculou-se da noção abstrata de monarquia.

> Todo o panorama da política medieval, ligado por um lado à realeza hereditária da antiguidade e por outro lado aos restos da monarquia que sobreviveram até aos tempos modernos, era irradiação da coroa. O campo simbólico construído com os sinais materiais, através dos ritos de coroação, opõe-se por um lado ao reino propriamente dito e por outro à ideia abstracta de monarquia.[4]

Tais proposições sobre o poder, apesar de se distanciarem um pouco de Bloch, contribuíram para que as pesquisas desenvolvidas por Kantorowicz[5] acerca da teologia política medieval fossem difundidas. Ele analisou a construção da imagem de Frederico II (1220-1250). A importância dessa obra reside na aproximação da teologia política à realidade da sociedade medieval; estudou a imagem de Frederico II em relação a outros monarcas medievais. Demonstrou que a imagem do rei já era preestabelecida como possuidora de dois corpos, um mortal e um imortal, responsável pela sucessão da realeza, sem que houvesse interrupções garantindo a estabilidade da monarquia.

---

[2] LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: Ibidem. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval.* Lisboa: Edições 70, 1990, pp. 221-242.
[3] Cf. BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra.* São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
[4] LE GOFF, Jacques. A política…. op. cit., p. 229.
[5] KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Percebeu-se através do relatório de *Edmund Plowden*, que nenhum ato governamental de um rei poderia ser nulo, mesmo que ainda não estivesse em idade de governar. Afinal trazia consigo dois corpos.

> Pois o Rei tem em si dois Corpos, a saber, um Corpo natural e um Corpo político. Seu Corpo natural (se considerado em si mesmo) é um Corpo mortal, sujeito a todas as Enfermidades que ocorrem por Natureza ou Acidente, à imbecilidade da Infância ou da Velhice e a Defeitos similares que ocorrem aos Corpos naturais das outras pessoas. Mas seu Corpo político é um Corpo que não pode ser visto ou tocado, composto de Política e Governo, e constituído para a Condução do Povo e a Administração do bem-estar público, e esse Corpo é extremamente vazio de Infância e Velhice e de outros Defeitos e Imbecilidades naturais, a que o Corpo natural está sujeito.[6]

Outro aspecto fundamental, abordado por essa obra, diz respeito a uma das maiores discussões da idade média, a luta pela hegemonia do sagrado entre a Igreja e a realeza, a através da apropriação de símbolos.

> Empréstimos e trocas mútuas de insígnias, símbolos políticos, prerrogativas e honrarias sempre se realizaram entre os líderes espirituais e seculares da sociedade cristã. O papa adornava sua tiara com uma coroa dourada, vestia púrpura imperial e era precedido pelos estandartes imperiais ao caminhar em procissão solene pelas ruas de Roma. O imperador usava sob a coroa uma mitra, calçava os sapatos pontificais e outros trajes clericais e recebia, como um bispo, o anel em sua coroação. Esses empréstimos afetavam, na Alta Idade Média, principalmente os governantes, tanto espirituais como seculares, até que finalmente o *sacerdotium* possuía uma aparência imperial e *regnum* um toque clerical.[7]

No caso da alta idade média, um estudo fundamental sobre a questão do poder foi desenvolvido por Folz[8]. Ele abordou os casos em que reis e príncipes transformaram-se em santos. Analisaram-se fontes hagiográficas nas quais se encontram as narrativas de milagres, um testemunho preciso acerca da transladação do corpo e, a partir do século XII, uma bula pontifical proclamando a canonização. O rei santo foi uma criação medieval devido ao processo de cristianização da Europa, sobretudo, depois do século VI. Isso teria conduzido ao movimento de sacralização da monarquia. Porém, o "rei santo" não pode ser confundido com

---

[6] Relatório de Edmund Plowden. Apud. KANTAROWICZ, Ernst. *Os dois*... op. cit., p. 21.
[7] KANTAROWICZ, Ernst. *Os dois*... op. cit., p. 125.
[8] FOLZ, Robert. *Les saints rois du Moyen Age en Occident (VI^e – XIII^e siècles)*. Bruxelles: Société des Bollandistes, Collection Subsidia Hagiographica, nº 68, 1984.

realeza sagrada. Analisou-se a personagem real que teria alcançado a glória devido aos seus méritos. Mas o autor não voltou a sua problematização para a função da realeza sagrada. Embora admita grande dificuldade para apresentar a origem histórica do processo, Floz sublinha que o texto bíblico constitui uma fonte importante para o estabelecimento dessa origem.

Devido às limitações deste artigo, considera-se que, para um estudo preliminar, a abordagem dos autores supracitados sobre o campo do político na idade média é importante para analisar a problemática envolvendo o império, o Papado e o poder monárquico no medievo.

## 2 – Poder temporal, poder espiritual e a "querela das investiduras"

Considera-se que, antes de apresentar o contexto das reformas gregorianas e os seus desdobramentos por meio das tensões com o imperador, é importante sumariar as relações entre os poderes do Estado e da Igreja a partir de Constantino (imperador entre 306 e 337). Para ser mais específico, desde 313, com o édito de Milão, a função do imperador conheceu profundas transformações. Passou a ser o *vicarius Christi* cujo papel, em conjunto com os bispos, era o de propagar a fé e defender o reino contra os inimigos. Tinha a obrigação de manter a unidade do império e da fé, lutando contra todos aqueles que a ameaçassem. Para exercer essas novas funções, o imperador teve que presidir concílios nos quais se elaboravam decisões dogmáticas e canônicas para as matérias de alto teor de conflito, como, por exemplo, as doutrinas e a disciplina[9].

Segundo Francisco José S. Gomes, a situação engendrada por Constantino, no plano das práticas e representações, conduziu a uma "quase-identificação"[10] entre Igreja e o império, gerando uma tensão entre esses poderes. Ela se devia ao fato de que a competência espiritual da Igreja existia concomitantemente ao seu poder de Estado. Devido a esse problema, produziram-se movimentos de contestação ao mundanismo no interior da instituição, que reivindicavam a estipulação de uma fronteira entre a Igreja e o mundo e entre a Igreja e o

[9] Cf. GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *A vida na Idade Média*. Brasília: UNB, 1997, pp. 33-60, p. 39.
[10] Ibidem.

Estado. O papa Gelásio I (492-469) foi o primeiro a elaborar uma teoria que tentava resolver o problema.

> A distinção gelasiana indica duas esferas de competência ligadas por uma única finalidade: a busca, nesta vida, da salvação cristã. Ambas esferas de poder regem o mundo. A *auctoritas* designava uma competência de ordem moral, um poder fundado no direito, fonte de legitimidade. A *potestas* era um poder de fato, um poder de administração das coisas e das pessoas. Na distinção, já emerge um diferença qualitativa entre as duas competências, diferença essa que já contém um princípio de subordinação da *potestas* à *auctoritas*. No âmbito da salvação cristã, porém, deveria haver submissão aos pontífices. Ambrósio, bispo de Milão, já dissera ao imperador Teodósio, no século IV, num contexto também conflitivo, que os imperadores não estão acima da Igreja, mas na Igreja. Em termos das representações, os futuros conflitos medievais já estão contidos na formulação gelasiana do século V.[11]

Entre os séculos V e VII, a Igreja transformou-se na única instituição existente na área ocidental do império romano, fragmentado pelos "bárbaros". Ela manteve a referência universal romana através da ideia-chave de *Ecclesia universalis*. Logo, tal noção passou a significar também não só a instituição Igreja, mas a sociedade por meio de outro fundamento, o da *Respublica christiana*. Em termos práticos, os conceitos almejavam integrar todas as instituições eclesiásticas sob o primado jurisdicional do bispo de Roma. Para Francisco José S. Gomes, tal tendência pode ser detectada desde os papas do século V, especialmente, desde Leão Magno (440-461)[12]. Evidentemente, houve reações por parte daqueles que, nominalmente, exerciam a função de imperador romano, pois reclamavam da sua condição de subordinados ao papa. As teses agostinianas das duas cidades contribuíram para elaboração da concepção "ministerial" do Estado.

Segundo Vannier[13], santo Agostinho (354-430), ao fazer uma apologia da verdadeira religião, aquela que conduziria à beatitude, apresentou a noção segundo a qual dois amores fizeram duas cidades. Uma fundada no amor a si mesma, que teria levado ao desprezo a Deus; trata-se, portanto, da cidade terrestre e, uma outra, nascida do amor divino. A última seria a cidade celeste. A questão das duas cidades, *grosso modo*, deve ser compreendida por meio de

---

[11] Ibidem, p. 44.
[12] Cf. Ibidem, p. 45.
[13] VANNIER, Marie-Anne. Augustin d'Hippone, 354-430. In: LACOSTE, Jean-Yves (direction). *Dictionnaire critique de théologie*. Paris : PUF, 2007, pp. 128-132.

duas proposições: a de combate ao paganismo e a da refutação a todos que acusaram o cristianismo como o responsável pela invasão de Roma por Alarico (375-410), em 24 de agosto de 410. Devido ao contexto em que o texto da *Cidade de Deus* foi escrito, entre 413-426[14], é importante considerar o destino das duas cidades, que podem ser compreendidas como Roma, derrotada pelo seu orgulho, e a Jerusalém celeste, fundada no amor a Deus. Com base nessa associação, santo Agostinho teria, embora esse traga controvérsias[15], feito uma associação entre a cidade celeste e a Igreja, ao mesmo tempo em que demonstrava que a Igreja representava a comunhão na fé, nos sacramentos e que, fora dela, não haveria salvação[16] , propunha uma síntese, que evidentemente passaria pela Igreja, entre as duas cidades através da qual se chegaria à salvação, fim último de toda alma.

Devido ao papel central que a Igreja teve em suas reflexões e ao fato de que ele tenha sido utilizado como base para a reflexão medieval, considera-se a importância da religião cristã para essa sociedade.

> A religião na Cristandade medieval tendia a fornecer a explicações e justificação das relações sociais no plano das representações e discursos, e a constituir o sistema das práticas e comportamentos coletivos destinados a reproduzir estas relações sociais. A religião também podia servir a reduzir aos antagonismos nas relações entre os homens e a natureza, superando-as no campo simbólico.[17]

A função ideológica desempenhada pela Igreja contribuiu para o estabelecimento de uma tendência de sacralização das instituições e do poder. A ideologia cristã medieval produzia uma representação segundo a qual as relações sociais não eram impositivas, mas sim obedeciam a uma predeterminação natural; é como se a realidade objetiva fosse uma construção divina e não humana; a realidade social era natural e sobrenatural ao mesmo tempo.

---

[14] Cf. GIONNI, Stéphane. Augustin (Saint, 354-430). In: VAUCHEZ, André (direction). *Christianisme* : dictionnaire des temps, des lieux et des figures. Paris : Seuil, 2010, pp. 60-62.
[15] Cf. VANNIER, Marie-Anne. Augustin d'Hippone… op. cit., p. 131.
[16] « Sur ce dernier point, quelques précisions sont nécessaires, car A. se réfère ici nom pas à l'Église hiérarchique, mais à l'Église comprise comme la communauté des justes de l'ancienne et de la nouvelle alliance.» Ibidem, pp. 131-132.
[17] GOMES, Francisco José Silva. A cristandade medieval entre o mito e a utopia. In: *Topoi*: Revista de história do programa de pós-graduação em história social da UFRJ. Vol. 5, pp. 221-231, set. 2002, p. 222.

No final do século VIII, ocorreu uma mudança significativa nas relações entre o Estado e Igreja. A "conciliação carolíngia" ajudou para a ruptura definitiva com o poder bizantino[18]. O Natal de 800 foi paradigmático para a recriação do império romano no Ocidente. Em contrapartida, os carolíngios doaram ao Papado, na Itália, o *patrimonium Petri*, instituindo, de uma vez por todas, o poder temporal dos bispos[19].

> Ocorria o chamado 'moralismo carolíngio, conjugado com a já antiga concepção 'ministerial' do Estado. O Estado era desse modo esvaziado de conteúdo específico. O príncipe devia ajuda à Igreja, em particular à Igreja romana, e devia responsabilizar-se pela salvação dos homens que lhe estavam confiados. A sua autoridade era de extensão universal. Defendia os fiéis e a fé, dilatava as fronteiras da cristandade, integrando, por bem ou por mal, os inimigos, infiéis ou pagãos.[20]

Para Francisco José S. Gomes, a modalidade carolíngia de cristandade distanciava-se das propostas gelasianas. Havia uma tendência na direção de um sistema único *reductio ad unum*, baseado na unidade da cristandade ou *una Ecclesia, unum Imperium*. "Dava-se não só a indistinção da Igreja e do Estado, quanto da Igreja e da sociedade"[21], embora persistisse uma tensão prática, devido à existência de dois poderes, um tentando subordinar o outro. Para esse autor, as futuras pretensões hierocráticas emergiram da conjuntura política carolíngia. Acredita-se que isso esteja relacionado ao início do estabelecimento da ideia, segundo a qual, a Igreja seria capaz de fazer a junção entre o material e o imaterial[22], passando a incarnar o conjunto da sociedade.

Com a desintegração do império carolíngio, após o tratado de Verdun, em 843, cada um dos três filhos de Luís, o Piedoso (814-840) ficou com uma parte do território[23]. Tal fracionamento favoreceu o processo de feudalização das instituições eclesiásticas. Estando à

---

[18] Em relação à ruptura do império romano do Ocidente, refundado por Carlos Magno, no Natal de 800, com Bizâncio. Cf. BROWN, Peter. *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.; Cf. LEMERLE, Paul. *Histoire de Byzance*. Paris: PUF, 1993.

[19] Cf. GOMES, Francisco José Silva. A Igreja…op. cit., p. 45.
[20] Ibidem, p. 46.
[21] Ibidem, p. 47.
[22] Sobre a capacidade da Igreja de unir o material ao imaterial. Cf. GUERREAU, Alain. Feudalismo. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Vol. I. Bauru/São Paulo : EDUSC/Imprensa Oficial. 2002, pp. 437-455.
[23] Para maiores detalhes sobre o império carolíngio. Cf. FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

mercê das forças locais, a estrutura da Igreja foi bastante abalada durante o século X. Além disso, as invasões dos séculos IX e X devem ser consideradas como um fato importante nesse processo de feudalização. Tal quadro acirrou os conflitos entre os imperadores e os papas porque a feudalização produziu ingerências dos poderes temporais em diversas esferas da Igreja. Devido aos abusos cometidos pelos leigos, os meios monásticos, sobretudo, depois do surgimento de Cluny, começaram a reivindicar reformas *na* e *da* Igreja.

No século XI, motivados pela feudalização das instituições eclesiásticas, um setor significativo da Igreja começou a reivindicar reformas – *libertas Ecclesiae*. Almejava-se uma reforma do clero para conseguir, posteriormente, reformar também os fiéis, através da luta contra as misérias e os pecados dos cristãos. Logo, percebeu-se que, para alcançar esse objetivo, era fundamental mudar a estrutura da Igreja.

Ainda no século X, o clero regular, setor da Igreja mais descontente com a feudalização ocorrida na Igreja, iniciou um processo de reforma cuja repercussão desdobrou-se, posteriormente, na chamada reforma gregoriana no século XI. Em 910, através de uma fundação pia do duque da Aquitânia na Borgonha, Cluny, iniciou-se o movimento reformador *na* e *da* Igreja.

> Foram os papas cluniacenses, posteriormente, que impulsionaram o movimento propriamente dito de reforma eclesiástica. Essa foi pensada essencialmente como uma reforma do clero secular e regular para, uma vez reformado, estar apto a cristianizar e a reformar os fiéis. A reforma queria, outrossim, reforçar o poder dos bispos, submetidos ao poder da Igreja romana e ao papa, e não mais aos poderes leigos.[24]

Por meio do reforço do poder dos papas, muitos deles saídos de Cluny, e dos bispos, criou-se uma estrutura hierárquica, cuja base era a rede paroquial[25], que subia dos párocos até os bispos, desembocando no papa. Assim, surgiu um complexo poder hierarquizado capaz de controlar os fiéis e agir de modo centralizado. Sem dúvida, a rede assegurou a hegemonia da Igreja na cristandade ocidental. A reforma da Igreja foi pautada em dois princípios básicos e simultâneos: o da clericalização e o de romanização. O primeiro reforçava o poder dos

[24] GOMES, Francisco José Silva. A Igreja…op. cit., p. 50.
[25] BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 340. Para esse autor, o processo de formação da rede paroquial é um dos principais aspectos formadores da civilização feudal.

clérigos, distinguindo-os dos leigos[26] e o segundo garantia o monopólio jurisdicional da Igreja romana, transformando Roma no centro da cristandade ocidental.

O movimento reformador buscou emancipar a Igreja dos leigos, visando a fixar barreiras mais claras entre os leigos e os clérigos. Um bom exemplo foi a recomendação do celibato para os membros da Igreja. Houve ainda um movimento no sentido de sacralizar as instituições eclesiásticas e de dessacralizar, parcialmente, as demais instituições, aumentando a distância entre a esfera temporal e a espiritual. Contudo, a distinção entre as esferas não comprometia a representação da unidade cristã[27]. Para Francisco José S. Gomes, essa conjuntura abriu caminho para o surgimento da emergência de discursos autônomos sobre o Estado e sobre a Igreja. A segunda etapa das reformas inauguradas por Cluny[28] gerou um conflito de extrema violência. Trata-se da chamada reforma gregoriana, responsável pela disputa com o império até a morte do imperador Frederico II, em 1250. Desse contexto, a imagem do Papado saiu muito fortalecida, levando ao fracasso as pretensões hegemônicas do império.

> Uma nova estrutura política, porém, emerge lentamente no próprio coração do desastre carolíngio. Dessa aristocracia militar que passou a exercer coletivamente o poder público distinguiam-se gradualmente dois poderes, a monarquia feudal e a Igreja. Mas essa mesma Igreja, após haver de início ajudado, volta-se contra o poder imperial, agindo poderosamente a favor das monarquias feudais. A reforma, há pouco evocada, havia tido como objetivo fundamental na sua primeira fase escapar ao arbítrio e à violência inerentes ao feudalismo.[29]

Um dos principais aspectos da reforma gregoriana foi o de separar os leigos dos clérigos. Além de atacar a ingerência dos laicos, a reforma passava para as mãos da Igreja a direção espiritual para levar os cristãos à salvação. Subjacente ao processo de separação,

---

[26] Para maiores informações sobre a condição dos leigos na idade média. Cf. CONGAR, Yves. Laïcat. In: VILLER, M.; CALALLERA, J. et ali. *Dictionnaire de spiritualité. Ascétique et mystique et histoire*. Tome IX. Paris: Beauchesne, 1976, pp. 79-108.

[27] Ao que tudo indica, a unidade passou a vir da diversidade, talvez, tenha sido nessa época que se propagou a representação da cristandade como um corpo, semelhante ao de Cristo.

[28] Sustenta-se que as reformas, genericamente chamadas de gregorianas, tiveram origem em Cluny. Devido a esse posicionamento, acredita-se que se possa dividir as reformas em duas grandes fases – uma primeira, cujas ideias estavam mais ligadas ao clero regular, entre os séculos X e XI e uma segunda fase, cujas ideias estavam vinculadas ao clero secular, entre os séculos XII e XIII.

[29] GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático*... op. cit., Vol. I, pp. 397-409, p. 403.

havia a intenção da Igreja em disciplinar a violência feudal, sobretudo, controlar a aristocracia guerreira, nascia, então, a "Paz de Deus". Tal programa foi bastante bem-sucedido porque pôde contar com a colaboração dos reis, os quais, ao contrário dos imperadores, não tinham pretensões universalistas. Assim, conseguiam, com auxílio da Igreja, estabelecer uma hegemonia local, mas se subordinavam ao poder do Papado.

Através da escolástica e do direito canônico, formularam-se diretrizes para a Igreja. Ela passou a se autocompreender compreender como *potestas*, como tendo prerrogativas para subordinar o poder temporal ao espiritual, dando origem ao projeto hierocrático do poder clerical e do papado. Para Francisco José S. Gomes, a constituição do projeto hierocrático imbricou-se aos processos de clericalização e de romanização.

> As relações entre o *Sacerdotium* e o *Imperium*, entre os dois poderes que se consideravam de direito universais, eram explicadas pelos escolásticos segundo duas correntes: a corrente dualista *tout court*, que insistia na distinção dos "dois gládios" numa simples relação de simetria, predominou no século XII; a corrente dualista e hierocrática, que insistia na relação assimétrica, foi dominante no século XIII.[30]

A questão das "liberdades eclesiásticas" gerou o primeiro grande desgaste nas relações entre a Igreja e o império, pois, em 1059, o papa Nicolau II (1058-1061) reservou aos cardeais-bispos o direito de escolher o papa[31]. Porém, a ação definitiva foi realizada pelo papa Gregório VII (1073-1085), que proibiu o imperador do sacro império romano-germânico Henrique IV (1056-1106) de investir bispos com o anel e a cruz. A atitude desse papa contribuiria para a chamada "querela das investiduras". A forma como os bispos eleitos eram investidos, simultaneamente através dos *regalia* – domínios e direitos públicos – indicava que os bispos, mesmo antes da consagração, estavam aptos a exercer os poderes temporais e os de pastores das almas. No meio do conflito, a Igreja atacou, repetidamente, Henrique IV usando como arma a excomunhão. Ao mesmo tempo, fomentou, entre seus súditos, a ideia da desobediência. O contra-ataque veio através da eleição de um antipapa e de sua deposição.

---

[30] GOMES, Francisco José Silva. *A cristandade...* op. cit., p. 224.
[31] Cf. ARNALDI, Girolamo. Igreja e Papado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático…* op. cit., pp. 567-589, p. 580.

> Il [Henirque IV] fit déposer par un synode le pape, qui l'excommunia à son tour, et envahit l'Italie. Mais après des succès initiaux, il dut s'humilier devant Grégoire VII à Canossa en 1077. Le répit qui suivit fut de courte durée et l'empereur parvint jusqu'à Rome en 1084. Enfermé dans le château Saint-Ange, le pape ne dut son salut qu'à l'arrivée des Normands de Robert Guiscard qui l'emmenèrent avec eux, après avoir mis la ville à feu et à sang. Il mourut à Salerne en 1085 en disant qu'il avait 'aimé la justice et haï l'iniquité'. Mais le combat réformateur continua sous ses successeurs et la réforme dite 'grégorienne' – du nom de ce pape qui l'avait menée avec une énergie farouche […][32]

Devido à continuidade da disputa, o papa Pascoal II (1099-1118) ofereceu um acordo ao então imperador Henrique V (1106-1125). Propunha-se uma renúncia à investidura em troca de uma renúncia dos bispos aos *regalia*. Mas isso não foi aceito, porém, em setembro de 1122, em Worms, durante o pontificado de Calisto II (1119-1124), estabeleceu-se um acordo. Por meio dele, o imperador fazia a investidura pelo cetro e a Igreja pelo anel e pela cruz[33]. Contudo, não resolvia a questão da "investidura laica", colocando em risco a estrutura do poder germânico, que se baseava no controle de uma série de cidades através da escolha do bispo.

> Do conflito, o Império saiu definitivamente dessacralizado (e desde então buscaria nova legitimação no direito romano ensinado em Bolonha). De seu lado, o papado governaria doravante a Igreja do Ocidente 'um pouco como uma única e mesma diocese' (G. Miccoli) e reclamaria por sua vez o modelo de Igreja imperial, exprimindo sua nostalgia da unidade entre o governo temporal e o governo espiritual, mas invertendo os termos dessa unidade (o papocesarismo no lugar do césaropapismo): pretendia assim governar ao mesmo tempo a Igreja, o conjunto do Ocidente, se possível a totalidade do mundo.[34]

No bojo da reivindicação da supremacia da Igreja, Inocêncio III (1198-1216), ao substituir seu título de *vicarius Petri*, vigário de Pedro, pelo de *vicarius Christi*, vigário de Cristo, objetivou ter acesso de uma só vez à dignidade sacerdotal e real de Cristo. Entretanto, como o autor citado anteriormente destacou, à época, o domínio temporal, com exceção do poder exercido sobre a Santa Sé, estava reduzido a uma afirmação de princípios[35].

---

[32] VAUCHEZ, André. Grégoire VII (Saint, vers 1020-1087). In : Ibidem (direction). *Christianisme* : dictionnaire… op. cit., pp. 257-258, pp. 257-258.
[33] ARNALDI, Girolamo. Igreja e Papado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático*... loc. cit.
[34] Ibidem.

Ao se insistir na distinção entre clérigo e leigo, intensificou-se o paradoxo das relações entre Igreja e Estado. Uma das ideias-chave do cristianismo medieval era a manutenção de um único *orbis Christianus*, ou seja, a unidade da cristandade. Porém, o projeto centralizador executado por Roma produziu a ideia da subordinação do poder temporal ao poder espiritual. Isso significou uma maior sacralização do poder espiritual (*sancta Ecclesia*) e a uma parcial dessacralização do poder temporal (*sacrum Imperium*). Portanto, dava-se o primeiro passo para o advento posterior dos Estados modernos[36]. A constituição das fronteiras ambíguas e tensas entre o poder temporal e espiritual fomentou a produção intelectual da baixa idade média.

> A escolástica e o direito canônico foram elaborando, a partir do século XI, uma eclesiologia em torno de quatro idéias-força: a autocompreensão da Igreja como uma *potestas* (o poder espiritual); a subordinação do poder temporal ao poder espiritual, numa clara tentativa hierocrática do poder clerical e do papado; o processo de clericalização: o processo de romanização.[37]

Até o século XIV, os dois poderes de pretensões universais se digladiariam em uma luta para exercer a hegemonia política e ideológica no Ocidente. Os conflitos pelo *dominium mundi* esgotaram ambos lados. O império ficou reduzido ao território da atual Alemanha e a uma monarquia eletiva. Já a Igreja, durante o período de tutela dos reis franceses em Avignon (1309-1378), enfraqueceu-se. O grande cisma do Ocidente (1378-1417) diminuiu a capacidade centralizadora do papado, na medida em que foi divido em até três observâncias. Durante o século XV, a Igreja deparou-se com a luta entre os princípios da monarquia papal e o conciliarismo ao passo que, no século XVI, a Igreja não aderiu ao movimento reformador, levando, assim, à contestação de Lutero (1521) e à ruptura definitiva[38].

## 2.1 – Cluny e o Papado

---

[35] Ibidem, p. 581.
[36] Cf. GOMES, Francisco José Silva. A Igreja…op. cit., p. 51.
[37] Ibidem, p. 52.
[38] Cf. Ibidem, p. 53.

Quanto às questões relativas ao Papado, considera-se importante ressaltar e contextualizar as modificações trazidas por Cluny. Afinal alguns aspectos do projeto reformador *na* e *da* Igreja[39], que conduziram à querela das investiduras, estão relacionados a essa ordem monástica. Segundo Iogna-Prat[40], através da concessão dos primeiros privilégios de exceção recebidos por Cluny e das suas hagiografias seria possível compreender determinadas ideias-chave que nortearam a ação da instituição a partir do ano 1000 e que levaram ao fortalecimento da noção teocrática[41].

Em 998, após 80 anos de sua fundação pelo duque da Aquitânia Guilherme I (que governou entre 893-918), o mosteiro de Cluny recebeu do papa Gregório V (996-999) o primeiro privilégio de exceção. O documento dava liberdade espiritual ao santuário, bem como reconhecia a santidade do abade Odilon, quinto abade do mosteiro 994 a 1049. Além de ter sido o promotor da primeira hagiografia da abacial de Cluny – sobre o abade Maiolo, que chefiou a abadia entre 954 e 994 – e ter composto um elogio fúnebre – o *Epitaphium domne Adalheidae auguste* – à imperatriz santa Adelaide, Odilon foi objeto de uma obra – o *Electio domini Odilonis*, escrito entre 1003 e 1010 – e teve a sua imagem associada ao abade Maiolo.

A hagiografia insere-se no contexto entre 980 e 1020, quando os poderes "públicos" (real, ducal e condal) desestruturam-se no reino da Francia Ocidental entre os anos 980 e 1020. Na época, o Cluny transformou-se um senhorio independente. Esse fato foi acompanhado da sua aquisição da liberdade espiritual. Assim, para Prat-Iogna, o esfacelamento dos poderes "públicos" e a consequente instauração das liberdades espiritual e temporal representaram uma espécie de segundo nascimento para a ordem monástica. Do ponto de vista da produção hagiográfica, a vida do santo de Cluny é uma produção de alta cultura cuja preocupação aborda o ordenamento do mundo[42].

---

[39] Para maiores detalhes sobre o programa reformador da Igreja. Cf. Ibidem, pp. 33-60. Ver também a bibliografia indicada por esse historiador.

[40] PRAT-IOGNA, Dominique. Hagiographie, Théologie et Théocratie dans le Cluny de l'an mil. In: ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Les fonctions des saints dans le monde Occidental (III^e – XIII^e siècle)*. Actes de: Colloque organisé par l'École Française de Rome avec le concours de l'Université de Rome 'La Sapienza', Rome, 27-29 octobre 1988. Paris: École Française de Rome, 1991. pp. 241-257.

[41] Cf. Idem. La croix, le moine et l'empereur: dévotion à la croix et la théologie politique à Cluny autour de l'an mil. In: SOT, Michel (éd.). *Haut Moyen Âge. Culture, éducation et société Études offertes à Pierre Riché*. Paris: Erasme, 1990, pp. 449-475.

[42] GUERREAU, Alain. Espace social espace symbolique: à Cluny au XI^e siècle. In: REVEL, Jacques et SCHMITT, Jean-Claude. *L'ogre historien*: autour de Jacques Le Goff. Paris: Gallimard, 1998, pp. 167-191. No artigo, o autor demonstra a forma como o espaço foi ordenado em Cluny em função das concepções políticas e religiosas dos seus monges.

> Reste à savoir quel rapport il peut bien y avoir entre l'histoire d'un saint e les enseignements du platonisme chrétien. Le problème est, en fait, aussi vieux que l'Église elle-même, puisqu'il tient à la composante hellénique du christianisme. Sans le savoir, les Clunisiens de l'an Mil mettent en forme les idéaux d'un Plotin ou d'un Philon. Comme le désert, le cloître est un 'espace de purification, d'activité pure et sans mélange' où le moine (le 'solitaire'), devenant monade, s'assimile à Dieu.[43]

Os monges de Cluny enraizaram-se em uma reflexão de conteúdo pedagógico e social. Assim, a ordem criadora, Deus, funda ordens que, à imagem do "dom hierárquico" ou do movimento processual de Um, eram divididas em três: aqueles que combatem, aqueles que rezam e aqueles que trabalham a terra[44]. Evidentemente, reconhece-se o sistema trifuncional da sociedade[45]. Assim, a ordem do mundo é regida por uma lei harmoniosa em que, cada um está em seu lugar e dentro da ordem, é uma função do Todo que o reflete e o transmite. Nessa organização escatológica, marcadamente influenciada pelo neoplatonismo, os monges, que estão mais ligados a Deus, formam a terceira ordem, que ocupa o lugar terrestre mais elevado e, portanto, mais próximo a Deus. Eles e os seus santos representavam o reflexo dos princípios que regiam a harmonia no mundo. Os seus princípios de castidade, de humildade e de caridade permitiam que, apesar da da diversidade dos seus membros, a Igreja permanecesse em ordem.

Obviamente, uma elaboração como essa era também endereçada aqueles que, no mundo terrestre, exerciam os poderes, especialmente, os príncipes, ou seja, de certam forma, o discurso demonstrava a superioridade moral da Igreja, sobretudo, do clero regular, o qual reivinidacava, em última instância, a prerrogativa de ascendência sobre os demais poderes.

> Quel intérêt y avait-il alors à concentrer l'étude sur le Cluny de l'an Mil ? Parce que le 'spectre' de la sainteté y est couvert, me semble-t-il, dans son intégralité. En des années où Odilon et ses frères deviennent des seigneurs indépendants et accaparent la justice, il leur faut élaborer une réflexion doctrinale leur permettant de verrouiller l'au-delà à leur profit. Ils combinent hagiographie et théologie pour construire une théocratie. Avec les saints, ils pensent ainsi le monde, éduquent le siècle, distinguent maudis et fidèles (entraînant ces derniers vers la Parousie) et, le temps des turbulences ici-bas, garantissent la paix de

[43] PRAT-IOGNA, Dominique. Hagiographie, Théologie… op. cit., p. 248.
[44] Cf. Ibidem, p. 249.
[45] Cf. DUBY, Georges. *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris : Gallimard, 1978.

> l'*Ecclesia*. La sainteté est une affaire de puissants qui enseigne des principes de gouvernement.[46]

Apesar de Arnaldi[47] ter afirmado que não existe uma relação entre as ações de Cluny e a posterior reforma na Igreja, concorda-se com Francisco José Gomes[48] e com Prat-Iogna[49] que defendem uma relação entre o programa de Cluny e as chamadas reformas gregorianas, que contribuíram para as "querelas das investiduras".

## 3 – O fortalecimento do poder real: o caso da França

Uma consequência importante das disputas entre o imperador e o papa foi o fortalecimento de um poder de natureza distinta, o poder real, existente desde o século VI[50]. A questão das investiduras opôs dois poderes cujas pretensões eram universalistas, porém, o poder régio apresentava uma autoridade de natureza local.

> O poder imperial unitário declina (1250 a 1273 é o grande interregno); na Alemanha, e sobretudo na Itália, o poder, antes de tudo, está nas mãos das cidades que se submetem ao território que as cerca, mais ou menos grande, e constituem em muitos lugares cidades-Estados; **mas o futuro parece pertencer às monarquias**, que constroem em torno do rei o Estado moderno. Na vanguarda deste movimento situa-se a França de São Luís.[51]

Como chamou a atenção Genet[52], no epicentro do feudalismo, uma dinastia subsistiu, os capetíngios na França. Valendo-se da sacralização do seu poder, afinal seus reis eram

---

[46] Ibidem, p. 257.
[47] ARNALDI, Girolamo. Igreja e Papado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático*... op. cit., p. 577.
[48] GOMES, Francisco José Silva. A Igreja…op. cit..
[49] PRAT-IOGNA, Dominique. Hagiographie, Théologie… op. cit..
[50] Cf. LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático…* op. cit., Vol. II, pp. 395-414, p. 395.

[51] LE GOFF, Jacques. *São Luís* – uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 66. Destaque.
[52] GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático…* op. cit.,Vol. I, pp. 397-409.

sagrados, os reis capetíngios conseguiram, aos poucos, edificar uma monarquia feudal. Por isso, em meio à anarquia e à violência típicos da sociedade feudal e sendo considerado apenas como um *primus inter pares*, o rei feudal conseguiu apresentar-se como o legítimo guardião do poder, da justiça e da paz. Certamente, o seu caráter sagrado teve um peso importante em tal construção ideológica.

Segundo Duby, o processo de feudalização não pode ser apenas estudado do ponto de vista das estruturas materiais. Defende-se a necessidade de analisá-lo do ponto de vista das suas representações ideológicas. Além disso, não se deve estabelecer uma relação de importância entre as estruturas e as representações ideológicas, pois ambos estão ligados, porque o primeiro autoriza o segundo e o segundo justifica o primeiro[53]. Para comprovar a sua argumentação, esse autor selecionou três fontes que demonstram as características das representações do poder régio. Trata-se de três escritores de origem monástica ligados a Reims, a Fleury e ao mosteiro beneditino às margens do Loire. Os autores são Richer, Abbon de Fleury e Helgaud. As três virtudes principais dos reis segundo eles e que foram apropriadas pelos príncipes são: a sabedoria, a generosidade para com os pobres e a piedade.

Para Duby, embora, de fato, os príncipes tenham recebido algumas prerrogativas do poder régio, destacou que a capacidade taumatúrgica nunca foi apropriada e ela seria uma marca própria do poder real na França.

> En vérité, une qualité leur manque, essentielle. Ils sont bons, ils sont pieux, mais ils ne sont pas saints. Ils ne font pas de miracles. Un seul laïque conserve, sur toute l'étendue du royaume de France, le pouvoir thaumaturgique, c'est le roi. On peut penser que ce privilège exclusif lui est conféré par les rites du sacre. En tout cas, le mouvement de décomposition féodale s'est arrête là : les princes se sont attribué toutes les prérogatives royales, à l'exception de l'onction et de la puissance miraculeuse. Or ce double monopole que déteint le monarque le situe véritablement dans un autre compartiment du cosmos. Il établit indiscutablement au niveau de l'idéologie sa supériorité, en dépit de toutes les défaillances qui peuvent affecter son pouvoir matériel. Le don de guérison constitue le support ultime, mais singulièrement solide, de la supériorité monarchique, et ce n'est sans doute pas par hasard si, comme pour une suprême et décisive réaction de défense, Helgaud de Fleury a mis pour la première fois l'accent sur cet attribut majeur, au moment précis où, dans l'entourage du

[53] Cf. DUBY, Georges. L'image du prince en France au début du XIe siècle. *Cahiers d'histoire. Études médiévales en mémoire de Jean Deniau*. Lyon : CNRS et Comité historique des régions lyonnaise, stéphanoise, dauphinoise et savoyarde, Tome XVII, nº 3, pp. 211-216, [s.m.]. 1972, pp. 211-212.

> souverain et dans l'activité de sa chancellerie, se manifeste l'aboutissement du long processus qui en un siècle et demi à réduit l'autorité royale au profit de celle des princes, au moment précis où l'image exemplaire du bon prince achève de se constituer de tous les autres trait d'un modèle monarchique.[54]

Deve-se ressaltar que, como afirma Le Goff, "Se o rei é a imagem de Deus, ele tem, no entanto, obrigações e limitações"[55]. O rei, ao mesmo tempo que depende da Igreja para ser consagrado e, assim, ter o seu poder legitimado, deve proteger e respeitar a Igreja. Além disso, não pertence ao corpo clerical. Ele é um leigo sacralizado pela Igreja. A dinastia dos capetíngios, aos poucos, conseguiu ampliar as suas terras no ducado e subjugar os senhores da área. O monarca, do ponto de vista material, não diferia muito dos grandes senhores: era pequena a diferença militar do rei capeto em relação aos demais grandes senhores feudais. Assim, o poder do monarca poderia ser facilmente ameaçado por esses últimos. Nesse contexto, o rei era obrigado a ampliar os seus poderes para que as prerrogativas régias não desaparecessem. Segundo Elias[56], esse contexto de lutas entre as grandes casas foi um dos elementos responsáveis pelo fortalecimento da realeza, cujo desdobramento foi o surgimento do "Estado".

As constantes guerras feudais possibilitaram a determinadas casas conquistar o monopólio de meios militares e financeiros. Para época, do ponto de vista material, o título de rei pouco importava. Para que o rei conseguisse impor-se, era necessário subjugar vários outros poderes, usurpando-lhes terras e rendas. Esse processo conflituoso, acompanhado de casamentos e alianças, contribuiu para a primazia dos capetos na região da Francia.

> O mecanismo que gerou a hegemonia foi sempre o mesmo. De maneira semelhante – através da acumulação de propriedades –, em tempos mais recentes um pequeno número de empresas econômicas supera seus rivais e concorre entre si até que, finalmente, uma ou duas delas controlam ou dominam um dado ramo da economia, sob a forma de monopólio. Analogamente – acumulando terra e, dessa maneira, ampliando potencial militar e financeiro – Estados, em tempos recentes, lutam pela preponderância numa dada parte do mundo.[57]

---

[54] Ibidem, p. 216.
[55] LE GOFF, Jacques. Rei. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático...* op. cit., Vol. II, p. 396.
[56] Cf. ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*: Formação do Estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993, pp. 87-190.
[57] Ibidem, p. 90.

Na baixa idade média, houve lutas "eliminatórias" entre diversas casas. Após sucessivas guerras, ocorreu uma concentração de poder nas mãos de um grupo menor de casas feudais. Assim, como sustenta Genet, "a monarquia feudal apresenta, assim, duas faces contrastantes: uma de paz, de justiça e de religião; outra, de guerra. Mas elas são inseparáveis e o desenvolvimento de uma passa pelo da outra"[58]. Elias afirma que os capetos enfrentaram uma série de "provas eliminatórias", guerras com outros senhores, até conquistarem a preponderância em relação a eles.

Concomitante às disputas entre os senhores, durante a baixa idade média, aconteceu um processo lento, mais inexorável, de passagem de uma economia de troca para uma economia monetária. Esse fenômeno também fez parte das disputas pela hegemonia do poder. Ele foi acompanhado pela intensificação da competição interna pela terra devido ao crescimento da população, às dificuldades de expansão interna e à consolidação da propriedade. Assim, unidades territoriais chocavam-se uma com as outras por meio de guerras, pondo em movimento um dispositivo que Elais denominou de "mecanismo do monopólio" [59].

> Na linguagem das ciências exatas, esta observação seria, talvez, chamada de 'lei'. Mas, em termos rigorosos, o que temos é a formulação relativamente precisa de um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio. Uma configuração humana em que um número relativamente grande de unidades, em virtude do poder de que dispõem, concorrem entre si, tende a desviar-se desse estado de equilíbrio (muitos equilibrados por muitos, concorrência relativamente livre) e a aproximar-se de um diferente estado, no qual um número cada vez menor de unidades pode competir entre si. Em outras palavras, acerca-se de uma situação em que apenas uma *única* unidade social consegue, através da acumulação, o monopólio das disputadas probabilidades de poder. [60]

O mecanismo de monopólio, que dizia respeito, sobretudo, ao monopólio da força, do poder e ao monopólio financeiro, desabrocha lentamente a partir do século XI, na região do antigo império franco do Ocidente. A sociedade moderna, posteriormente, caracterizar-se-ia

---

[58] GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático*... op. cit., Vol. I, p. 405.
[59] Cf. ELIAS, Nobert. *O processo*... op. cit., Vol 2, p. 93.
[60] Ibidem, p. 94. Destaque do autor.

por certo grau de monopolização: o emprego das armas foi restringido, a tributação sobre a propriedade e a renda foi concentrada nos órgãos do Estado.

Existe uma relação entre os meios financeiros e o monopólio militar, pois o primeiro garante os recursos necessários à manutenção do segundo e o uso da força é um mecanismo coercitivo para a obtenção dos impostos. "Nenhum dos dois tem, em qualquer sentido, precedência sobre o outro, pois são dois lados do mesmo monopólio"[61]. Somente, quando a autoridade central consegue exercer esse monopólio, através de um aparelho especializado, é possível perceber o caráter de "Estado".

Como Le Goff sublinhou acerca do são Luís, considera-se o fato de que a França era, durante o século XIII, "a região mais próspera, como conjunto, da Cristandade, sobretudo em sua parte setentrional"[62]. Tal constatação indica para a importância desse reinado para se problematizar a questão da emergência do Estado em França. Le Goff chama a atenção para a importância da personagem régia a partir do século XIII. A primeira questão a ser considerada sobre tal personagem diz respeito à sua função. Toma-se, como exemplo, Luís IX, que foi estudado por esse medievalista. Segundo Le Goff, a função primordial do rei é a colocar sua sociedade em contato com a divindade. Isso é válido para os reis medievais, especialmente, para o caso de França, em que o rei era considerado como eleito por Deus e, devido à sua sagração, era o ungido do Senhor. "Mesmo se Deus estiver em cólera contra um povo de um rei cristão, o rei é um escudo entre o mal e seu povo, sobretudo, é por ele que passa a comunicação entre Deus e o povo, o reino"[63].

Seria um equívoco associar a personagem régia a um ação apenas no campo da intermediação entre o sagrado e a sua sociedade. A partir do século XIII, considera-se importante mencionar um processo, que deve ser estudado na longa duração, através do qual os poderes régios são ampliados significativamente. No caso de são Luís, por exemplo, percebe-se que desde os seus 18 anos, estava preocupado, agindo, às vezes de forma agressiva, com os direitos do rei e do reino. Isso se aplica às suas medidas contra os abusos do clero sobre a justiça real, sobretudo, no que dizia respeito às excomunhões e aos interditos. Tais medidas, como demonstrou Le Goff, além de apresentar traços da personalidade desse rei, são e, isso é o mais importante, indícios de um processo que, aos poucos, conduzirá o aumento do poder régio e, por conseguinte, da afirmação do Estado[64]. Afinal, talvez, a maior

[61] Ibidem, p. 98.
[62] LE GOFF, Jacques. *São Luís*... op. cit., p. 66.
[63] Ibidem, pp. 83-84.

das prerrogativas régias, que se desenvolveram durante a baixa idade média, a justiça tinha suas origens na tradição cristã, ou seja, o bom rei, é aquele que é justo, segundo um modelo determinado por essa tradição, isso vinculou a ação régia ao campo do sagrado cristão de forma indiscutível.

Embora se sublinhe a ação efetiva de Luís IX para aumentar o poder régio, acredita-se que, ao se tratar de idade média, não se pode fazer uma distinção entre a esfera do político e a religiosa. Apesar de existir diversas influências na formulação da ideologia régia na idade média[65], não se pode negar que a herança dominante provinha do texto bíblico. No caso francês, isso foi mais evidenciado devido ao fato de que, desde 751[66], Pepino, o Breve (714-768), tenha sido sagrado, recebendo a unção à maneira de Saul e de Davi. Aos poucos, estabeleceu-se, com base na bíblia, um modelo de "bom rei".

Para Le Goff, a monarquia carolíngia e, posteriormente, as demais dinastias que ascenderam ao poder em França, durante a idade média, lançaram mão do modelo do Antigo Testamento. Na verdade, tomou-se como modelo de rei Javé, assim, o rei terrestre deveria segui-lo e, como sustenta esse historiador,

> no limite possível, ser sua imagem. O que torna o rei legítimo e santifica sua função é a unção. Em seus deveres, o rei tem, depois do serviço de Deus, obrigações em relação as seus súditos: deve fazer respeitar as leis, proteger seus

---

[64] Cf. Ibidem, p. 112.

[65] Sobre a questão da relação entre a imagem da realeza e sua legitimação por meio do cristianismo, principalmente através da ideia da vinculação do rei ou de um membro da monarquia à imagem de santidade. Cf. GORSKI, Karol. Le roi-saint : un problème d'idéologie féodale. *Annales Économies Sociétés Civilisations*. Paris : CNRS et EHSS, Année 24e, nº 2, pp. 370-376, mars/avril. 1969.; VAUCHEZ, André. 'Beata Stirps' : Sainteté et lignage en Occident aux XIIIe et XVe siècles. In : ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Famille et parenté dans l'Occident médiéval.* Actes de : Colloque de Paris organisé par l'École Pratiques des Hautes Études en collaboration avec le Collège de France et l'École Française de Rome. Paris, 6-8 juin 1974. Paris : École Française de Rome et Palais Farnèse, pp. 397-407, 1974.; BROWN, Peter. *The cult of the saints*: Its rise and function in Latin Christianity. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.; FOLZ, Robert. *Les saints*... op. cit. ; SCHMITT, Jean-Claude. La fabrique des saints. *Annales Économies Sociétés Civilisations*. Paris : CNRS et EHESS, Année 39e, nº 2, pp. 286-300, mars/avril. 1984. ; AMARAL, Clinio de Oliveira. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*. Niterói, 2008, Tese (Tese em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. e Idem. As discussões historiográficas em torno do Infante Santo. *Medievalista online*. Lisboa: IEM da Universidade Nova de Lisboa, Ano 5, Vol.7, pp. 1- 42, dezembro. 2009. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. Acesso em 1 de julho de 2010.

[66] Essa data é fruto de divergência entre Jacques Le Goff e Michel Zimmermann. Para o primeiro, a cerimônia de sagração teria ocorrido em 752. Cf. LE GOFF, Jacques. *São Luís*... op. cit., p. 345. Já o segundo, ocorreu em 751. Cf. ZIMMERMANN, Michel. *Chronologie du Moyen Âge*. Paris: Points Histoire, 2007, pp. 60-61. Optou-se pela datação do segundo autor.

> súditos e, sobretudo, fazer reinar a justiça e a paz. Entre os reis, haverá, finalmente, um para possuir o governo do mundo, um rei messias.[67]

Subjacente ao desenvolvimento do modelo régio plasmado no Velho Testamento, houve um processo através do qual, sobretudo, durante a baixa idade média, a imagem do rei passou a ser plasmada em virtudes. Tal transformação ocorreu a partir do século XII, por meio dos espelhos de príncipes. Na verdade, a profusão da ideia de que rei necessitava ser virtuoso veio por duas questões. Primeiramente, está ligada a um processo de transformação da própria noção de santidade. Conforme demonstrou Vauchez, a partir do século XII, a noção de santidade por meio da ideia de *beata stirps* declinou para que uma pessoa fosse considerada santa[68], era, a partir de então, mais importante suas ações do que sua linhagem[69].

Além disso, os clérigos responsáveis pela redação dos espelhos de príncipes desejavam evitar que o caráter sagrado dos reis produzisse uma imagem do rei como "divino" ou como alguém com uma função sacerdotal. Na realidade, em uma sociedade cristã, era preciso evitar que a imagem da realeza fosse, demasiadamente, associada à esfera do sagrado sem o devido controle da Igreja. Assim, o "rei não devia se mais do que o eleito designado por Deus, aquele que recebe a unção da sagração na tradição judeu-cristã […]"[70].

Como destacou Vauchez[71], após a reforma espiritual dos séculos XII/XIII, abriu-se a possibilidade de uma espiritualidade leiga, a qual tem como núcleo as ações em vida. Desse modo, as vidas dos reis, em alguns casos, obtiveram a possibilidade de se tornarem santas, associadas à nova realidade, engendrada pela reforma a um outro processo que culminou com a sobreposição da imagem de Cristo sofredor à imagem do rei. Dessa maneira, percebe-se certa tendência em associar a figura do rei à de Cristo.

---

[67] LE GOFF, Jacques. *São Luís*... loc. cit.

[68] Sobre a relação entre o advento da mudança na espiritualidade medieval, a qual foi responsável pelo declínio da ideia de *beata stirps*. Cf. VAUCHEZ, André. *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age. D'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*. Rome: École Française de Rome/Palais Farnèse, 1981.

[69] Apesar da noção de santidade vinculada à linhagem tenha declinado nos últimos séculos da idade média. É importante destacar que o próprio André Vauchez tenha sublinhado de que tal noção ainda perdurou. Para ler sobre dois estudos, recentes, que demonstraram a existência dessa ideia em Portugal no século XV. Cf. FONTES, João Luís Inglês. *Percursos e memória*: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo. Cascais: Patrimonia, 2000.; REBELO, António Manuel Ribeiro. *Martyrium et Gesta Infantis Domini Ferandi*. Edição crítica, Tradução, Estudo Filológico 2 Vols. Coimbra, 2001, 2 Vols. Tese (Dissertação de Doutoramento) – Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, Coimbra: 2001.; AMARAL, Clinio de Oliveira. *O culto*... op. cit.

[70] LE GOFF, Jacques. *São Luís*... op. cit., p. 358.

[71] VAUCHEZ, André. *La sainteté*... op. cit.

Apesar de defender que a santidade dos reis da baixa idade média foi influenciada ainda pelo modelo real, estudado por Robert Folz[72], para Le Goff existem mais rupturas do que continuidades. Logo, a santidade de são Luís tem características próprias, tiveram origem no século XIII, principalmente, nas ordens mendicantes e em uma mistura de "courtoisie" e razão.

> Saint Louis un saint entre la tradition et la modernité, d'une sainteté qui s'est détachée de la sainteté royale du haut Moyen Âge, sans basculer entièrement vers la sainteté individuelle, charitable et mystique de l'automne du Moyen Âge. Il a été le dernier des rois saints, à l'exception de Ferdinand III de Castille, quasi contemporain de saint Louis, mais en fait saint du XVII[e] siècle, de la nouvelle société issue du grand essor de la chrétienté depuis l'an Mille.
> Après saint Louis les rois aristotéliciens et absolus échappent á la sainteté rendue individuellement impossible par la sacralisation de l'État. Les seuls monarques canonisables sont désormais des papes. [73]

Tais particularidades estariam relacionadas à existência, em torno do rei Luís IX, de um sistema articulado representado pelas categorias da sacralidade régia que transformaram esse rei em são Luís. Essas são pensadas como um sistema articulado da representação régia que gira em torno de quatro aspectos.

> O *sagrado*, é aquilo que exprime e na maior parte das vezes *cria* (a consagração é uma sacralização) uma ligação com os poderes sobrenaturais, a participação nesses poderes e, como se trata de uma sociedade cristã, uma relação direta com Deus. Mais que uma delegação de poder (significando pela coroação: *rex Deo coranatus*, 'rei coroado por Deus'), a sagração assegura que pela unção insuflaram-se forças sobrenaturais, garante a manifestação da outorga de algumas dessas forças pela entrega de *insígnias* simbólicas de poder.
>
> O *religioso*, mais difícil de definir numa sociedade que quase não tem a idéia do *civil*, mas que distingue o temporal do espiritual, é tudo aquilo que concerne ao funcionamento essencialmente assegurado pela Igreja. A função religiosa da monarquia consiste então em permitir, em aderir e em favorecer o papel e a ação da Igreja. Além da sagração, expressa-se sobretudo nos compromissos assumidos pelo rei no juramento. Pode-se resumi-las na noção de 'braço secular'.
>
> O *sacerdotal* designa tudo aquilo que confere ao rei caracteres ou funções de um homem de Igreja. O ritual da sagração evoca um certo caráter a um tempo

[72] Cf. FOLZ, Robert. *Les saints*... op. cit.
[73] LE GOFF, Jacques. La sainteté de Saint Louis sa place dans la typologie et l'évolution chronologique des rois saints. In : ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Les fonctions*... op. cit, pp. 285-293, p. 293.

> episcopal, sacerdotal e diaconal do soberano. Mas as limitações estritas impedem que o rei seja e apareça como um *rex sacerdos*, um 'rei sacerdote'.
>
> Enfim, o *taumatúrgico*, próximo do mágico, evoca o poder sobrenatural reconhecido ao rei de França de curar, em circunstâncias mais ou menos solenes e bem definidas (dia de festa, lugar sagrado como um claustro), pelo toque – acompanhado pelo sinal-da-cruz (trata-se da cristianização do rito mágico) –, os doentes que sofrem de uma moléstia particular, as *escrófulas* ou adenite tuberculosa, a *morbus regius*, a doença real, quer dizer, que pode ser curado pelo rei.[74]

Embora esse autor refira-se especificamente à conjuntura da França de Luís IX sua proposta oferece a possibilidade de se pensar que, após a desacralização do império, foi a imagem da monarquia que apareceu como sacralizada. Os elementos citados dizem respeito à sacralidade das monarquias inglesa e francesa, porém o tema da sacralidade régia pode ser analisado em outros contextos culturais, desde que se leve em consideração as singularidades regionais, mas isso transcende os limites deste texto[75].

Segundo Genet[76], no final do século XIII, iniciou-se o processo cujo resultado levaria, mais tarde, a emergência do chamado Estado moderno que, segundo esse autor nasceu das transformações da monarquia feudal. Após são Luís, as disputas entre as duas monarquias assumiu um caráter mais violento devido às pretensões hegemônicas de reis como, por exemplo, Eduardo I (rei de 1272 a 1307) e Filipe, o Belo, (rei de 1285 a 1314). Esses dois reis gastaram grandes somas para manter as suas posições. No século XIV, devido aos incessantes conflitos entre os capetíngios e os plantagenetas, iniciar-se-ia a guerra dos cem anos. Como resultado, o autor destacou o processo de modificação de arrecadação fiscal, ou seja, de uma tributação feudal, passou-se a uma tributação moderna.

Durante a fase da monarquia feudal, o tributo era cobrado à guisa de *auxilim*, ou seja, ajuda ao suserano. No entanto, para manter uma cobrança de impostos permanente era necessário demonstrar a sua necessidade e atribuir-lhe uma legitimidade. Assim, com a colaboração ideológica da Igreja, desenvolveu-se a ideia de que guerra criava uma necessidade permanente de recursos para que os reis lutassem pela segurança e os bens de todos os súditos, ao se defender o reino, defendia-se a todos.

---

[74] LE GOFF, Jacques. *São Luís*... op. cit., p. 734. Destaque do autor.
[75] Para maiores informações sobre a questão da sacralidade em outras monarquias europeias. Cf. AMARAL, Clinio de Oliveira. *O culto*... op. cit.
[76] GENET, Jean-Philippe. Estado. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático*... op. cit., Vol. I.

Com base na argumentação sobre a edificação de um novo sistema fiscal, sustentado ideologicamente pela Igreja, Genet argumentou que foi criado um novo sistema de participação política, pelo Estado moderno. A partir de então, o vínculo político não se estabelecia entre o indivíduo e a *pólis*, está presente em um espaço mais amplo, não diferenciado; exatamente aquilo que não foi feito pelo império romano do Ocidente. Esse autor concluiu com a advertência para que os historiadores tomem cuidado com os anacronismos. Não se pode dizer que o Estado moderno tenha sido a única via da política medieval, foi um dentre outras, para tanto, basta lembrar da situação italiana no final da idade média.

**Referências bibliográficas**

AMARAL, Clinio de Oliveira. As discussões historiográficas em torno do Infante Santo. *Medievalista online*. Lisboa: IEM da Universidade Nova de Lisboa, Ano 5, Vol.7, pp. 1-42, dezembro. 2009. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>. Acesso em 1 de julho de 2010.

_____,. *O culto ao Infante Santo e o projeto político de Avis (1438-1481)*. Niterói, 2008, Tese (Tese em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos. O caráter sobrenatural do poder régio. França e Inglaterra.* São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

BROWN, Peter. *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

_____,. *The cult of the saints*: Its rise and function in Latin Christianity. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

DUBY, Georges. L'image du prince en France au début du XI$^{e}$ siècle. *Cahiers d'histoire. Études médiévales en mémoire de Jean Deniau*. Lyon : CNRS et Comité historique des régions lyonnaise, stéphanoise, dauphinoise et savoyarde, Tome XVII, nº 3, pp. 211-216, [s.m.]. 1972.

_____,. *Les trois ordres ou l'imaginaire du féodalisme*. Paris : Gallimard, 1978.

ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME. *Famille et parenté dans l'Occident médiéval.* Actes de : Colloque de Paris organisé par l'École Pratiques des Hautes Études en collaboration avec le

Collège de France et l'École Française de Rome. Paris, 6-8 juin 1974. Paris : École Française de Rome et Palais Farnèse, pp. 397-407, 1974.

_____. *Les fonctions des saints dans le monde Occidental (III^e – XIII^e siècle)*. Actes de: Colloque organisé par l'École Française de Rome avec le concours de l'Université de Rome 'La Sapienza', Rome, 27-29 octobre 1988. Paris: École Française de Rome, 1991.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*: Formação do Estado e civilização. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1993.

FAVIER, Jean. *Carlos Magno*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

FOLZ, Robert. *Les saints rois du Moyen Age en Occident (VI^e – XIII^e siècles)*. Bruxelles: Société des Bollandistes, Collection Subsidia Hagiographica, nº 68, 1984.

FONTES, João Luís Inglês. *Percursos e memória*: Do Infante D. Fernando ao Infante Santo. Cascais: Patrimonia, 2000.

GOMES, Francisco José Silva. A cristandade medieval entre o mito e a utopia. In: *Topoi*: Revista de história do programa de pós-graduação em história social da UFRJ. Vol. 5, pp. 221-231, set. 2002.

GORSKI, Karol. Le roi-saint : un problème d'idéologie féodale. *Annales Économies Sociétés Civilisations*. Paris : CNRS et EHSS, Année 24^e, nº 2, pp. 370-376, mars/avril. 1969.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei. Um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

LACOSTE, Jean-Yves (direction). *Dictionnaire critique de théologie*. Paris : PUF, 2007.

LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. 2 Vols. I. Bauru/São Paulo : EDUSC/Imprensa Oficial. 2002.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval.* Lisboa: Edições 70, 1990.

_____,. *São Luís* – uma biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LEMERLE, Paul. *Histoire de Byzance*. Paris: PUF, 1993.

REBELO, António Manuel Ribeiro. *Martyrium et Gesta Infantis Domini Ferandi*. Edição crítica, Tradução, Estudo Filológico 2 Vols. Coimbra, 2001, 2 Vols. Tese (Dissertação de Doutoramento) – Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras, Coimbra: 2001.

REVEL, Jacques et SCHMITT, Jean-Claude. *L'ogre historien*: autour de Jacques Le Goff. Paris: Gallimard, 1998.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *A vida na Idade Média*. Brasília: UNB, 1997.

SCHMITT, Jean-Claude. La fabrique des saints. *Annales Économies Sociétés Civilisations*. Paris : CNRS et EHESS, Année 39e, nº 2, pp. 286-300, mars/avril. 1984.

SOT, Michel (éd.). *Haut Moyen Âge. Culture, éducation et société Études offertes à Pierre Riché*. Paris: Erasme, 1990.

VAUCHEZ, André (direction). *Christianisme* : dictionnaire des temps, des lieux et des figures. Paris : Seuil, 2010.

_____,. *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age. D'après les procès de canonisation et les documents hagiographiques*. Rome: École Française de Rome/Palais Farnèse, 1981.

VILLER, M.; CALALLERA, J. et ali. *Dictionnaire de spiritualité. Ascétique et mystique et histoire*. Tome IX. Paris: Beauchesne, 1976.

ZIMMERMANN, Michel. *Chronologie du Moyen Âge*. Paris: Points Histoire, 2007.

*Artigo*

# *Pequenos Enfoques Religiosos e Mitológicos nas Elegias de Tirteu*[77*]

**Luciene de Lima Oliveira**

Doutoranda em Letras Clássicas pelo PPGLC da UFRJ

Professora Substituta de Língua Grega

do Instituto de Letras da UERJ

lucienedelimaoliveira@yahoo.com.br

**RESUMO:**

"(...) confiando, totalmente, nos deuses imortais" (19 W, 10), com esse verso, dentre outros, Tirteu estimula o ânimo e o ardor guerreiro de seus compatriotas espartanos, que lutavam há duas décadas contra os messênios e seus aliados, na Segunda Guerra Messênia (século VII a.C.). Assim é que, com base em alguns versos do poeta de Esparta, este trabalho faz considerações a respeito de pequenas referências às divindades e a seres mitológicos presentes nos versos bélicos de Tirteu.

**RESUMEN:**

"(...) confiando completamente en los dioses inmortales" (19 W, 10), con este verso, entre otros, Tirteu estimula el espíritu y el ardor guerrero de sus compañeros espartanos, que lucharon durante dos décadas contra los mesenios y sus aliados en la guerra de Mesenia (siglo VII a.C.).

Así que, basado en unos versos del poeta de Esparta, este trabajo hace consideraciones sobre las referencias pequeñas a las deidades y a los seres mitológicos presentes en los versos de la guerra de Tirteu.

**Palavras-Chave**: Guerra – Morte - Divindade

---

[*] O presente artigo constitui uma adaptação de uma comunicação intitulada "Pequenos Enfoques Religiosos na Produção Poética Bélica de Tirteu", apresentada durante o III Simpósio de Estudos Helênicos – *As Faces da Religião na Grécia de Todos os Tempos* do Instituto de Letras da UERJ em novembro de 2008.

A temática de guerra foi um assunto muito explorado pelos documentos epigráficos, pelos historiadores antigos e modernos, por filósofos e arqueólogos e, ainda, serve de temática a alguns fragmentos do poeta Tirteu que teve grande reputação na antiguidade.

Do que restou de seus versos, alguns falam da história e constituição de Esparta, porém os três fragmentos mais longos (10 W, 11 W, 12 W) são poemas do campo de batalha.

Têm-se informações dos tipos de heróis que Tirteu estava exortando: *andrôn*, de *anér*, que é *um guerreiro, um homem* (10 W, 2, 12 W, 20); *néoi*, *os jovens*, (10 W, 15 e 11 W, 10); e *toùs palaiotérous*, *os guerreiros mais velhos*, também chamados de *toùs geraioús*, *os anciãos*, (10 W, 19 e 20).

Deve-se lembrar que o contexto histórico de Tirteu é a Segunda Guerra Messênia, que durou, aproximadamente, vinte e dois anos, cujos espartanos saíram vitoriosos contra os inimigos messênios e seus aliados de Argos, Arcádia e Pisa. Assim, os espartanos continuaram tendo a posse da Messênia, que possuía ótimas terras laborais.

Apesar de Tirteu ser contemporâneo da Segunda Guerra Messênia, fez algumas referências importantes de seus ancestrais, que podem ser colhidas no fragmento subscrito:

> *A nosso rei Theopompo, amado dos deuses,*
> *graças ao qual conquistamos a vasta Messênia,*
> *Messênia boa para cultivar, boa para plantar,*
> *por ela, lutaram durante dezenove anos*
> *sem interrupção, com intrépido coração,*
> *os lanceiros, pais de nossos pais.*
> *No vigésimo ano, porém, após abandonarem as férteis terras,*
> *fugiram das grandes montanhas de Ithoma.* (5 W)

A Primeira Guerra Messênia terminou por uma ação decisiva por parte dos espartanos sob o comando do rei Theopompo. Esse rei – que Tirteu enfatiza ser "amado dos deuses", não sendo, portanto, um simples mortal – levou os espartanos à vitória na Primeira Guerra Messênia em torno da segunda metade do século VIII a.C., após uma amarga guerra de vinte anos, pela posse das ricas planícies da Messênia, a Oeste de Esparta.

Dawson atesta que os gregos "gostavam de imaginar seus ancestrais em guerra quase constante" (DAWSON, 1999: 88).

Ora, o historiador Tucídides destaca que, antes dos espartanos irem à batalha contra os Argivos, Atenienses e Mantineus em 418 a.C., os guerreiros encorajavam-se uns aos outros com as canções de guerra de Tirteu, trazendo à memória os feitos dos homens valentes (TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso, V, 69). Prática essa que, para os espartanos, era mais importante do que quaisquer palavras de exortação por mais belas que fossem.

A elegia subscrita enfoca um resumo da Esparta mítica pré-histórica:

*12 O próprio Cronida, esposo de Hera, a de bela coroa,*
*Zeus, deu esta cidade aos Heráclidas,*
*com os quais, após deixarmos a ventosa Erineu*[78]
*15 chegamos a vasta Peloponeso (= ilha de Pélops)*
*] de olhos brilhantes [* (2 W)

Tirteu, em 21 W, 15, relembra que "a encantadora cidade de Esparta é objeto de cuidado", afinal, fora um presente divino aos seus antepassados. De acordo com a tradição helênica, a chegada dos dórios[79] coincidiu com o retorno dos Heráclidas[80] que, unidos aos dórios, se apossaram da maior parte da Península do Peloponeso oitenta anos depois da guerra de Tróia[81].

Os Heráclidas seriam os descendentes de Héracles na quarta geração, que vieram para retomar a terra de seu famoso ancestral: a Argólida, pois haviam sido expulsos pelos Aqueus em tempos remotos.

Sublinhe-se que a história desse regresso dos Heráclidas é considerada lendária, mas supõe-se que algum clã se declarava herdeiro de Héracles e queriam legitimar o seu poder nas regiões do Peloponeso.

Já, no fragmento 11 W, o poeta espartano enfatiza:

*1 Mas sois descendentes de Héracles invencível,*

[78] Erineu era uma das quatro cidades no centro-norte da Grécia. De acordo com os historiadores antigos como Heródoto, foi o último lugar dos Dórios em suas migrações no sudeste da Grécia.
[79] A propósito, atribui-se a destruição da civilização micênica com a chegada desses dórios.
[80] Em sentido mais restrito, o vocábulo *Heráclidas* se refere mais aos descendentes de Hilo, o primogênito de Héracles.
[81] Costuma-se datar o início da guerra de Tróia entre o fim do século XIII a.C. e o início do século XII a.C.

> *sede corajosos; jamais Zeus inclina o pescoço para o outro lado,*
>
> *não temais a multidão de guerreiros, nem tenhais medo,*
>
> *que cada um reto, em direção aos combatentes das primeiras filas, segure o escudo.*
>
> *5 Sabeis que as ações de Ares, rico em lágrimas, são destruidoras, aprendestes bem a maneira de ser da penosa guerra.*

Pode-se destacar que Tirteu busca um bom argumento nos dois primeiros versos do fragmento supracitado: o fato de Héracles ser o ancestral dos soberanos espartanos[82] é o alicerce das exortações do poeta de Esparta. Os vocábulos *anikétou*, *invencível* e *génos*, *raça, descendente* (verso 1) também contribuem para a exortação de Tirteu.

O deus Héracles era invencível e pode-se supor que alguns de seus poderes tivessem sido transmitidos a seus descendentes, mas Héracles não era apenas invencível, como também filho de Zeus.

Havia a crença de que se o homem fosse descendente de divindades, possuía grande vantagem em relação às outras e, consequentemente, a obtenção de ajuda divina era certa, já que o indivíduo era "parte da família divina". Assim, caso a guerra fosse longa, os espartanos não deveriam ficar descontentes e nem desanimados.

Graças à ligação dos espartanos com Héracles, eles poderiam esperar a preferência de Zeus, pois "jamais Zeus inclina o pescoço para o outro lado" (verso 2).[83]

É bom lembrar que há, nitidamente, nas epopéias homéricas a ênfase em destacar também a importância da genealogia. O semideuses Aquiles e Enéias eram filhos de mortais com deusas. O primeiro, filho de Tétis com Peleu; o segundo, filho de Afrodite com Anquises, ambos os heróis se orgulhavam de suas genealogias (HOMERO. Ilíada V, 245-248; XX, 200-221; XXI, 183-191). Igualmente, Diomedes (HOMERO. Ilíada. XVI, 445-9) e Glauco (HOMERO. Ilíada VI, 210) destacaram suas descendências.

Os espartanos não têm, somente, o favorecimento divino através de seus poderosos ancestrais (11 W, 1-2), mas podem também confiar em suas próprias qualidades (11 W, 6).

---

[82] Eurístenes era um dos Heráclidas, tetra-neto de Héracles. Junto com Procles, seu irmão, foi rei de Esparta durante a conquista do Peloponeso pelos descendentes de Héracles. Acredita-se que os descendentes de Eurístenes e de Procles formaram a *diarquia* espartana que perdurou até a época de Alexandre Magno.

[83] Ver em Homero, quando Zeus não olha mais pelos troianos (HOMERO. Ilíada XIII, 1-3).

Adkins enfatiza que a descendência de Zeus via Heracles é, aqui, atribuída em uma extensão retórica, não somente aos soberanos de Esparta, mas aos guerreiros espartanos de um modo geral (ADKINS, 1985: 81).

Por outro lado, Ares, o deus da guerra, personifica tudo aquilo que há de ruim numa guerra, afinal, faz os homens sofrerem (11 W, 5-6). Não obstante, é através da guerra que os heróis alcançam a fama eterna, *kléos* (*cf.* 12 W, 31).

Esse pensamento constitui uma ressonância homérica, isto é, é, no campo de batalha, que os guerreiros são glorificados e afamados (HOMERO. Ilíada IV, 224; VI, 125; VIII, 448), ao mesmo tempo que a guerra é "devoradora de homens" (HOMERO. Ilíada X, 79-80), "impiedosa e "homicida" (HOMERO. Ilíada III, 111-2; XI, 332).

É bem verdade que Tirteu faz referências às divindades do Olimpo, mas estas não tem nenhum tipo de interferência direta nos seus versos.

Não há deuses guiando ou desviando setas (HOMERO. Ilíada V, 290-1) e muito menos os heróis lutam com deuses e vice-versa como nas epopéias homéricas (HOMERO. Ilíada V, 330; 846-863). Bom exemplo dessas referências são os fragmentos 19 W e 23 a de Tirteu:

*e arqueiros*
*semelhantes às raças*
*Ares, insaciável,*
*5 em linha reta parecidos*
*... protegidos com côncavos escudos*
*separadamente, os Panfílios e os Hileos e Dínames*
*segurando com mãos as lanças homicidas.*
*10 ... confiando, totalmente, nos deuses imortais*
*... obedeceremos ao chefe*
*porém, imediatamente, todos juntos, colocados*
*perto dos homens lanceiros, golpearemos.*
*Terrível será o barulho vindo de uns e de outros*
*15 ao se chocarem os escudos bem arredondados contra escudos,*
*caindo uns sobre os outros;*
*as couraças dos homens no peito*
*do flagelo se retirarão feridos.*
*23 a 10 ... as armas cruéis*

*De olhos glaucos, a filha de Zeus, portador da égide.*
*Muitos homens com lanças atiram*
*com dardos pontiagudos, homens desarmados*
*colocando-se diante*
*15 Árcades da Argólia*
*.... junto da muralha*
*... água*
*da parte de Atenas de olhos glaucos*
*matam todos (...).*

Uma batalha está acontecendo nos versos supracitados, assim, por ser um ambiente de luta, de perigo constante a confiança nos deuses deveria ser plena (*cf.* 19 W, 10). Afinal, o binômio guerra e religião estão, intimamente, ligados, uma vez que era costume entre os gregos antigos de buscarem a proteção e o favorecimento das divindades em tempos de luta.

Como propõe Félicien Challaye, não se pode estudar a religião grega e utilizar seu livro sagrado, pois esse é inexistente. Todavia, as principais fontes são as epopéias homéricas e os poemas de Hesíodo (CHALLAYE, 1940: 180).

Em um outro fragmento bem conhecido, Tirteu, para expressar, qual é a maior *areté*, diga-se *excelência,* utiliza, como parâmetros, seres mitológicos.

O vocábulo *areté* está ligado, etimologicamente, ao superlativo *áristos*, *o mais valente*, o *mais conceituado* e ao verbo *aristeúein*, *ser o melhor* ou o *mais bravo, excelente.*

*1 Não lembraria, nem celebraria um homem*
*pela excelência dos pés, nem da luta,*
*nem se tivesse a estatura e a força dos Ciclopes,*
*nem se, na corrida, vencesse o trácio Bóreas,*
*5 nem se fosse no porte mais encantador que Titão,*
*ou fosse mais rico do que Midas e Ciniras,*
*nem se fosse mais poderoso do que Pélops, o Tantálida,*
*e possuísse a doce língua de Adrasto,*
*nem se tivesse todo o renome, exceto a coragem guerreira.*
*10 Pois nenhum homem é valente na guerra,*
*se não suportar ver a matança sangrenta*
*e não alcançar os inimigos, colocando-se perto.*

*Esta é a excelência, este é entre os homens, o prêmio máximo,*
*e o mais belo de um jovem obter.*
*15 Este é um bem comum para a cidade e para todo o povo.*
*Que um homem permaneça de pernas abertas, firme nas primeiras fìlas,*
*e que se esqueça, completamente, a fuga vergonhosa.*

Ciclope é o exemplo da força e grande estatura (verso 3 e também HOMERO. Odisséia, IX, 105, 187). Bóreas (verso 4) – o vento norte, residia na Trácia (HOMERO. Ilíada IX, 5) – apaixonou-se por Orítia, filha do rei de Atenas, Ereteu. Não podendo ter a princesa, a raptou entre um turbilhão de poeira; Homero faz referência a sua velocidade (HOMERO. Odisséia V, 385).

Titão, um jovem troiano irmão de Priamo (HOMERO. Ilíada XX, 237), era um paradigma de beleza (verso 5). A deusa Eos, a Aurora, pediu a Zeus que o desse a imortalidade, mas esqueceu de pedir que Titão não envelhecesse.

Midas e Ciniras (verso 6) representam a riqueza. O primeiro era o rei da Frigia e, de acordo com Ovídio (OVIDE, Les Metamorphoses, 11, 85), transformava em ouro tudo o que tocava. Cinira era o rei de Chipre e enviou a Agamêmnon um busto de bronze (HOMERO. Ilíada XI, 20). Píndaro faz referência a sua grande fortuna (PINDARE. Néméenes VIII, 18).

Pélops (verso 7) - de onde provém o nome da Península do Peloponeso, pois teria dominado toda a região - era o filho de Tântalo e casou com a princesa de Pisa. Adrasto, rei de Argos, é um modelo de eloquência. Platão também o menciona como *melígerus Ádrastos* (PLATON. Phèdre 269 a).

A elegia 12 W expressa a visão de que a *areté* marcial suprema é a mais importante variedade de excelência. Tirteu prefere a *areté* marcial a outros tipos (1-20), uma vez que, em Esparta, a coragem é considerada como a maior de todas.

É bem verdade que Tirteu apresenta, no mesmo fragmento outros tipos de *aretaí*: altura, velocidade, sabedoria, persuasão, beleza, riqueza, poder, força etc., mas coloca a *thoúris álke*, a *coragem impetuosa* (12 W, 9) antes de qualquer outras *aretaí, excelências*.

A menção de outras *aretaí* é significante no seguinte sentido: existem, aparentemente, outros tipos de *aretaí*, portanto, inferiores aos olhos de Tirteu.

O pensamento de Tirteu em relação à *areté*, pode ser comprovado com as seguintes informações: ele descreve como uma qualidade que pode ser adquirida através da batalha (12 W, 10-12), um poder propriamente dito, garantindo a habilidade de realizar importantes feitos (12 W, 13-14), o surgimento do reconhecimento para quem a possui: *"Jamais perecerá a nobre glória, nem o seu nome, mas, embora debaixo da terra, será imortal*" (12 W, 31-32) e, por fim, um benefício para a comunidade como um todo (12 W, 12-15).

Se, por um lado, enquanto a *areté* é merecida e obtida pelos corajosos (12 W, 13-14), por outro lado, a *areté* é mencionada como algo que alguém pode perder *tressánton d' andrôn pâs' apólol' aretén* – "*mas toda excelência dos fugitivos desaparece*" (11 W, 14), uma vez que a covardia resulta na destruição da *areté* e em fatos desagradáveis (11 W, 15-6); e também sem a *areté* ganha na guerra (12 W, 13-4), o homem não tem lembranças nem lugar na poesia, pois não contempla a morte sangrenta. Ressalte-se que outros autores gregos também trataram da questão da *areté* em suas obras.

O retrato da *areté,* feita por Hesíodo, evocam os versos 10-11 de 12 W, isto é, seus feitos só acontecem depois de grande esforço. O caminho para se alcançar a *areté* é difícil e trabalhoso no início, porém, os resultados positivos aparecem, quando o topo da *areté* tiver sido atingido (HÉSIODE. Les Travaux et Les Jours, 286-92). Já Xenófanes baseou-se no argumento de que a sabedoria era mais proveitosa para a cidade do que atributos atléticos (2 W, 13-14).

De acordo com as epopéias homéricas, a *areté era* Zeus quem dava aos homens ou também tirava (HOMERO. Ilíada XX, 242-3; Odisséia XVII, 322-3). É, no campo de batalha, que a *areté* se revela através da coragem e da força (HOMERO. Ilíada VI, 208; XI, 90); podendo também ser exercitada na assembléia, através da arte da persuasão, neste sentido, a *areté* de Aquiles foi ensinada por Fênix como corroboram os seguintes versos:

> *Por causa disso, enviou-me diante de ti, para ensinar todas essas coisas,*
> *para que tu fosses orador de discursos e executor de ações.*
> (Il. IX, 442-3)

A *areté*, na Odisséia, é mais ampla, uma vez que a força, a coragem e a eloquência estão unidas à astúcia, à habilidade de sair ileso em várias situações. Assim, o vocábulo é utilizado para designar a qualidade que traz sucessos em geral (HOMERO. Odisséia XIV, 212).

Como se infere da leitura de fragmentos da produção poética bélica de Tirteu, podemos encontrar pequenas, porém relevantes referências às divindades e a seres mitológicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

### Documentação Textual

HERÓDOTO. *História*. Tradução: P. Bartolomeu Pou. Buenos Aires: Joaquim Gilmar Editor, 1947.

HÉSIODE. *Les Travaux et Les Jours*. Texte établi et traduit par Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1928.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução Haroldo de Campos. São Paulo: Arx, 2003.

_____ *Odisséia*. Tradução Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1983.

OVIDE. *Les Métamorphoses*. Traduction: J. Chamonard. Paris: Éditions Garnier Frènes, 1953.

PINDARE. *Néméenes.* Texte établi et traduit par Aimé Puech. Paris: Les Belles Lettres, 1958.

PLATON. *Phèdre.* Texte établi et traduit par Leon Robin. Paris: Les Belles Lettres, 1970.

PLUTARCO. *Licurgo.* In: Vidas. Tradução: Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 13-42. Garnier Frènes, 1953.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução: Mário da Gama Curi. Brasília: UnB, 1986.

### Documentação Teórica

ADKINS, A.W.H. *Poetic Craft in the Early Greek elegists*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1985.

BAILLY, A. *Dictionaire Grec-Français*. Paris: Hachette, 2000.

CAIRNS, Douglas L. *Aidós: The Psycology and Ethics of Honores and Shame in Ancient Greek Literature*. Oxford/ New York: Oxford Clarecedon Press, 1999.

CHALLAYE, Félicien. *Pequena História das Grandes Religiões*. Tradução de Alcântara Silveira. São Paulo: IBRASA, 1940.

DAWSON, Doyne. *As Origens da Guerra no Ocidente*. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.

PODLECKI, Anthony J. *The Ealrly Greek Poets and Their Times*. Vancouver: University of Britsh Columbia Press, 1984.

VERNANT, Jean-Pierre, *As Origens do Pensamento Grego*. Tradução de Ísis Borges da Fonseca. São Paulo: Difel, 2002.

WEST, Martin. *Iambi et Elegi Graeci Ante Alexandrum Cantati*. New York: Oxford, 1992.

Artigo

# A Construção da Classe Operária em Nova Friburgo: Lutas, resistências e cotidiano (1911-1933)

**João Raimundo de Araújo**
Professor Titular da FFSD e Doutor em História Social (UFF)
josoni@gigalink.com.br

**Ricardo da Gama Rosa Costa**
Professor Adjunto da FFSD e Doutor em História (UFF)
rgrcosta@terra.com.br

**Victor Emrich**
Professor Assistente da FFSD e Mestre em História (UFF)
victoremrich@yahoo.com.br

**RESUMO:**

Com este artigo pretendemos contribuir com os estudos sobre o movimento operário de Nova Friburgo no período entre 1911 e 1933, quando, paralelamente à instalação das primeiras grandes fábricas têxteis na cidade, ocorre o processo de formação da classe operária, entendido como a tomada de consciência e de posição dos trabalhadores contra a exploração capitalista, para o que será essencial a participação nas lutas, greves e manifestações, assim como as experiências cotidianas ligadas às atividades voltadas ao lazer, como o futebol, elementos constitutivos de uma cultura popular operária.

**ABSTRACT:**

With this article we intend to contribute to studies on the labor movement in Nova Friburgo in the period between 1911 and 1933 when, alongside the installation of the first large textile factories in the city, occurs the process of formation of the working class, understood as the awareness and position of the workers against capitalist exploitation. It will be essential for it

the participation of them in the struggles, strikes and demonstrations, as well as everyday experiences related to activities aimed at leisure, like soccer, the constituent elements of a culture worker.

**Palavras-chave**: Movimento Operário de Nova Friburgo – Luta de Classe – Cultura e Futebol

Entendendo como fundamentais as relações decorrentes do conflito entre capital e trabalho, buscaremos analisar a história dos trabalhadores em Nova Friburgo, no período entre os anos de 1911 e 1933, a partir de estudos focados tanto nos movimentos mais expressivos de luta do operariado contra a exploração capitalista, traduzidos, por exemplo, em algumas greves do período, quanto nos elementos constitutivos de uma cultura popular operária, identificados nas experiências cotidianas dos trabalhadores e, em especial, nas atividades voltadas ao lazer, como o futebol. Partindo da ideia de cultura como "uma arena de elementos conflitivos" (THOMPSON, 1998: 17), destacaremos os resultados de pesquisas sobre as lutas, resistências e experiências cotidianas dos trabalhadores friburguenses, no contexto marcado pela consolidação do processo de urbanização e industrialização da cidade, de afirmação da fração burguesa industrial e de hegemonia do discurso que tentava associar uma "nova ética do trabalho" ao passado da cidade ligado à colonização suíça.

O ano de 1911 é considerado um marco significativo para a história de Nova Friburgo, pois representa o início do processo de industrialização têxtil, no qual se destacam as figuras dos empresários de origem alemã Julius Arp e Maximilian Falk, que chegaram à cidade no ano anterior e inauguraram as atividades industriais no município a partir de 1911. Dar-se-ia início também à configuração da hegemonia burguesa, pela qual valores e práticas capitalistas se afirmavam entre os friburguenses, acompanhadas de um discurso que se fazia dominante, ao apoiar-se em aspectos da história da região, visando fixar o "mito da Suíça Brasileira". Por outro lado, conforme veremos, o ano de 1933 significará, para o movimento operário em Nova Friburgo, uma fase de maior amadurecimento e organização de suas lutas, em virtude de uma grande greve que envolveu diversas fábricas e diversas forças sociais. Será também o momento em que os sindicatos e o Partido Comunista local passaram a estar envolvidos nos movimentos de luta dos trabalhadores.

**O processo de industrialização e a hegemonia liberal burguesa**

Cabe ressaltar que a implantação desse modelo urbano-industrial na cidade acarretou diversas consequências para os trabalhadores, pois veio acompanhada da tentativa, por parte de uma das frações da classe dominante, em sua disputa hegemônica pelo poder local, de promover uma nova ética do trabalho. Passando a enfatizar no trabalho ordenado e disciplinado pelas fábricas um valor positivo e edificante, reprovavam-se as atividades "ociosas", que seriam centralmente responsáveis pelo atraso econômico do Brasil e, inclusive, de Nova Friburgo. Era preciso também que o trabalho se articulasse com outros conceitos, como os de "ordem" e "progresso", para a constituição de uma ordem social burguesa, sob comando do capital, consolidando práticas e costumes civilizados, dominantes nas nações europeias mais avançadas (CHALHOUB, 1986:29).

O processo de instalação de indústrias em Nova Friburgo esteve associado à vitoriosa estratégia política desenvolvida pelo jovem médico Galdino do Valle Filho, que liderou, por meio de seu jornal ***A Paz***, campanha em prol da entrega da concessão para a exploração de energia elétrica no município ao empresário alemão Julius Arp, condição exigida por este para instalar a Fábrica de Rendas em Friburgo. Foi preciso que se travasse uma verdadeira guerra na cidade, com manifestações públicas que redundaram na "Noite do Quebra-Lampiões" e em "quebra-quebra" na Câmara Municipal, a 17 de maio de 1911. Logo, durante os anos subsequentes nas décadas de 1910 e 1920, Friburgo veria instaladas as primeiras fábricas têxteis (Fábrica de Rendas Arp - MARKEIS SINJEN & CIA. - 1911; Fábrica Ypu - MAXIMILIAN FALCK & CIA. - 1912; Fábrica Filó S/A - principais acionistas: Gustav Siems e seu filho, Ernst Otto Siems - 1925) e outras, além da criação da Companhia de Eletricidade, com capital privado do grupo Arp, o qual, por sinal, teria ações em todas essas fábricas, constituindo-se no principal representante dos capitais alemães em Friburgo[84].

O jornal ***A Paz***, no período, seria o principal veículo a divulgar o pensamento do grupo de Galdino, contribuindo sobremaneira para a afirmação de uma mentalidade liberal e da nova ética do trabalho referida acima, dando ênfase ao progresso econômico trazido pelas indústrias, a exemplo do artigo intitulado "*Friburgo Industrial*"[85], que traduzia de maneira

[84] Cf. ARAÚJO, João Raimundo de – *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira*, Niterói, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense, 1992.
[85] Jornal *A Paz*, Nova Friburgo, edição de 28/03/1915.

precisa o sentimento triunfante na vitoriosa estratégia industrialista adotada no município, ao mesmo tempo em que ajudava a firmar o discurso sobre o "mito da Suíça Brasileira". A começar por fazer apologia ao trabalho dos imigrantes, representados como uma humanidade ativa, em contraposição ao trabalhador nacional, mostrado como passivo e parasita. As fábricas de passamanaria e de rendas, onde, segundo o artigo, os ruídos das máquinas entoariam uma canção em honra ao trabalho, pareciam combinar perfeitamente com a paisagem das montanhas e com o clima evocativos da Europa, onde "os dínamos vão transformando a Suíça em nação industrial, e as solidões alpestres do Tirol se cobrem de manufaturas"[86]. É interessante destacar, no texto, a alusão à iniciativa individual, apresentada como a vara mágica que impunha leis até à natureza, e que seria gerada pela ambição, pelo interesse, a retratar com fidelidade o "espírito" liberal burguês do grupo agora dominante, o qual não se importava em ufanar-se da empresa estrangeira, numa atitude pragmática: "afaguêmo-la, mesmo alienígena, ... porque ... os capitais e os dotes não têm pátria"[87].

Como exemplo do discurso ideológico difundido com a intenção de associar a conquista do progresso industrial na cidade às raízes históricas da colonização suíça estabelecida no século XIX, pode-se destacar também o ***Álbum de Nova Friburgo***, livreto editado em 1919 por Julio Pompeu, que apresentava um quadro geral do município, com seus pontos turísticos, praças, ruas, principais estabelecimentos comerciais, colégios, sítios e fazendas, além das personalidades históricas e lideranças políticas de então. A referência à colonização suíça aparecia, enfatizando a ação dos fundadores como essencial para a formação da "cidade civilizada e bela" do presente, uma cidade "singular" dentro do cenário brasileiro. Eram realçadas as "virtudes cívicas" do povo helvético e seu "grande amor ao trabalho", símbolos também da singularidade, dando a entender que se tratavam de qualidades raras no Brasil de então:

> *Foi aquele grupo de louros filhos das montanhas, trabalhadores e virtuosos, e os brasileiros, deles nascidos, que, da modesta colônia de criadores e cultivadores, fizeram a cidade civilizada e bela de hoje, essa Friburgo tão singular entre nós, pelos vestígios das raças dos seus fundadores e tão poeticamente encantadora, com o seu aspecto de pequena cidade européia, vestida dos esplendores das nossas matas, do nosso céu e das nossas cachoeiras. Na alma dos friburguenses existe ainda uma grande ternura e veneração pelos fundadores da sua urbe ... o núcleo dos inteligentes e tenazes*

[86] Ibidem.
[87] Ibidem.

> *colonizadores, que trouxeram, com um grande amor ao trabalho, um fundo de virtudes cívicas, próprias do povo helvético, e são o patrimônio inextinguível da população de Nova Friburgo.*[88]

É preciso destacar, no entanto, o peso relativamente pequeno do operariado industrial típico no conjunto da força de trabalho (MATTOS, 2002: 14). Ao pensarmos na realidade de Nova Friburgo do início do século XX, encontraremos um número de trabalhadores empregados nas fábricas têxteis bem inferior ao de outras áreas, como o comércio e agricultura. Basta pensar a Fábrica Ypu, que se instalou na cidade em 1912, iniciando a sua produção com apenas 12 funcionários, embora em 1917 já possuísse 155 (ARAÚJO, 2003: 191). No ano de 1925, instalou-se a Fábrica Filó S.A., produtora de bordados, transferida da Alemanha, devido à crise econômica do pós-guerra, que obrigava seu proprietário, Gustav Siems, a buscar condições mais favoráveis aos seus negócios. A indústria têxtil, no Brasil, à época, atraía investimentos estrangeiros em virtude dos baixos impostos e da mão-de-obra barata, que incluía muitas mulheres e crianças, além de trabalhadores oriundos do campo. Nova Friburgo multiplicaria o número de empresas instaladas, tanto no perímetro urbano quanto na área rural, pulando das 243 existentes em 1921 para 354 em 1927. Devido a este crescimento, a usina hidrelétrica, construída em 1911 com 300 kw de força, já não comportava a demanda, tendo sido necessária a construção de uma nova usina, com 1800 kw, que ficou pronta em 1925, ano da fundação da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF), criada para geri-la (CORRÊA, 1985: 96).

**Lutas, greves e sindicatos: entra em cena o trabalhador**

Na segunda metade da década de dez e durante os anos vinte, ocorreram várias manifestações dos operários (ARAÚJO, 1992: 308/310), de pequenas paralisações a greves maiores, em protesto contra os baixos salários, as desumanas condições de trabalho, a disciplina "prussiana" no interior das fábricas e as regalias reservadas aos funcionários de origem alemã, cujos salários eram superiores aos dos brasileiros, porque aqueles ocupavam, via de regra, os principais quadros de direção dentro das fábricas, como gerentes, mestres e contramestres, além de estarem entre a mão-de-obra especializada, a dos técnicos fabris

[88] POMPEU, Julio - *Album de Nova Friburgo*, Petropolis, Officinas Graphicas L. Silva & C., 1919.

(CORRÊA, 1985: 106/107). Depois disso, somente em 1929 houve outra greve na cidade, mas de maneira diferente. Guardando as devidas proporções, o comentário de Eulália Lobo sobre movimentos grevistas no Rio de Janeiro é bastante elucidativo e pode ser aplicado em Nova Friburgo:

> *Na primeira fase (1890-1920) observa-se um maior número de greves que tendem a convergir para movimentos gerais. Já na segunda fase (1920-1929) verifica-se uma evolução oposta, com diminuição do número de greves e a tendência a se fragmentar em movimentos localizados, por empresa.* (LOBO, 1992: 31)

Nova Friburgo chegava à decada de 1930 como uma das principais cidades do interior do Estado, com uma população de 37.067 habitantes, dos quais cerca de 19 mil (mais da metade) fixavam-se no primeiro distrito, sede do município[89]. Além das indústrias Arp, Ypu, Filó e Rio Branco, estavam instaladas as fábricas Beauclair, dos Srs. Lima, Jaccoud e Cia. Ltda, Villela, de Domingos Villela, Novo Destino, de Elias Caputo, além da fábrica de carbureto de cálcio de Henrique Lage e de dezenas de pequenas empresas, arregimentando um total de, aproximadamente, cinco mil trabalhadores[90]. Expandia-se também o comércio e o setor de hotelaria e turismo. Dois anos mais tarde, a primeira indústria do ramo metalúrgico foi instalada: a Fábrica de Ferragens Hans Gaiser (HAGA), de propriedade dos engenheiros alemães Hans Gaiser e Frederico Sichel. Tais fatos atestavam o então desenvolvimento econômico de Friburgo, que se transformava em polo dos municípios do Centro-Norte fluminense, atraindo moradores das cidades vizinhas, as quais, dedicadas à agricultura, enfrentavam um processo de esvaziamento. A visita de Getúlio Vargas a Nova Friburgo em novembro de 1932, quando a comitiva presidencial excursionara por vários municípios do interior do Estado, era uma prova do interesse político que a cidade despertava, em função da razoável concentração de operários.

O movimento operário viveu então um momento de ascenso nos primeiros anos daquela década, com a criação dos primeiros sindicatos, impulsionada pelo Ministério do Trabalho, após o decreto de Getúlio regulamentando a sindicalização das classes patronais e

---

[89] WANDERLEY, A. de Menezes – *O Município de Nova Friburgo - dados históricos e physiographicos*, Tipografia de O Nova Friburgo, 1930.

[90] Estes dados encontram-se disponíveis em publicação produzida pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo: *O Municipio de Nova Friburgo - aspectos antigos e modernos - informações - dados estatísticos*, de 1933.

operárias, em 1931. Neste ano, com a presença de um alto funcionário do Ministério do Trabalho, foram criadas, em primeira instância, a Aliança dos Trabalhadores das Fábricas de Tecidos de Nova Friburgo e a União Friburguense dos Trabalhadores em Construção Civil[91]. Os operários das indústrias têxteis formalizaram, no dia 1º de novembro daquele ano, a fundação do sindicato, batizado então de União dos Trabalhadores das Fábricas de Tecidos de Nova Friburgo. Um ano mais tarde foi criada a União dos Empregados em Padarias em Nova Friburgo, na sede da Sociedade Humanitária.

As direções dos sindicatos eram controladas pelos trabalhadores pró-Getúlio, mas, paralelamente à estrutura sindical oficial, o Partido Comunista, estruturado em Friburgo desde 1929, organizava a Fração Sindical, a orientar a atuação dos seus militantes dentro dos sindicatos. Conforme depoimento de dois velhos militantes comunistas, José Pereira da Costa Filho e Francisco de Assis Bravo, o Partido Comunista vinha tentando se organizar na cidade desde 1925, através dos padeiros italianos Elpídio e Maradey, ligados a Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, no Rio. Os dois reuniram trabalhadores de fábricas e de outros setores na sede da Banda de Música Campesina, onde discorreram sobre a vida na União Soviética e sobre os ideais do Partido. No entanto, somente quatro anos mais tarde, com a presença, além dos italianos, de um "assistente" de Niterói[92], concretizou-se a criação do PC no município, com a eleição de uma direção. A Revolução de 1930 pegou de surpresa o Partido, paralisando suas ações. Os comunistas somente desenvolveram uma atuação mais organizada quando da fundação dos primeiros sindicatos de trabalhadores na cidade. José Costa era um dos diretores do Sindicato dos Têxteis, enquanto Francisco Bravo, pedreiro, atuava junto aos trabalhadores da Construção Civil, vindo a exercer, mais tarde, durante vários mandatos, a presidência do Sindicato.

Os comunistas, pressionando as diretorias dos sindicatos a uma ação mais firme contra os patrões, que burlavam os direitos recentemente conquistados, como as leis de férias, lançaram, então, uma Carta de Reivindicações, com a intenção de mobilizar os trabalhadores a partir de propostas "avançadas para a época", segundo José Costa, tais como "trabalho igual, salário igual", visando a igualdade de salários para homens, mulheres e crianças. Propunham reajuste salarial de 25% para os adultos homens e 50% para crianças e mulheres, além de licença-maternidade de quatro meses (dois meses antes do parto e dois meses depois) e

[91] Jornal *O Friburguense*, edição de 26/04/31.
[92] Em entrevista ao jornalista Aristélio de Andrade, do Jornal *A Voz da Serra*, em 17 de dezembro de 1998, José Costa afirmava que tal assistente era ninguém menos do que Astrojildo Pereira, fundador e então Secretário-Geral do PCB.

creches nos locais de trabalho. As duas últimas reivindicações eram consideradas absurdas pelos próprios operários: "Que besteira é essa? O operário tem o filho e o patrão é quem vai pagar?"[93].

A Carta não obteve resultados práticos, em termos de conquistas efetivas, mas serviu para provocar discussões entre os trabalhadores e iniciar uma mobilização. Aos quatro dias de janeiro de 1933, estourou uma greve que canalizou as atenções de toda a cidade, preocupando, inclusive, as autoridades estaduais. O movimento, iniciado na Fábrica de Rendas Arp, propagou-se de imediato para as outras indústrias têxteis: Filó, Ypu, Rio Branco e Beauclair. Os operários dirigiram-se à Praça Paissandu, onde realizaram uma manifestação e, depois de ouvirem vários oradores, partiram em passeata pelo centro da cidade. A movimentação meteu medo nos grupos políticos dominantes, que, segundo José Costa, temiam por uma revolução. Dentre as providências imediatas tomadas pelas autoridades esteve a retirada de armas (fuzis) depositadas no Colégio Modelo, onde se realizavam os treinamentos do Tiro de Guerra, e a sua transferência para a Fábrica de Rendas. No dia seguinte, chegavam a Friburgo representantes do Ministério do Trabalho e o Chefe de Polícia do Estado. A repressão policial redundou na morte de um jovem operário da Fábrica Arp, Licínio Teixeira, que participava das manifestações junto com outros catorze companheiros, todos feridos pelos disparos dos soldados. Conforme explicou Francisco Bravo, os soldados teriam atirado para o chão, com a intenção de dispersar os manifestantes, mas as balas ricochetearam e provocaram estilhaços nos paralelepípedos, atingindo os operários. Bravo conta ainda que ele e outros companheiros encarregaram-se de pintar uma faixa convocando a população para um ato de protesto contra a repressão policial e a morte de Licínio. Escreveram na faixa, com tinta vermelha: "O SANGUE DE LICÍNIO CLAMA POR VINGANÇA", e, segundo Bravo, as pessoas acreditaram que os dizeres haviam sido pintados com o próprio sangue de Licínio.

O jornal ***O Nova Friburgo***, em extensa cobertura sobre a greve, afirmava que os operários da Rendas Arp tinham razões de sobra para entrar em greve, mas os trabalhadores das outras firmas "somente aderiram aos grevistas por um dever de solidariedade", pois nelas "reinava entre patrões e empregados a máxima cordialidade"[94]. Fazendo as devidas ressalvas a respeito de tal comentário, já que os trabalhadores têxteis de Friburgo encontravam-se bastante insatisfeitos com seus salários, conforme os movimentos anteriores já haviam demonstrado, o caso da Fábrica de Rendas Arp podia ser entendido como mais grave em

[93] Depoimento gravado de José Costa.
[94] Jornal *O Nova Friburgo*, edição de 12/01/33.

função da ação despótica exercida pelo seu gerente, Sr. Richard Hugo Otto Ihns. Segundo vários grevistas, entrevistados pelo jornal, além de frequentemente admoestar e humilhar os empregados, sem razão justificável e com palavras ásperas, Hugo Otto Ihns abusava dos descontos sobre os salários pagos a cada quinzena, sem lhes dar qualquer explicação. O tratamento especial dado aos funcionários de origem germânica era outro motivo de intensa revolta, a exemplo da demissão provocada de seis operários, para colocar no lugar, com o salário assim obtido, um seu compatriota. O jornal pediria a cabeça do Sr. Richard Ihns, dizendo tratar-se de um mau gerente, habituado, quando comandante de navio, a maltratar os seus subordinados e que, por isso, entendia de fazer o mesmo com os operários friburguenses[95].

A situação chegara a tal ponto que, durante a greve, os trabalhadores conseguiram que fosse realizada uma acareação ao Sr. Richard Ihns pelo representante do Ministério do Trabalho, na presença de vários operários e do proprietário, Conselheiro Julius Arp. Um operário demitido após quase vinte anos de fábrica afirmava que o gerente da firma alemã nutria pelos brasileiros "um ódio satânico e profundo"[96]. Uma comissão formada por 16 operárias acusavam-no de grosseiro e descortês para com os empregados, e exigiam sua substituição. Outro grupo de mulheres denunciava a sobrecarga da produção sobre um número menor de trabalhadoras, já que, antigamente, catorze empeçadeiras produziam 600 peças e, naqueles dias, apenas cinco produziam 1.000 peças, recebendo salários inferiores aos daquelas. Acusava ainda o gerente Ihns de adotar o critério da diminuição dos salários sempre que a produção aumentasse.

Se o resultado final da contenda acabou por não reverter em grandes ganhos para os trabalhadores[97], a sua mobilização foi suficiente para causar pavor aos detentores do poder, que, naquele mesmo ano, através dos jornais e organizando conferências públicas, passaram a alertar os operários para os perigos da radicalização e da "sedição comunista". Logo após o conflito, ***O Friburguense*** publicava artigo intitulado "*Greves Pacíficas*", noticiando o

---

[95] Richard Hugo Otto Ihns fora um dos prisioneiros de guerra alemães trazidos, em 1917, para o Sanatório Naval de Friburgo, tendo permanecido na cidade após o término do conflito, assim como fizeram muitos outros, quase todos absorvidos como mão-de-obra especializada ou ocupando funções de gerência nas fábricas. Richard Ihns tornou-se acionista e diretor da empresa a partir de 1947, quando a mesma foi transformada em sociedade anônima.

[96] Ibidem.

[97] A disputa entre os operários e a direção Fábrica somente teria fim no dia 07 de janeiro, em assembléia realizada pelo Sindicato, após a intermediação de diversas autoridades, como o Chefe de Polícia do Estado, Joubert Evangelista da Silva, o Prefeito Municipal, Hugo Motta, o Promotor da Comarca, Euclydes Solon de Pontes e representantes da Federação Proletária do Estado. O acordo firmado entre as partes estabeleceria 10% de aumento para os adultos e maiores vantagens para as crianças.

espoucar de greves em diversas cidades do Sul do país, motivadas por questões ligadas à sindicalização e aos salários. O recado, no entanto, era o de que, partindo de um "operariado muito laborioso e independente", aquelas greves teriam se realizado em completa ordem e serenidade, permitindo o entendimento entre patrões e empregados, dentro de um "espírito leal de cooperação e bom senso"[98]. O mesmo jornal registrava, em fevereiro, a realização de uma conferência proferida pelo advogado Alfredo Sertã no Salão da Associação Comercial, para esclarecer o que era o comunismo, como havia aparecido e os péssimos resultados que estaria dando, principalmente na Rússia. Do evento também teria participado o padre Paulo Bannwarth, diretor da Associação Católica da Juventude Friburguense. Os palestrantes fizeram um apelo aos chefes de família, aos trabalhadores, aos "amigos da ordem e aos verdadeiros patriotas", para que formassem uma liga, preparando uma barreira à invasão do que consideravam ser tão terrível inimigo.

Por sua vez, ***O Nova Friburgo***, nas edições de 02 e 09 de fevereiro de 1933, publicava editoriais alertando os operários contra a ameaça representada pela "efervescência subversiva" e pela "matreira campanha comunista". As mensagens, dirigidas ao operariado friburguense, apelavam ao patriotismo e à religiosidade deste para rechaçar o "maldito Credo Vermelho" e dele fugir "como o Diabo da Cruz". Lembrando as palavras pronunciadas pelo ex-presidente Affonso Penna - "Deus, Pátria, Liberdade e Família", as quais deveriam ser "o apanágio de todo homem de bem", advertiam contra os que instigariam a "violência", a "desordem" e a "arruaça". Os artigos reafirmavam a preocupação de se agir "dentro da Ordem e da Lei, sem estabelecer antagonismos e disparidades entre o trabalhador e o capital". Conclamavam o capital a ser mais razoável, ao passo que os operários deviam ser cordatos, pois o comunismo representaria uma ameaça de morte a ambos, assim como à Pátria e à Família.

## Cotidiano e resistência cultural: o futebol

Importante também para o propósito deste estudo é analisar de outro ângulo as reações dos trabalhadores contra a exploração a que eram submetidos, fazendo referência à questão do futebol, que em Nova Friburgo serviu como instrumento de resistência à exploração a que os

[98] Jornal *O Friburguense*, edição de 29/01/33.

operários eram submetidos. Dentro desta análise, é fundamental lembrar a contribuição teórica de Edward P. Thompson. Discutindo a respeito da ideia de determinação e insistindo na formulação de Marx segundo a qual "o ser social determina a consciência social", além da habitual crítica à metáfora base/superestrutura, Thompson procura demonstrar a pressão exercida pelo ser social sobre a consciência social. Para tanto, ele divide essa pressão em três momentos distintos, mas que se relacionam, quais sejam: a) congruências; b) contradição; c) mudança involuntária (THOMPSON, 2001: 262).

Por congruências, Thompson entende as "regras" necessárias, as expectativas e valores pelos quais as pessoas vivem de fato as relações produtivas particulares. Até porque "não se pode passar a vida inteira protestando; é necessário dissimular e lidar com o *status quo*" (THOMPSON, 2001: 262). Por contradição, ele entende a maneira pela qual o caráter essencialmente explorador das relações produtivas se torna uma experiência vivida, dando origem à manifestação de valores antagonistas e a uma ampla crítica do "senso comum" do poder. Finalmente, por mudança involuntária, ele se refere às mudanças ulteriores na tecnologia, demografia e assim por diante.

Essa divisão que faz Thompson se torna muito pertinente se aproximarmos aquilo que ele chama de congruência à dimensão do cotidiano. Isto porque as pessoas, antes de lutarem, simplesmente vivem. Isso não significa que tal dimensão do cotidiano seja apolítica ou coisa parecida. Aliás, a reflexão thompsoniana nos faz avançar nesse sentido, principalmente ao demonstrar que é no momento chamado de contradição que as angústias e problemas do cotidiano afloram, fazendo-se sentir de maneira mais veemente, sendo, portanto, vivenciados efetivamente pelas pessoas.

Sendo assim, estudar o futebol praticado pelos trabalhadores em Nova Friburgo permite desvendar a postura de parcela considerável do operariado local nos momentos em que estão vivendo o seu cotidiano, o que em medida alguma significa abandonar a perspectiva da luta de classes, já que se pretende demonstrar exatamente que o futebol foi de grande importância para a construção de uma identidade de classe entre os operários friburguenses. Hobsbawm, em seus estudos sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, também discute a importância do futebol para a construção dos laços identitários entre os operários. Segundo ele, o operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo (HOBSBAWM, 2000: 291). Além disso, o modelo da cultura do futebol na Inglaterra era nacional, ou, para ser mais exato, "um modelo da nação proletária, visto que o mapa da

Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial" (HOBSBAWM, 2000: 291).

Guardando as devidas proporções, podemos, a partir destas incursões, pensar no futebol em Nova Friburgo como elemento aglutinador e constitutivo da luta de classes na cidade, a partir principalmente do confronto Esperança Futebol Clube *versus* Friburgo Futebol Clube, conflito este que acirrava os ânimos dos jogadores e espectadores, sempre que tal partida era realizada. Antes, porém, de discutir certos elementos deste conflito, seria interessante mencionar a natureza de cada time, como, aliás, é feito pelo Jornal ***O Nova Friburgo***. Sobre a composição dos clubes, tal jornal afirma:

> *Os jogadores do Friburgo Futebol Clube eram filhos de abastados, e, como tal, dormiam até tarde, alimentavam-se do que queriam, podendo assim dominar seus adversários (Esperança), que são todos operários, ganham mal e mal se alimentam, porque ganham pouco.*[99]

Ao pensar em clubes operários, somos tentados, quase que automaticamente, a lembrar do time do Bangu, que passa a ser referência para empresários ligados aos setores têxteis. Isto porque, além da educação das escolas voltada para a criação de um operário dócil e submisso, o futebol passa a desenvolver uma técnica pedagógica e disciplinar, enquadrando moral e simbolicamente as classes populares (LOPES, 2004: 131). Porém, apesar desse modelo do time do Bangu, a questão do futebol em Nova Friburgo ultrapassa esse horizonte de enquadramento.

O próprio nome do clube *Esperança* é muito sugestivo. Faz-nos refletir sobre expectativas ou sonhos desses jogadores, além da torcida, é claro, tendo em vista a extrema exploração a que esses trabalhadores eram submetidos no chão da fábrica. Os relatos de invasões de campo por parte da torcida também são inúmeros, uma vez que o Esperança Futebol Clube ia além dos onze jogadores uniformizados. Somente a título de exemplo, o jornal ***A Paz***, para lembrar, ligado ao grupo político de Galdino do Valle Filho, publicou várias notícias de invasões de campo, como a verificada em 12 de agosto de 1916, quando, após uma disputa quentíssima entre Friburgo e Esperança, este ganhou a partida por 2 x 0. Interessante é que, mesmo com a vitória do Esperança, os ânimos se acirraram. Uma das questões deve-se ao fato da enorme violência empregada pelos jogadores do Friburgo na disputa, fato este que propiciou a invasão da torcida do clube operário, interrompendo a

[99] Jornal *O Nova Friburgo*, Edição de 30/06/1932.

partida sob muita pancadaria e quebra-quebra[100]. Tal partida valeu pelo primeiro campeonato municipal, iniciado em junho daquele ano[101].

Todavia, se as disputas já eram quentes entre tais clubes no início de suas vidas – o Esperança Futebol Clube foi fundado em 05/12/1915[102] e o Friburgo Futebol Clube, em 26/05/1914[103] - elas se acentuaram muito com o passar do tempo. Acompanhando o tenso ano de 1920, ano este em que se tem a primeira tentativa de paralisação geral dos operários em Nova Friburgo, há notícias de uma partida muita tumultuada realizada no dia 16 de junho de 1920, terminada empatada em 1 x 1[104], além de outra realizada em setembro daquele mesmo ano, quando o Friburgo saiu vitorioso do confronto, vencendo por 1 x 0. Esta partida, além de toda tensão e conflito ocasionados por ocasião de seu final, também é importante por trazer à baila a figura de José Pereira da Costa Filho, ou simplesmente Costinha, ponta-direita do Esperança, um dos responsáveis pela fundação do Partido Comunista na cidade, além de ter sido uma das maiores lideranças sindicais na década de 1930, época em que presidiu o Sindicato dos Têxteis (COSTA, 1997: 57/58).

Aliás, a presença de comunistas em clubes operários é fato que se tornou bastante comum em Nova Friburgo e no Brasil. Como nos mostra Batalha:

> *Assim, ao invés de encarar o futebol com desconfiança, algumas associações, particularmente aquelas que já nos anos 1920 estavam sob influência dos comunistas, passaram a estimular a criação de times de trabalhadores, aproximando a cultura operária militante da cultura dos trabalhadores não-militantes.* (BATALHA, 2000: 66)

Ainda pensando a questão do futebol em Nova Friburgo como importante para a construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores e não somente entre os operários têxteis, haja vista o Esperança F. C. contar com a participação de pessoas ligadas a várias categorias profissionais, a inauguração de seu campo foi, outrossim, carregada de um enorme simbolismo e espírito de luta. Isto porque tal fato se deu exatamente no dia 1º de maio de 1927, Dia do Trabalhador, embora o Esperança viesse a perder a partida para o Gragoatá, pelo placar de 0 x 1.

---

[100] Jornal *A Paz*, edição de 13/08/1916.
[101] Jornal *A Paz*, edição de 11/06/ 1916.
[102] Cf. Atas de Fundação do Esperança Futebol Clube.
[103] Cf. Atas de Fundação do Friburgo Futebol Clube.
[104] Jornal *A Paz*, edição de 17/06/1920.

A partir desse corpo de questões, podemos constatar que a torcida dos trabalhadores pelo Esperança Futebol Clube ultrapassava os interesses que pudessem envolver um simples clube de futebol, uma vez que seus jogadores e torcida compartilhavam experiências de vida comuns, além, é claro, de perceberem que muitas dessas experiências se constituíam na oposição ao outro grupo social (MATTOS, 2002: 12). E dentro de campo isso se acentuava, uma vez que os operários, aproveitando-se da ocasião, descontavam, em seus adversários, as humilhações que sofriam no interior da fábrica.

Uma questão muito interessante é o próprio espaço que os jornais de Friburgo dedicavam ao futebol. Quando da inauguração do campo do Esperança F. C., foram utilizadas duas páginas para a cobertura de tal evento, sem contar que toda a primeira página foi dedicada a tratar do assunto[105]. Trata-se de uma questão carregada de simbolismo, pois de que outra forma os operários poderiam aparecer nas principais páginas dos principais veículos de comunicação da cidade? Mesmo as greves, quando eram cobertas pelos jornais, não tinham um peso tão grande quanto as notícias que falavam sobre esportes. Além disso, o olhar depreciativo da imprensa revelava-se muito menor do que nos comentários sobre as greves, apesar de haver críticas moralistas às práticas das apostas. Quando as partidas lotavam os campos de futebol, trazendo consigo toda uma rede de atividades paralelas, como as apostas em determinados clubes, isto era muito criticado pelos jornais, que defendiam o uso racional do dinheiro, além de incentivarem a "poupança prudente" dos trabalhadores para momentos de dificuldades, crises e desemprego[106].

Esta embrionária discussão sobre o papel desempenhado pelo futebol para a formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores de Nova Friburgo permite ainda examinar tal experiência como uma forma de sociabilidade desses trabalhadores, lembrando que as pessoas, antes de lutar, simplesmente vivem. Thompson, em sua *Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*, não se preocupou em privilegiar, como portadores de propostas de transformação social, apenas os movimentos organizados nos moldes dos modernos instrumentos de ação coletiva – os partidos e sindicatos. Para tanto, investigou também a racionalidade de determinados sujeitos sociais, tendo em vista sentimentos, experiências e angústias vividos por eles.

Desse modo, cumpre ao historiador tentar reconstruir a trama histórica daqueles atores sociais esquecidos pela história, o que significa tentar explorar uma dimensão

[105] Jornal *A Paz*, edição de 02/05/1927.
[106] Jornal *A Paz*, edição de 13/05/1928.

desconhecida do passado das pessoas comuns (HOBSBAWM, 1998: 219). É interessante, pois, pensar no futebol como algo sempre presente no cotidiano do operariado, responsável por inúmeras conversas de botequim, apostas e até mesmo brigas entre os homens, uma vez que tal atividade esportiva envolve e agita a vida dos trabalhadores. É o que afirma Hobsbawm, mesmo reconhecendo ter o futebol nascido na Inglaterra sob a égide dos grupos dominantes, ao constatar que, propagando-se junto aos trabalhadores, o esporte tornou-se cada vez mais uma atividade de lazer associada à vida operária:

> *Desta forma, parece claro que à medida que o futebol ganhou o apoio das massas, tornou-se cada vez mais uma atividade proletária, tanto para jogadores quanto para torcedores (...) e na medida em que o futebol tornou-se o tópico principal da conversa social no bar, uma espécie de língua franca das relações sociais entre os homens, ele tornou-se parte do universo de todos os operários.* (HOBSBAWM, 2000: 294)

Mais do que nunca, o futebol em Nova Friburgo se constituiu como uma atividade operária, embora a história do Friburgo Futebol Clube, primeiro clube da cidade, esteja ligada à burguesia têxtil, já que seus atletas ou eram gerentes das grandes fábricas de tecido, ou então eram filhos deles. O traço operário é característico dessa cultura futebolística, e a atividade acabou por se tornando uma das práticas de lazer mais populares da cidade e do meio operário. O futebol, portanto, foi extremamente importante para os trabalhadores friburguenses, seja como fenômeno aglutinador e formador de identidades de classe, seja como simples meio de lazer ou de ocupação do tempo livre. Estudar essas questões é buscar entender como essas pessoas vivem suas experiências cotidianamente.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Raimundo de – *Nova Friburgo: o Processo de Urbanização da Suíça Brasileira*, Niterói, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense, 1992.

ARAÚJO, João Raimundo & MAYER, Jorge Miguel (coord.) – *Teia Serrana: Formação Histórica de Nova Friburgo*, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 2003.

BATALHA, Claudio – *O Movimento Operário na Primeira República*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

CHALHOUB, Sidney – *Trabalho, Lar e Botequim*, São Paulo, 1986, Brasiliense.

CORRÊA, Heloísa Beatriz Serzedello – *Nova Friburgo: o Nascimento da Indústria (1890-1930)*, Niterói, dissertação de mestrado - Universidade Federal Fluminense, 1985.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa – *Visões do Paraíso Capitalista: Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República*, Niterói, dissertação de mestrado – Universidade Federal Fluminense, 1997.

HOBSBAWM, Eric – "A História de Baixo Para Cima" in: *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____ – "O Fazer-se da Classe Operária, 1870-1914" in: *Mundos do Trabalho, Novos Estudos Sobre História Operária*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LOBO, Eulália M. L – "A Situação do Operariado no Rio de Janeiro" in LOBO, Eulália M. L (coord). – *Rio de Janeiro Operário*, Rio de Janeiro, Access Editora, 1992.

LOPES, José Sérgio Leite – "Classe, Etnicidade e Cor na Formação do Futebol Brasileiro" in: BATALHA, Claudio; FORTES, Alexandre e SILVA, Fernando Teixeira da – *Culturas de Classe*, Campinas, Unicamp, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró – *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*¸ Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2002.

POMPEU, Julio - *Album de Nova Friburgo*, Petropolis, Officinas Graphicas L. Silva & C., 1919.

THOMPSON, E. P. – *Costumes em Comum*, São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

_____ -"Folclore, Antropologia e História Social" in *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001.

WANDERLEY, A. de Menezes – *O Município de Nova Friburgo - dados históricos e physiographicos*, Tipografia de "O Nova Friburgo", 1930.

Atas de Fundação do Esperança Futebol Clube e do Friburgo Futebol Clube.

Entrevistas com Francisco Bravo e José Pereira da Costa Filho.

JORNAIS:

*A Paz*, edições de 28/03/1915, 11 e 13/08/1916, 17/06/1920, 02/05/1927 e 13/05/1928.

*A Voz da Serra*, edição de 17/12/1998.

*O Friburguense*, edições de 26/04/1931, 29/01/1933.

*O Nova Friburgo*, edições de 30/06/1932, 12/01/1933.

Artigo

# A Psicopedagogia no ensino superior

**Regina Lucia Brandão Alencar**

Professora do Curso de Pós-Graduação em
Psicopedagogia Clínico-Institucional da

Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia - Nova Friburgo, RJ.

reginalencar@oi.com.br

**RESUMO:**

Esta pesquisa bibliográfica sobre a Psicopedagogia no ensino superior reflete a complexidade do processo de aprendizagem e as dificuldades do universitário. A perspectiva histórica da Psicopedagogia passa pelo modelo orgânico e chega ao preventivo, integrando as dimensões cognitivas, afetivas e sociais do aprendiz. O programa de atendimento ao universitário do NAPSD cria estratégias para auxiliar o aluno a aperfeiçoar o seu desempenho acadêmico.

**Palavras-chave:** aluno; aprendizagem; Psicopedagogia; universidade.

**ABSTRACT:**

This bibliographical research on the Pedagogy in higher education reflects the complexity of the learning process and the difficulties of the university. The historical perspective of the Psychopedagogy is replaced by the model organic, and arrives at the preventive, which

integrates the dimensions cognitive, affective and social of the apprentice. The program of care at the university of NAPSD creates strategies to help the student to improve their academic performance.

**Key words:** student; learning; Psychopedagogy; university

**Introdução**

A Psicopedagogia traz valiosa contribuição para o ensino superior, na medida em que clarifica o funcionamento do processo de aprendizagem formal. Seu amplo campo de atuação clínico e institucional tem a finalidade de assessorar os professores e alunos na construção de estratégias de redução dos obstáculos ao aprendizado e de relacionamento interpessoal.

A tarefa do psicopedagogo é olhar e buscar compreender como o universitário aprende, e identificar práticas interventivas adequadas ao nível superior. No diagnóstico das dificuldades, as dimensões cognitivas, afetivas e sociais são observadas pela apresentação do motivo principal, incluindo-se a fala do estudante em relação ao problema exposto, às suas peculiaridades oriundas do meio externo e, principalmente, às normas e ao currículo da instituição de ensino.

Para Edller (2007:52), quando o aluno entra na universidade "[...] *ele vai ser obrigado a entrar em contato com uma cultura baseada em textos científicos,* [...]." A interpretação e produção de texto exigem que a pessoa faça deduções, tenha hábito de ler e experiência de vida acerca das questões lidas, portanto sendo necessário que ela tenha conhecimento daquele tipo de leitura.

Mas, dificuldade não é sinônimo de impossibilidade. O trabalho psicopedagógico é o de mostrar ao estudante que ele tem capacidade de compreender, de interpretar, propiciando-lhe instrumentos que o conduza a isso. "*Nós não vamos ensinar os alunos a ler e escrever, mas tal exercício melhora, cada vez mais, a possibilidade de compreensão leitora e a desinibição com a escrita.*" (EDLLER, 2007:53). Por meio da leitura, ele irá melhorar a percepção, o raciocínio e a reflexão, além de aumentar a própria capacidade de fazer inferências.

**Perspectiva histórica da Psicopedagogia**

Bossa (2002) coloca que a Psicopedagogia surgiu na Europa, no século XIX, nessa fase o foco era a infância, havia um esforço para identificar o porquê da dificuldade na aprendizagem e quais problemas físicos eram responsáveis pelo distúrbio, pois se pensava que fosse de cunho cognitivo e/ou comportamental, oriundo de causas que tornavam a criança inapta ao sistema de educação tradicional.

O primeiro centro psicopedagógico, implantado na cidade de Paris, França, no ano de 1946, desenvolvia um trabalho cooperativo entre médicos e pedagogos no atendimento de alunos com problemas de aprendizagem. Havia a crença de que o não aprender era devido às questões físicas e orgânicas, assim foi constituído o caráter orgânico da Psicopedagogia, que "[...] *adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado num território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evoluiu devido à existência de recursos* [...]." (BOSSA, 2002: 21).

A citada autora enfatiza que as idéias francesas influenciaram a ação psicopedagógica na Argentina, de autores como Sara Paín, Alicia Fernández e Jorge Visca, os quais contribuíram para a *práxis* brasileira, com pesquisas e grupos de estudos. Na década de 1970, foram oferecidos os primeiros cursos, mas foi nos anos 1990 que a especialização se expandiu pelo Brasil, nas regiões sul e sudeste. Também teve início, na capital de São Paulo, a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), criada por profissionais preocupados com os problemas de aprendizagem.

Barbosa (2003) esclarece que as ações psicopedagógicas buscam a convergência de múltiplos campos do conhecimento visando à construção de bases teóricas que possibilitem a integração dos aspectos cognitivos, afetivos e sociais do aprendente.

> *Quando nos defrontamos com a aprendizagem e com os transtornos que podem ocorrer no seu processo entendemos que a Medicina, a Sociologia, a História, a Geografia, a Antropologia, a Lingüística, a Matemática, e tantas outras ciências, assim como a Filosofia, as Artes e a Moral caminham ao lado da Psicologia e da Pedagogia, na busca de compreensão desse processo e de recursos para a solução de dificuldades que podem aparecer no decorrer do mesmo.* (BARBOSA, 2003: 13).

Porto (2008) afirma que a Psicopedagogia é de caráter interdisciplinar voltada para os processos de ensino e de aprendizagem e que:

> [...] *vai além da aplicação da psicologia à pedagogia, não é apenas o estudo da atividade psíquica da criança e dos princípios que daí decorre, visto que ela não se limita à aprendizagem da criança, mas abrange todo o processo de aprendizagem e, consequentemente, inclui quem está aprendendo, independente de ser criança, adolescente ou adulto.* (PORTO, 2008:48).

Mota e Gomes (2004) descrevem que o modelo teórico preconizado por Jorge Visca, psicopedagogo argentino, se baseia num modelo tridimensional dos problemas de aprendizagem, visto sob os aportes teóricos da Psicanálise, da teoria piagetiana e da noção de grupo operativo de Pichon-Rivière, que ele denominou de epistemologia convergente. "*A epistemologia convergente é um passo a mais na intenção de apreensão da realidade, embora sempre inatingível*." (VISCA, 1991:57)

"*Eu acho que a aprendizagem para uma pessoa abre caminho da vida, do mundo, das possibilidades até de ser feliz...*" (VISCA, 1991: 16).

Scoz (1994) destaca que na década de 90 houve uma mudança na maneira da Psicopedagogia pensar os problemas de aprendizagem, optando-se por uma visão preventiva em relação aos problemas, o que acabou levando o psicopedagogo a uma atuação mais em nível institucional do que clínico.

Na contemporaneidade, o aprendiz deixou de ser passivo "[...] *e passa a ser um sujeito ativo, capaz de colocar em prática uma ampla variedade de condutas que determinam a sua modalidade de aprendizagem.*" (PORTILHO, 2009:79). Aprender pressupõe construir conexões entre as informações, significando-as a partir da realidade, transformando-as em conhecimentos e saberes.

> [...] *a pessoa quando aprende precisa, também, desenvolver um conhecimento sobre si mesmo, assim como procurar saber quais mecanismos que utiliza para aprender, o que já conhece e o que falta para conhecer, organizando assim seus conhecimentos dentro de uma visão de globalidade.* (PORTILHO, 2009: 78).

Weiss (2008) argumenta que, existem estudantes que necessitam de atendimentos especializados que não podem ser ofertados dentro do espaço educativo. Complementa Edller (2007:56) ao questionar que *"Se do ponto de vista cognitivo o sujeito não atingiu a lógica formal, de que forma poderá lidar com os conteúdos trabalhados?"* Por isso, surgiram

clínicas e diferentes modalidades de atuação, uma mais preventiva com o objetivo de atenuar ou evitar dificuldades, e outra, a clínica terapêutica, onde pessoas com maiores comprometimentos precisam de sessões de intervenções.

> *A nosso ver, a pessoa que está com dificuldade de interpretar um texto, de escrever um texto científico, é uma coisa; mas não conseguir ler qualquer texto ou se expressar na escrita, é diferente, e não cremos que a universidade seja lugar para essas pessoas*. (EDLLER, 2007:57).

O atendimento clínico terapêutico pode trazer à tona os motivos que desencadearam os obstáculos ao aprender e faz com que o indivíduo se sinta impedido de desenvolver o raciocínio hipotético-dedutivo e nem conseguir estabelecer relações lógicas entre os conteúdos das disciplinas estudadas.

**O trabalho psicopedagógico com universitários**

De acordo com Sant'ana (2007), o fato de ingressar pelo vestibular ou pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) faz com que o aluno se sinta preparado num rito de passagem para a vida acadêmica. No primeiro mês de entrada na universidade, exige-se do aprendiz uma adaptação às normas e às regras, mas quando ele se sente pressionado a corresponder as expectativas dos mestres, da família e de cunho pessoal, o período poderá se estender num tempo maior do que o desejado.

Os problemas surgem quando o universitário tem dificuldade de lidar com a realidade das cobranças dos estudos acadêmicos e manter bom desempenho, isso pode gerar desmotivação, cancelamento das disciplinas e ao desejo de transferência para outro curso, "*Por medo de fracassar ao ser reprovado numa disciplina que considera 'dificílima' ou 'impossível' de passar* [...]." (SANT'ANA, 2007:83). Na constatação da incapacidade de transcender suas limitações escolares, ele não se mobiliza para traçar novas estratégias ou buscar soluções para atingir a meta da aprovação.

> *Há de se notar que existe a intenção, mas desprovida de um planejamento de ação. [...] costuma manter o mesmo esquema de estudos sem fazer uma reflexão e planejamento para superar a*

> *dificuldade e não precisar ficar na 'corda bamba' ou conforme outros disseram com a 'corda no pescoço'.* (SANT'ANA, 2007:83).

A autora citada afirma que a falta do planejamento faz com que o estudante acumule as tarefas e estude nas vésperas das provas. Consequentemente, o resultado é o cansaço, o estresse, o aumento do nível de ansiedade, a falta de confiança e a baixa autoestima pelo pouco rendimento e atitudes impensadas, tais como cancelamento da disciplina ou evasão.

Fróes e Simantol (2007:109) observam que para o docente "*Geralmente o aluno que não apresenta o desempenho esperado passa a ser visto como 'deficiente'. A ele falta sempre alguma coisa: uma família de bom nível cultural* [...] *hábitos de leitura, eventos culturais* [...]." Assim, ele é aquele que não tem, não pode, não consegue aprender.

Ferreira (2004:43) aborda que "*O modo como o professor aprendeu deixou-lhe marcas fortes; estas, ao se repetirem na história de tantos professores, passaram a fazer parte da cultura educacional.*" São conceitos, preconceitos, hábitos e estereótipos que dificultam a percepção e a escuta do outro em sua realidade, de certa forma constituindo a forma de saber padronizada que estabelece as posições de onde os mestres analisam seus alunos.

A Psicopedagogia pontua que o professor tem necessidade de ser ouvido em suas queixas, dúvidas, angústias, potencialidades, singularidade, para que, assim, possa escutar o valor da escuta no processo da aprendizagem (FERREIRA, 2004).

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico Santa Dorotéia (NAPSD), em suas instalações atuais, foi inaugurado no dia vinte e nove do mês de maio de dois mil e quatro. Na solenidade de inauguração, as palavras iniciais da Irmã Celma Calvão da Silva, Diretora da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia, Nova Friburgo, foram de satisfação e entusiasmo pelo alcance dos trabalhos a serem realizados em prol de crianças, adolescentes e adultos que apresentam dificuldades de aprendizagem. Ela lembrou que, no trabalho do educador, as vitórias podem ser lentas, mas que é preciso ter paciência e tolerância, sendo a persistência a marca daquele que acredita em sua missão.

Os psicopedagogos que atuam neste espaço estão atentos à complexidade do cotidiano escolar no qual são tecidas as redes de subjetividades que, entrelaçadas a conhecimentos, valores e experiências, permitem a cada ser humano vivenciar situações marcantes tanto para a manutenção do equilíbrio, quanto para o enfrentamento de conflitos.

O NAPSD possui um programa de acolhimento ao universitário da comunidade interna e externa. É preciso ir à recepção da FFSD e preencher uma ficha e marcar horário para contato com a coordenação do núcleo. Atualmente, está sendo oferecido horário de atendimento individual ou em grupo, uma vez na semana. Ressalta-se que, quando o próprio aluno procura o atendimento, ocorre o inicio da reflexão das suas dificuldades e a tomada de consciência.

É durante a entrevista inicial que dados relevantes são obtidos e dúvidas, informações sobre o trabalho psicopedagógico e o objeto de suas angústias são colocados. Será feito um diagnóstico para que diante das dificuldades constatadas, o psicopedagogo elabore estratégias de intervenção.

O eixo condutor é a aquisição de conhecimento mais amplo, através da leitura de textos, vídeos temáticos, para o seu entendimento; por meio de jogos e desafios lógicos, trabalha-se o autoconhecimento, a autonomia, a expressão crítica e a melhoria da autoestima.

Apesar da procura ainda ser reduzida para o programa de atendimento, os alunos que participaram dos encontros psicopedagógicos ao final de um período letivo, numa reunião com a equipe, verbalizaram sentimentos de maior segurança e autonomia na condução das tarefas acadêmicas, como falar e apresentar pesquisas em sala de aula; melhor controle da ansiedade e resultados mais significativos nos trabalhos e nas provas.

Considera-se que as mudanças terão maiores resultados a partir da nova tríade de trabalho psicopedagógico, isto é, professor, aluno e psicopedagogo juntos no programa de atendimento ao universitário do NAPSD.

## Conclusão

A Psicopedagogia é uma área de estudo diretamente relacionada à aprendizagem, tendo como objeto de estudo a construção do conhecimento do sujeito que aprende e da instituição que ensina. A universidade tem como objetivo servir de instrumento à promoção sistemática da cultura e de estímulo ao progresso, segundo as necessidades do meio social, que ao mesmo tempo ela reflete e modela. É nesse contexto que o aprendiz ingressa, com sua vontade de aprender, estabelece novos vínculos discentes e docentes. Contudo, ao longo do

percurso acadêmico, surgem as dificuldades dentro e fora da sala de aula, tanto no rendimento quanto na integração ao ambiente. As estratégias do programa de atendimento do NAPSD podem ser compreendidas pelo simbolismo do mito de Ariadne, que deu o fio a Teseu para que ele pudesse, após matar o Minotauro, encontrar a saída do labirinto. O psicopedagogo terá sempre uma função mediadora e de âncora do conhecimento, além de outorgar os fios que conduzirão o aprendente, dá-lhe a segurança do retorno.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Monte Serrat. *Projeto de trabalho*: uma forma de atuação psicopedagógica. 3. ed. Curitiba: Mont, 2003.

BOSSA, Nadia Aparecida. *A Psicopedagogia no Brasil:* contribuições a partir da prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

EDLLER, Lúcia C. Edler. Refletindo acerca de uma experiência psicopedagógica com estudantes universitários. *In*: VASCONCELLOS, Ana Celina; TEIXEIRA, Maria Luiza (Orgs.). *O pensar e o fazer psicopedagógicos*. a experiência do NOAP Rio de Janeiro: Lidador, 2007. cap.4, p.45-58.

FERREIRA, Izabel Neves. Professora que brinca, ensina- um olhar psicopedagógico na formação de professores. In: MOTA, Márcia; PAIVA, Maria da Graças; GOMES, Vera Trindade. (Orgs.). *Tendências contemporâneas em Psicopedagogia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. cap.4, p.41-62.

FRÓES, Cirley Judith B.; SIMANTOL, Assibe Dalale. *In*: VASCONCELLOS, Ana Celina; TEIXEIRA, Maria Luiza(Orgs.).*O pensar e o fazer psicopedagógicos*. a experiência do NOAP. Rio de Janeiro: Lidador, 2007. cap. 10, p.109-117.

MOTA, Márcia; GOMES, Vera Trindade. (2004) *In*:_____; PAIVA, Maria da Graças; _____. (Orgs.). *Tendências contemporâneas em Psicopedagogia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. cap.1, p.9-15.

PORTILHO, Evelise. *Como se aprender*? estratégias, estilo e metacognição. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

PORTO, Olívia. *Pedagogia hospitalar*: intermediando a humanização na saúde. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SANT'ANNA, Verônica Cumplido de. Ampliando horizontes - um novo olhar, uma nova abordagem psicopedagógica. *In*: VASCONCELLOS, Ana Celina; TEIXEIRA, Maria Luiza (Orgs.). *O pensar e o fazer psicopedagógicos*. a experiência do NOAP. Rio de Janeiro: Lidador, 2007. cap. 8, p.79-90.

SCOZ, Beatriz (Org.). *Psicopedagogia e realidade escolar*: o problema escolar da aprendizagem. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VISCA, Jorge. *Psicopedagogia*: novas contribuições. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

WEISS, Maria Lúcia L**.** *Psicopedagogia clínica*: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem escolar. 13. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

Artigo

# Subjetividade, Sujeito e Sucesso Escolar em uma Perspectiva Sócio-Histórica[107]

**Rogener Almeida Santos Costa**
Pedagoga e psicóloga clínica
Especialista em Leitura e Formação de Leitores pela Universidade Federal do Maranhão
Coordenadora do Departamento Pedagógico do Colégio Santa Teresa

**RESUMO:**

O presente artigo é um trabalho de cunho bibliográfico, ancorado na história da psicologia, na sociologia, na psicologia e na psicologia da educação. Priorizaram-se as obras que apresentaram a constituição do sujeito da subjetividade e do sucesso escolar em uma perspectiva sócio-histórica. Deu-se ênfase ao entendimento do sujeito do sucesso escolar pela compreensão da constituição de sua subjetividade num determinado contexto social, histórico e cultural.

Constatou-se quanto aos sujeitos do sucesso escolar que: são engendrados nos grupos sociais, culturais e historicamente situados, entre os quais, a família e a escola possuem maior influência pelas especificidades de seus papéis na transmissão da cultura escolar; constroem suas estruturas mentais ou cognitivas em um processo contínuo, mediante as relações intersubjetivas e através de práticas de linguagem características da cultura de seus grupos sociais e especificamente da cultura escolar; sua compreensão, quanto aos resultados e comportamentos escolares será possível pela reconstrução da rede de relações e práticas sociais e, especialmente, das relações familiares nas quais foram constituídos seus esquemas cognitivos, de percepção e de ação, bem como, sua forma de funcionamento no contexto escolar.

**Palavras-chave**: subjetividade; sujeito; sucesso escolar.

**ABSTRACT:**

This article is a bibliographical work, anchored in the history of psychology, sociology, psychology and educational psychology. Priority to the works that were the subject constitution of subjectivity and school success in a socio-historical perspective. Emphasis was put to the understanding of the subject of academic success by understanding the constitution of their subjectivity in a particular social, historical and cultural.

It was found on the subject of academic success that: are engendered in the social, cultural and historically situated, including the family and school have more influence by the specificity of their roles in transmission of the school culture, build their mental or cognitive structures in a continuous process through interpersonal relationships and through language practices characteristic of the culture of their social groups and specifically the school culture, their understanding, as to the results and school behaviors will be possible by reconstructing the network of social relations and practices, and especially family relationships in which

[107] Este artigo foi produzido a partir da Monografia "Subjetividade, sujeito e a dimensão sócio-cultural do sucesso escolar nos meios populares", apresentada ao curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Unificado do Maranhão – Uniceuma, 2010, sob orientação da Professora Zinole Helena M. Leite.

their schemes were set up cognition, perception and action, as well as its way of functioning at school.
**Keywords:** subjectivity; subject, success in school.

Vygotsky revoluciona a psicologia do início do século passado ao apresentar uma nova visão de sujeito e de sociedade.

O clima de renovação vivido pela sociedade soviética pós-revolução, nas primeiras décadas do século XX, propiciou grande produção acadêmica, considerando-se a importância atribuída à ciência pelo governo revolucionário que acreditava que os avanços científicos pudessem solucionar os problemas sociais e econômicos existentes na sociedade da época. Fazia-se necessário desenvolver uma abordagem científica em consonância com o materialismo-histórico que deu sustentação científica para a Revolução ocorrida em 1817.

Nesse contexto, surgiu o interesse de Vygotsky pela psicologia acadêmica. Inicialmente era um advogado com formação ampla e grande sensibilidade para os problemas sociais e culturais. Sua experiência com a formação de professores o fez entrar em contato com crianças portadoras de deficiências, como retardo mental, cegueira, afasia. Isso favoreceu sua disposição em contribuir na reabilitação das crianças e, também, procurar compreender os processos mentais humanos (REGO, 1995: 23).

Vygotsky teve como projeto fundamental de sua obra a construção de uma nova psicologia, mediante o estudo dos processos de transformação do desenvolvimento humano, nas dimensões filogenética, histórico-social e ontogenética. Priorizou a investigação das funções psicológicas superiores, a saber: controle consciente do comportamento, atenção voluntária, memorização ativa, pensamento abstrato, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, entre outros (REGO, 1995: 25).

Seguiu as premissas do método dialético, buscando a relação entre o contexto social e as mudanças qualitativas que ocorrem durante o desenvolvimento humano, conforme explicita:

> *Baseado na abordagem materialista dialética da história humana, acredito que o comportamento humano difere qualitativamente do comportamento animal, na mesma extensão em que diferem a adaptabilidade e desenvolvimento dos animais. O desenvolvimento psicológico dos homens é parte do desenvolvimento histórico geral de nossa espécie e assim deve ser entendido.* (VIGOTSKI, 1998: 80)

A psicologia existente na União Soviética no início do século XX assemelhava-se às psicologias europeia e americana que estavam divididas entre duas tendências. Um grupo que se baseava em pressupostos da filosofia empirista que compreendia a psicologia enquanto ciência natural, voltada para a descrição dos comportamentos exteriores. Outro grupo inspirava-se nos pressupostos da filosofia idealista e definia a psicologia como ciência mental que acreditava na vida psíquica como manifestação do espírito.

Vygotsky investigou profundamente a histórica da psicologia mundial, realizando uma análise metateórica ou metodológica da psicologia no texto "O significado histórico da crise em psicologia – Uma investigação metodológica" (1927). Afirmou que as tendências existentes não forneciam as bases necessárias para a teoria sobre os processos psicológicos tipicamente humanos. Realizou análises dos quatro sistemas de ideias em psicologia e os seus princípios explicativos: psicanálise-sexualidade; reflexologia-reflexo; gestalt-forma; personalismo-personalidade. Discutiu essa diversidade dos objetos da psicologia, concluindo que os sistemas psicológicos existentes, não só trabalhavam com objetos diferentes, mas também trabalhavam com fatos diferentes. Considerou impossível que um princípio explicativo garantisse a compreensão da totalidade do comportamento humano (MOLON, 2009: 41).

As principais teses da abordagem desenvolvida por Vygotsky, segundo Rego (1995: 41) são: as principais características tipicamente humanas resultam da interação dialética do homem e seu meio sócio-cultural, pela qual o ser humano transforma o meio enquanto é transformado; a cultura é constitutiva da natureza humana e disso decorre que as características psicológicas são constituídas pela internalização e reconstrução interna de uma operação externa que se dá na interação com o meio físico, com a linguagem, memória, valores, normas e padrões sociais; o funcionamento psicológico tem uma base biológica, na qual o cérebro tem função primordial e constitui um sistema aberto de grande plasticidade, aberto a novas funções criadas pela história do homem; toda atividade humana é mediada por instrumentos e signos, sendo a linguagem o signo mediador por excelência; por fim postula que os processos psicológicos tipicamente humanos são processos complexos que se diferenciam dos mecanismos básicos, não podendo ser reduzidos a uma cadeia de reflexos.

Vygotsky, de acordo com Molon (2009: 46) superou os dualismos que marcaram a psicologia de sua época e apresentou uma concepção de sujeito e de subjetividade fora dos conceitos materialistas e idealistas, extrapolando a noção abstrata do subjetivo e a noção mecanicista do objetivo. Defendia que o objetivo e o subjetivo são constituídos na e pela relação social mediada pela linguagem. Afirmou a unidade entre psique e comportamento: "*A*

*psique não existe fora do comportamento, assim como este não existe sem aquela, ainda que seja apenas porque se trata do mesmo*". (VYGOTSKY, 1998: 17)

Na constituição do humano, Vygotsky (1998) distingue os processos elementares de origem biológica, que no início da vida da criança se sobrepõem, das funções psicológicas superiores de origem sócio-cultural, resultantes de sua interação com o universo social que se inicia desde o nascimento. Enfatizou as diferenciações genética, estrutural e funcional entre as funções psicológicas inferiores e as funções psicológicas superiores, mas demonstrou as conexões entre as mesmas e definiu como especificidade dessas últimas a mediação. São operações indiretas que exigem como signo mediador a linguagem.

Vygotsky (1998) compreendeu a constituição do sujeito e da subjetividade na processualidade sócio-histórica, admitindo o entendimento do homem a partir das relações sociais. Nesse sentido todas as funções psicológicas superiores tem sua origem nas relações entre os indivíduos humanos. Em seu entendimento a gênese do desenvolvimento cultural ocorre duas vezes: a primeira vez na dimensão interpsicológica e a segunda vez na dimensão intrapsicológica. É o social que se transforma em psicológico. Nesse sentido:

> *Um processo interpessoal é transformado num processo intrapessoal. Todas as funções do desenvolvimento da criança aparecem duas vezes: primeiro, no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro, entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapsicológica). Isso se aplica igualmente para a atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos.* (VIGOTSKI, 1998:75)

Os signos são sempre sociais e constituem-se os instrumentos psicológicos que atuam sobre os sujeitos, possibilitando o controle do outro, o seu controle próprio e a auto-estimulação. Eles aparecem inicialmente em uma dimensão interpsicológica como meios de comunicação e posteriormente na dimensão intrapsicológica como meios de conduta. Isso torna-se claro na afirmativa:

> *A internalização de formas culturais de comportamento envolve a reconstrução da atividade psicológica tendo como base as operações com signos. Os processos psicológicos, tal como aparecem nos animais deixam de existir; são incorporados nesse sistema de comportamento e culturalmente reconstituídos e desenvolvidos para formar uma nova entidade psicológica.* (VIGOTSKI, 1998: 76)

Nessa abordagem as funções psicológicas superiores, como pensamento, sentimento e

vontade formam a tríplice natureza social da consciência e estão sempre interrelacionados, não havendo uma predominância de uma sobre outra, a não ser circunstancialmente, porque não existe um pensamento puro sem sentimento e vice versa. Entretanto, a vontade é considerada potencializadora das demais funções e da realização da condição do ser humano.

Nessa perspectiva emerge o conceito de consciência como um sistema integrado, estruturado por interconexões em movimento permanente, semioticamente constituída e semioticamente mediada. As objetivações da consciência ocorrem pela linguagem e pelo trabalho. O elemento semiótico é constituinte e constituído pela relação, é, portanto, mediação.

Confirma-se Molon (2009) quando afirma que a mediação é pressuposto da relação eu-outro, da intersubjetividade  e que se constitui a grande contribuição de Vygotsky. Não se trata de um conceito, pois, como pressuposto, objetiva-se no conceito de conversão, superação, relação constitutiva eu-outro, subjetividade, intersubjetividade. É a própria relação entre dois termos através dos signos.

A relação de um sujeito com outro não é uma relação direta porque a relação se dá por um terceiro elemento que é a linguagem. Nesse sentido a interação como relação sujeito-sujeito, sujeito-objeto não é suficiente para explicar a complexidade da constituição do sujeito que ocorre no espaço das contradições e das multiplicidades.

Vygotsky ao se propor construir uma nova psicologia apresenta um projeto maior: uma nova visão de homem e de sociedade e elabora uma nova concepção do fenômeno psicológico e a metodologia da psicologia. Considera que o modo de funcionamento tipicamente humano não é inato e é constituído por funções psicológicas superiores como planejamento, memória voluntária, imaginação etc que são internalizadas no âmbito das relações sociais e culturais. Afirma, portanto, a constituição sócio-histórica dos processos psicológicos.

Sujeito e subjetividade constituem-se na mediação semiótica, atribuindo relevância aos processos de significação e aos processos dialógicos no campo da intersubjetividade face a face e a intersubjetividade anônima. Essa constituição ocorre na realidade social historicamente determinada. Por isso a compreensão do fenômeno psicológico ocorrerá pelo entendimento das relações sociais que ocorrem entre os sujeitos.

O sujeito é social e historicamente situado, localizado em uma corporeidade biológica, semiótica, afetiva e ética. É uma unidade múltipla que se realiza na relação eu-outro pela mediação da linguagem, sem, contudo, ser um mero produto do social. Possui sua singularidade à medida que é reconhecido e é constituído pelo outro, reconhecendo também o

outro como diferente e constituindo-o também. Nesse processo mutuamente constitutivo a subjetividade é o processo de permanente constituição do sujeito em sua singularidade e historicidade.

Vygotsky não abordou explicitamente uma concepção de sujeito e subjetividade, entretanto, apontou possibilidades de compreensão ao abordar os processos psicológicos superiores como passagem do social ao psicológico e vice-versa pela intersubjetividade. Nesse caso a subjetividade é constituída na intersubjetividade porque aqui o sujeito social dialoga com o outro continuamente.

O sujeito interativo presente na obra de Vygotsky não é ativo e nem passivo porque é construído na e pela interação com o outro. É constituído pelo outro e é constituinte do outro, sendo que a ação do sujeito sobre o outro é socialmente mediada em situações concretas. Esse sujeito não se dilui no social porque a intersubjetividade não é a dimensão do outro, mas a dimensão da relação com o outro.

## SUCESSO E FRACASSO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A compreensão da relevância do sucesso escolar para os sujeitos diretamente envolvidos no processo de escolarização na Educação Básica e para sociedade será mais clara pelo entendimento da trajetória do fracasso escolar na educação brasileira. Sendo necessário caracterizar em linhas gerais seu histórico.

As duas últimas décadas do século vinte e a primeira década desse século trouxeram significativas contribuições para o entendimento do fracasso escolar pela quantidade de pesquisas e pesquisadores interessados na questão, entre os quais, Damiani (2008, p.139) cita: Soares (1986), Patto (1991), Abramowicz e Moll (1997), Ferrari (1999), Damiani (1999), Sawaya (2002), Angelucci, Kalmus et alii. (2004), Del Pino e Porto (2007), Carvalho (2003), Alves, Ortigão e Franco (2007).

Essa complexa realidade apresenta dados preocupantes conforme dados do INEP (2007) que revelam que dos 100% de alunos que iniciam o Ensino Fundamental, somente 41% concluem e daqueles que se matriculam no Ensino Médio somente 74% terminam a Educação Básica. Isso indica que ao se avaliar conjuntamente Ensino Fundamental e Ensino Médio somente 40% dos alunos que iniciaram concluem a educação Básica em um período de 13,9 anos, apontando para significativa distorção idade-série.

Patto (1999) apresenta as diferentes explicações atribuídas ao fracasso escolar, indo de uma concepção racista, para a da medicalização e daí para a da carência cultural.

De 1870 a 1930 atribuiu-se à origem étnica as causas do fracasso, considerando-se os colonizados incapazes de aprendizagem, fortalecendo a estigmatização dos negros, índios e de seus descendentes. A partir dos anos 30 com a influência da Escola Nova, creditou-se às diferenças individuais e a questão dos métodos tradicionais que não atendiam as necessidades dos educandos. Predominou então uma abordagem psicologizante, adotando a prática do diagnóstico e do tratamento dos problemas mentais.

Essas explicações prevaleceram até a década de 70, quando surgiu a teoria do déficit cultural, segundo a qual os alunos de origem popular não dispunham de repertório para acompanhar os conteúdos escolares. As carências culturais das camadas menos favorecidas lhes impossibilitavam de compreender a cultura escolar. Segundo Patto (1999), essa teoria trouxe consigo um potencial maior de exclusão por ser mais sutil.

Durante os anos 70 passou-se a conceber a escola como determinada pelos condicionantes sócio-econômicos, considerando-se, entretanto, sua relativa autonomia. Já nos anos 80 houve, segundo Patto (1999: 154), uma alternância dos discursos pré-existentes:

> *Nesse sentido, a pesquisa no início dos anos oitenta sobre fracasso escolar repete, com algumas exceções o discurso fraturado que predominou no período em que vigoraram as idéias escolanovistas, quando não repetem a tentativa de colagem desse discurso, afirmando que a escola que aí está é inadequada a clientela carente.*

A Política Educacional Brasileira nos anos noventa foi marcada pela influência do Banco Mundial e do FMI cujos interesses era a reafirmação do neoliberalismo e isso repercutiu, segundo Nagel (2001: 112) no esvaziamento dos conteúdos da escola brasileira. Nesse contexto a explicação do fracasso passou a ser responsabilidade dos educadores mal preparados.

Diferentes abordagens têm sido adotadas na investigação do fenômeno do fracasso escolar, deslocando-se a ênfase ora para o aluno, ora para escola e ora para a família. Concorda-se com Alves, Ortigão e Franco (2007: 63) ao afirmar a complexidade do desempenho escolar: "é um fenômeno social complexo em cuja produção interagem características da escola, do aluno e da família". Entretanto, reafirma-se, também, a concepção de Lahire (2004) ao incluir entre as dimensões que afetam o desempenho escolar dos alunos os grupos informais, entre os quais o bairro e a vizinhança que são importantes espaços de socialização.

Faz-se necessário destacar o trabalho de Angelucci *et all* (2004) que analisou trabalhos

escritos em mestrados e doutorados na cidade de São Paulo em cursos de Pedagogia e Psicologia. As obras estudadas apresentaram como causa do fracasso escolar: as crianças e seus pais; deficiências do professor; a exclusão da própria escola e a própria cultura popular.

Nesse contexto o sucesso escolar passa a ter uma grande importância por indicar possibilidades de enfrentamento de um fenômeno que se estende por quase um século de forma persistente e trazendo conseqüências desastrosas para o desenvolvimento social, cultural, econômico, científico e político. O sucesso escolar favorece aos educandos a chance de atingir as finalidades da Educação Básica, segundo a Resolução CEB no. 3, de 26 de junho de 1998 no Art. 4º, Inciso I:

> *desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir nos estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento.*

## SUBJETIVIDADE E SUJEITO: A DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO SUCESSO ESCOLAR

Charlot (1996: 46) afirma que não é surpresa a constatação do fracasso escolar para as crianças e adolescentes do meio popular, entretanto faltam explicações quando ocorre o contrário. Nesse sentido é de grande importância buscar caracterizar esses sujeitos que contrariam as expectativas, sendo bem sucedidos. Esse estudo traz como pressuposto que as experiências de sucesso são construídas nas relações sociais no processo dialético interpsicológico e de intersubjetividade, aqui concebida por Góes (2009 *apud* MOLON, 2009: 59): "*A intersubjetividade não é o plano do outro, mas o da relação com o outro. A intersubjetividade é inter-relação, é interação. [...] Dessa forma o mundo é o lugar da constituição da subjetividade*."

O entendimento dos sujeitos do sucesso escolar implica na abertura à expressão dos mesmos a partir da história vivida e compreendida por cada um em sua singularidade, sem ignorar a ordem imaginária e nem a ordem simbólica, como afirma Molon (2009, p. 59):

> *Sendo a ordem simbólica uma produção do imaginário social da sociedade, é, também, constituinte do homem como indivíduo social; desta forma, as representações da ordem imaginária são constitutivas da subjetividade, sendo que há representações do sujeito e, principalmente, representações no sujeito.*

A constituição do sujeito se dá no mundo das relações sociais e seus grupos sociais mais próximos são a escola e a família, cuja influência é determinante no fracasso ou no sucesso escolar.

Concorda-se com Lahire (2004: 19) que para compreender os resultados escolares da criança faz-se imprescindível se reconstruir a rede de interdependências familiares através da qual ela constituiu os esquemas de percepção, de julgamento, de avaliação e a maneira pela qual estes esquemas funcionam e reagem nos espaços e nas relações escolares. Isto porque é notório que família e escola são redes de interdependência estruturadas por relações sociais específicas e, portanto, o sucesso ou o fracasso escolar é de certa forma o resultado do grau de dissonância ou consonância das formas de relações de uma rede em relação à outra.

Considerando-se a relação de influência recíproca, escola/família, nos resultados escolares de alunos oriundos de camadas populares e com baixa escolaridade é relevante enfatizar aspectos da socialização da criança em seu contexto familiar que produzem impactos diretos nos desempenhos escolares das crianças, a saber: as formas familiares de cultura escrita, as condições e disposições econômicas, a ordem moral doméstica, as formas de autoridade familiar e as formas familiares de investimento pedagógico.

A forma como o universo familiar faz uso das práticas da escrita extrapolam sua função imediata, por implicar uma maneira própria de relacionamento com a gestão do cotidiano, da relação com o tempo, com a ordem, com a linguagem reflexiva e com a capacidade de planejar. A questão vai além da prática de leitura, ou não no universo doméstico, o que produz diferença são as modalidades de leituras e sua compatibilidade com a socialização escolar.

As condições econômicas de existência produzem continuidades ou rupturas na gestão do cotidiano familiar porque a estrutura familiar sofre as conseqüências de suas mudanças pelas mais variadas causas. Essas condições são necessárias, mas insuficientes porque a mesma situação econômica pode ser gerida de diferentes formas, dependendo das trajetórias escolares e profissionais.

A ação socializadora da família tem um papel significativo quanto aos aspectos morais por se constituir também uma ordem cognitiva, mobilizando os sujeitos para atitudes de respeito às normas, de respeito à autoridade, às regras de vida, à regularidade das atividades, dos horários e de exercício da perseverança. Concorda-se com Lahire (2004: 26):

*O aluno que vive em um universo doméstico material e temporalmente*

> *ordenado adquire, portanto, sem o perceber, métodos de organização, estruturas cognitivas ordenadas e predispostas a funcionar como estruturas de ordenação do mundo.*

O exercício da autoridade familiar torna-se importante porque tem uma relação direta com a vivência de regras e da disciplina exigidas no espaço de socialização escolar. A relação com a autoridade em maior ou menor grau de exigência no ambiente familiar poderá influenciar na capacidade de adaptação do aluno na ordem escolar. Se o regime disciplinar familiar é antagônico ao regime disciplinar escolar pode ocasionar conflitos de condutas no educando e dificuldades de convivência no espaço escolar.

As formas familiares de investimento pedagógico são diversificadas, incluindo: situações de superinvestimento, o que significa em alguns casos uma intenção inteiramente voltada para a escola, o sacrifício do tempo livre dos pais para ajudar na escola, aumento no número de exercícios, o sacrifício econômico para a garantia da oferta dos materiais escolares, como também pode ocorrer formas mais indiretas de apoio, incentivo e produção das condições favoráveis e monitoramento das práticas educativas das crianças e adolescentes.

Pesquisa qualitativa realizada no Brasil, por Pereira (2005), com alunos de escolas públicas, filhos de pais de baixa escolaridade, sem histórico de reprovação no ensino fundamental e com ingresso bem sucedido no Ensino Médio revelou que entre as características do grupo pesquisado estava a mobilização pessoal dos mesmos, com pesos e formas diferenciadas, assumindo com responsabilidade sistematicamente a carga de atividades correspondente às atribuições escolares. Outro aspecto significativo foi a expressão da consciência de suas limitações, decorrentes das condições culturais de suas famílias, que os levou a buscar ajuda com os irmãos mais velhos, com os colegas, com os professores ou em cursinhos preparatórios. Foi notório na investigação que o conhecimento para os alunos em questão é algo valioso, assumido como uma demanda pessoal, para preencher sua curiosidade e seus próprios interesses. A consciência dos objetivos mobiliza os educandos em busca de uma meta que se objetiva nas práticas acadêmicas.

Foi constatado que a omissão parental quanto à escola é um mito e que a "invisibilidade" dos pais no espaço físico da escola não significa falta de participação. Existem formas variadas de participação entre as quais, foram enfatizadas: obter previamente informações sobre as escolas em que vão matricular os filhos; garantir as condições materiais para que os filhos freqüentem a escola e possam cumprir suas exigências e práticas, pedindo livros emprestados, exigindo dos filhos mais velhos apoio aos mais novos; valorizar as práticas escolares, dedicando tempo para sua realização, dando apoio emocional e material

para que aconteçam. São ações que demonstram que existem formas para acompanhar o estudo dos filhos, mesmo sem participar das reuniões escolares (LAHIRE, 2004: 334).

A atuação das famílias quanto à escolarização bem sucedida dos filhos revelou que a mobilização dos recursos incluiu, também, recursos em tempo, dinheiro, capacidade de energia e inteligência em benefício da causa escolar, segundo Terrail (*apud* Pereira 2004: 184). A ordem moral doméstica foi fator relevante ao estabelecer parâmetros claros em relação ao ir e vir dos sujeitos, às relações sociais extrafamiliares das crianças e adolescentes, às horas de estudo individual e à própria organização doméstica. Grande relevância é dada ao conhecimento escolar porque a escolarização está relacionada à ascensão social o que se constitui um objetivo de vida para as famílias pesquisadas. Isso significa que existe um sentido real para os investimentos realizados.

As relações vivenciadas na família e na escola são interdependentes quanto a uma relação de força entre os diferentes princípios de socialização e o grau de contradição existente entre essas instituições, enquanto grupos sociais. O sujeito do sucesso escolar depende de uma configuração familiar cujos princípios de socialização não são predominantemente antagônicos ao universo escolar e exercem sua influência de modo sistemático e duradouro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de sujeito e de subjetividade foi construída num contexto histórico e culturalmente determinado, enquanto um processo constituído nas e pelas relações sociais, pois tanto a natureza quanto o social são resultantes do processo histórico que os origina e transforma, pois a dimensão histórica da realidade faz-se presente nos aspectos físico, biológico ou social.

A especificidade da ciência psicológica é demarcada pela questão da constituição do sujeito, a qual passou a ser reconhecida por denominações diversas, entre as quais personalidade, identidade e subjetividade, cujas explicações, dependendo da matriz adotada tornavam-se até antagônicas.

A ênfase atribuída nesse trabalho à abordagem histórico-cultural de Vygotsky justifica-se porque a mesma pretende superar as dicotomias prevalentes ao afirmar a constituição sócio-histórica dos processos psicológicos sem perder o sujeito, nem a subjetividade, considerando os fenômenos psicológicos como relações sociais convertidas no sujeito pela linguagem, enquanto mediação. Defendia a unidade entre a psique e o

comportamento. Essa abordagem possibilitou a compreensão do sujeito e da subjetividade na processualidade apontando para um sujeito social.

A subjetividade em Vygotsky materializa-se no sujeito, mas é processo dinâmico que não existe em si mesmo, realizando-se pela mediação semiótica do processo de conversão das relações interpsicológicas em intrapsicológicas. É na subjetividade que se dá a singularidade do sujeito, um sujeito social e historicamente situado.

O sujeito do sucesso escolar é engendrado em grupos sociais, cultural e historicamente situados, entre os quais, a família e a escola possuem maior influência pelas especificidades de seus papeis na transmissão da cultura escolar.

Os sujeitos do sucesso escolar constroem suas estruturas mentais ou cognitivas em um processo contínuo, mediante as relações intersubjetivas e através de práticas de linguagem características da cultura de seus grupos sociais e especificamente da cultura escolar.

A compreensão do sujeito, quanto aos resultados e comportamentos escolares será possível pela reconstrução da rede de relações e práticas sociais e, especialmente, das relações familiares nas quais foram constituídos seus esquemas cognitivos, de percepção e de ação, bem como, sua forma de funcionamento no contexto escolar.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima; ORTIGÃO, Isabel; FRANCO, Creso. Origem social e risco de repetência: interação raça-capital econômico. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 130, jan./abr. 2007.

ANGELUCCI, Biancha C.; KALMUS, Jaqueline et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p.51-72, jan./abr. 2004.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia*. Cad. Pesquisa, São Paulo, p. 47-63, maio, 1996. Trad. Neide Luzia de Rezende.

DAMIANI, Magda Floriana. Discurso pedagógico e fracasso escolar. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v.14, n. 53, p.457- 478, out./dez. 2006.

DEL PINO, Mauro A. B.; PORTO, Gilceane Caetano. A exclusão escolar na rede pública municipal de ensino: a história continua no século XXI. *Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED*, Caxambu, MG, 2007.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. *Manual de projeto de pesquisa científica*. São Paulo: Avercamp, 2003.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. Tradução de Ramon Américo Vasques e Sônia Goldfeder.São Paulo:Ática,2004.367p.

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. 2. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do Fracasso Escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREIRA, Adriana da Silva Alves. *Sucesso escolar de alunos dos meios populares: mobilização pessoal e estratégias familiares*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

REGO, Teresa Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva sócio-cultural da educação.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____ *Pensamento e Linguagem*. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## Entrevista com a Professora Margarida Carvalho de Santana

*1) Professora, a Revista Práticas de Geografia ganhou destaque por conta da edição especial sobre a tragédia de 12 de janeiro. Foi agraciada com o Prêmio Destaque Ambiental, concedido pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Nova Friburgo e recebeu moção de louvor do Conselho Municipal de Educação. Fale-nos um pouco da trajetória da revista e da elaboração deste número especial.*

*2) Agora nos conte sobre sua trajetória acadêmica. Qual a importância da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia em sua vida?*

*3) O Departamento de Geografia da FFSD se destaca por organizar importantes atividades extracurriculares, tendo conseguido, inclusive, a aprovação da FAPERJ para projeto de pesquisa a ser desenvolvido por professores e alunos. Relate-nos estas experiências.*

*4) Como a tragédia que abalou a região serrana em janeiro deste ano pode servir de alerta e estímulo para uma nova maneira de se pensar a organização urbana de nossas cidades? De que forma a comunidade da FFSD pode participar deste processo?*

*5) Como você analisa o papel da Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia na vida da nossa cidade e de toda a região?*

*6) Você preside o Coral Anima da FFSD. Fale-nos também desta rica experiência cultural.*

*7) Além do Coral, há o Clube de Astronomia. Como consegue dar conta de tantos compromissos?*

*8) Como você avalia o quadro nacional da Educação hoje? Há esperanças de mudanças?*